



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

VANUSA SANTANA DOS SANTOS

**O BAIRRO 2 DE JULHO, CENTRO ANTIGO DE SALVADOR-BA: A
DINÂMICA DOS CONFLITOS EM TORNO DO ESPAÇO URBANO**

Salvador
2020

VANUSA SANTANA DOS SANTOS

**O BAIRRO 2 DE JULHO, CENTRO ANTIGO DE SALVADOR-BA: A
DINÂMICA DOS CONFLITOS EM TORNO DO ESPAÇO URBANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cíntia Beatriz Müller

Salvador
2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), com os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

Santos, Vanusa Santana dos.

S237 O Bairro 2 de Julho, centro antigo de Salvador- BA: a dinâmica dos conflitos em torno do espaço urbano. / Vanusa Santana dos Santos. – 2020.

157 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Antropologia urbana. 2. Comunidade urbana - Desenvolvimento. 3. Bairro 2 de Julho (Salvador, BA) – Conflito social. 4. Administração de conflitos. I. Muller, Cíntia Beatriz. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 307.76



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)

ATA Nº 27

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA), realizada em 15/12/2020 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ANTROPOLOGIA no. <numAta/>, linha de pesquisa Antropologia, do candidato VANUSA SANTANA DOS SANTOS, matrícula 217119610, intitulada O bairro 2 de Julho, Centro Antigo de Salvador-BA: a dinâmica dos conflitos em torno do espaço urbano.. Às 09:00 do citado dia, "realizada por videoconferência", foi aberta a sessão pelo presidente da banca examinadora Profª. Dra. CINTIA BEATRIZ MULLER que apresentou os outros membros da banca: Profª. Dra. URPI MONTOYA URIARTE e Profª. Dra. MARIANA BALEN FERNANDES. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo presidente que passou a palavra ao examinado para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo candidato, tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Cintia Beatriz Müller
Dra. MARIANA BALEN FERNANDES

Examinador Externo à Instituição

Cintia Beatriz Müller
Dra. URPI MONTOYA URIARTE, UFBA

Examinador Interno

Cintia Beatriz Müller
Dra. CINTIA BEATRIZ MULLER, UFBA

Presidente

Cintia Beatriz Müller
VANUSA SANTANA DOS SANTOS
Mestrando

A todxs que fazem do 2 de Julho um universo vivo e pulsante no Centro Antigo de Salvador. Ao Coletivo da Vila Coração de Maria: Linda Kaiongo, Yuri Tripodi, Caroline Lima e Pedro Rosas. À memória de Ivana Chastinet e à Anita Sales, símbolos dessa luta! O grito da Cabloca continua a ecoar pelo 2 de Julho! Tiriririririririririririririririririri.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado de um esforço coletivo, pois tenho a certeza de que não poderia concluí-lo sozinha. Aqui vão os meus sinceros agradecimentos e a convicção de que é uma conquista de todos:

A Deus, que me guia e me capacita diariamente.

Aos meus amigos do Coletivo da Vila Coração de Maria que caminharam e dispuseram a construir juntos essa história comigo. Vocês são especiais: Linda Kaiongo, Carol Lima, Pedro Moraes, Yuri Tripodi e *in memoriam* Ivana Chastinet e a Anita Sales.

Aos Movimentos Sociais do bairro 2 de Julho pela confiança e intensa convivência: O Movimento Nosso Bairro É o 2 de Julho, que foi a “porta de entrada” e cujos membros cito: Viviane Hermida, Vilma Mota, Luiz Artur, e outros tantos, (como a Arlete, com quem encontrei) que me ofereceram a oportunidade de conhecer o 2 de Julho, além do Centro Cultural Que Ladeira É Essa na pessoa de Suzany Varela.

À orientação da Profa. Cíntia Beatriz Müller pela paciência e confiança. As suas observações e contribuições foram de fundamental relevância a este trabalho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que me permitiu dar prosseguimento à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação de Antropologia pela oportunidade e possibilidade de desenvolvimento desta pesquisa, e a todos os professores que direta ou indiretamente contribuíram para a mesma.

Às professoras Dr.^a Mariana Balen Fernandes e a Dr.^a Urpi Montoya Uriarte que gentilmente aceitaram o convite para a composição desta banca; às contribuições da Profa. Dra. Simone Becker que me refizeram repensar questões que precisariam ser respondidas na pesquisa. À Vanessa, arquiteta e advogada, que presta assessoria a Articulação do Centro Antigo de Salvador e que gentilmente esclareceu as minhas dúvidas. À Nana, funcionária da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH- UFBA), pelas orientações e sugestões de pesquisa. Aos meus amigos pelo incentivo para concretização deste projeto, em especial a Gilda Conceição pela escuta sensível, Lucas Alves e a Domingos Conrado pelas contribuições finais da entrega do texto. À minha mãe Matilde, irmãos, irmã e sobrinhas pelo carinho e Dimas Viana, meu namorado, pela cooperação para conclusão desta pesquisa.

HINO AO 2 DE JULHO¹

Nosso bairro é 2 de Julho,
e não é Santa Tereza
É sinal que neste bairro,
moram muitos brasileiros
Nunca mais no nosso bairro,
haverá especulação
Nem tiranos empreiteiros
Comprarão a Vila Coração
Crescem, oh! Filhos destas ruas
Para o bairro defender
Nosso bairro tem jurado
É de 2 de Julho, até morrer
Nunca mais no nosso bairro,
haverá especulação
Sem tiranos empreiteiros
Manteremos a união

¹ Paródia/Encruzilhada da Cabocla, inspirada no Hino do 2 de Julho, que foi um espetáculo produzido por Ivana Chastinet.

SANTOS, Vanusa Santana dos. **O bairro 2 de Julho, Centro Antigo de Salvador-BA: a dinâmica dos conflitos em torno do espaço urbano.** Orientadora: Cíntia Beatriz Müller. 2020. 157 f. il. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa de 4 fases que trata do “desenvolvimento urbano” por meio da descrição e da reflexão sobre como agentes sociais se apropriam e interpretam dinâmicas territoriais. Para tanto, analisei projetos de instâncias públicas e/ou privadas que incidiram sobre o bairro 2 de Julho, no Centro Antigo de Salvador, e as formas de resistência urbana existentes na Vila Operária Coração de Maria (VOCM), espaço de moradia e sociabilidade no 2 de Julho, entre os anos 2000 e 2019. Na primeira fase do trabalho, realizei uma pesquisa bibliográfica na literatura científica sobre conceitos como “analfabetismo urbanístico”, “biopoder”, “necropolítica”, entre outros que norteiam a investigação e que também subsidiaram a fundamentação teórica; a segunda etapa correspondeu à pesquisa documental com coleta e análise de vários tipos de documento, a saber: fotografias, arquivos de jornais impressos ou em sítios eletrônicos, cartas, revistas, documentários, documentos oficiais; já a terceira etapa foi direcionada a um intenso trabalho de campo com observação participante e entrevistas semiestruturadas que permitiram (juntamente com os conceitos), entre outros, produzir fragmentos de histórias de vida. A seguir, analisei a dinâmica dos conflitos relacionados ao espaço urbano quando diferentes agentes sociais interpretam e se apropriam de categorias (“revitalização”, “requalificação”, “reabilitação” e “gentrificação”) a partir da ressignificação de tais conceitos na prática de seus discursos, o que ilustra um processo gradual de gentrificação do Bairro associado ao conceito de necropolítica.

Palavras-chaves: Antropologia urbana. Bairro 2 de Julho. Agentes sociais. Dinâmicas dos conflitos.

SANTOS, Vanusa Santana dos. **The 2 de Julho neighborhood, Old Center of Salvador-BA: the dynamics of conflicts around the urban space.** Mentor: Cíntia Beatriz Müller. 2020. 157 f. il. Dissertation (Master's Degree in Anthropology) – Faculty of Philosophy and Human Sciences, Federal University of Bahia, Salvador, 2020.

ABSTRACT

This work is the result of a 4-phase research on “urban development” through description and reflection on how social agents appropriate and interpret territorial dynamics. For that, I analyzed projects from public and/or private instances that focused on the 2 de Julho neighborhood, in the Old Center of Salvador, and the forms of urban resistance existing in Vila Operária Coração de Maria (VOCM), a space for housing and sociability in 2 de Julho, from 2000 to 2019. In the first phase of the work, I carried out a bibliographic research in the scientific literature on concepts such as "urban illiteracy", "biopower", "necropolitics", among others that guide the investigation and that also gave bases to the theoretical foundation; the second stage corresponded to documentary research with the collection and analysis of various types of documents, namely: photographs, files from printed newspapers or on electronic sites, letters, magazines, documentaries, official documents; the third stage was directed to intense fieldwork with participant observation and semi-structured interviews that allowed (along with the concepts), among others, to produce fragments of life stories. Next, I analyzed the dynamics of conflicts related to urban space when different social agents interpret and appropriate categories (“revitalization”, “requalification”, “rehabilitation” and “gentrification”) from the re-signification of such concepts in the practice of their speeches, which illustrates a gradual process of gentrification of the neighborhood associated with the concept of necropolitics.

Keywords: Urban anthropology. 2 de Julho neighborhood. Social actors. Dynamics of conflicts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vila Operária Coração de Maria, Bairro 2 de Julho, Salvador, BA.....	23
Figura 2 – Mapa do 2 de Julho, Salvador, BA.....	39
Figura 3 – Mercado municipal, 2 de Julho, Salvador, BA.....	48
Figura 4 – O prefeito ACM Neto, sua comitiva e a população local.....	49
Figura 5 – Poligonal do Projeto de Humanização do Santa Tereza	55
Figura 6 – A Baía de Todos os Santos.....	59
Figura 7 – Cartaz da 2º edição da PrimaVila.....	91
Figura 8 – Oficina de jardinagem com Pedro Rosas.....	92
Figura 9 – Oficina de Abayomi (encontro de gerações)	92
Figura 10 – Encerramento da 2º edição da PrimaVila	92
Figura 11 – A hora da refeição felina	96
Figura 12 – Linda Kaiongo e Pedro Rosas na audiência de reintegração de posse	132
Figura 13 – Em frente ao Fórum Ruy Barbosa depois do término da audiência	13333

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Aaste	Associação dos Amigos de Santa Tereza
ACANNE	Associação de Capoeira Angola Navio Negroiro
Aclaj	Associação Comunitária do Largo 2 de Julho
ACT	Acordo de Cooperação Técnica
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APCP	Área de Proteção Cultural e Paisagística
BA	Bahia
CAB	Centro Administrativo da Bahia
CAS	Centro Antigo de Salvador
CAS	Casa de Artes Sustentáveis
CEA	Código de Ética da Antropologia
CEAO	Centro de Estudos Afro-Orientais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEDEU	Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico
CF/88	Constituição Federal de 1988
CHS	Centro Histórico
CIA	Centro Industrial de Aratu
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DEM	Partido Democratas
ECH	Entorno do Centro Histórico
EPUCS	Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador
ERCAS	Escritório de Referência do Centro Antigo
EUA	Estados Unidos da América
FAUFA	Faculdade de Arquitetura – UFBA
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FII	Fundo de Investimento Imobiliário
FMFL	Fundação Mário Ferreira Leal
IAB-BA	Instituto dos Arquitetos da Bahia
IC	Iniciação Científica
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia

IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional
MNBE2J	Movimento Nosso Bairro É 2 De Julho
MSTB	Movimento Sem Terra da Bahia
PCdoB	Partido Comunista Brasileiro
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido Frente Liberal
PID	Programa de Investimento de Desenvolvimento
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PO	Pesquisa Orientada
PROCON	Programa de Proteção e Defesa do Consumidor
SIRCHAL	Sítio Internacional sobre a Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe
PRPCA	Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura
SEDHAM	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Urbano, Habitação e Meio Ambiente
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano
Sefaz	Secretaria da Fazenda
SEMOP	Secretaria Municipal de Ordem Pública
Seplam	Secretaria Municipal de Planejamento
SINDEC	A Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNEGRO	União de Negros pela igualdade
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
VOCM	Vila Operária Coração de Maria
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	144
1.1 METODOLOGIA	155
1.2 PERCURSO DO TRABALHO DE CAMPO	19
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	26
2 NOSSO BAIRRO É 2 DE JULHO: MOBILIZAÇÃO POPULAR FRENTE AOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA	28
2.1 VIVER O BAIRRO 2 DE JULHO: MORADIA E RITMOS DO COTIDIANO	29
2.2 BAIRRO 2 DE JULHO: BREVE APRESENTAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS	36
2.3 PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA, POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVA PRIVADA E MOBILIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA	44
2.3.1 PROJETO EU AMO O 2 DE JULHO	47
2.3.2 O 2 DE JULHO FOI REVITALIZADO? PRIMEIRA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	50
2.3.3 PROJETO HUMANIZAÇÃO DO BAIRRO SANTA TEREZA	54
2.4 O CLUSTER SANTA TEREZA: PROJETO DA INICIATIVA PRIVADA	59
2.5 PROJETO NO ÂMBITO ESTADUAL: O PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO DO CENTRO ANTIGO	644
2.6 O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR NA REABILITAÇÃO	76
2.7 A DINÂMICA DOS CONFLITOS PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DOS DISCURSOS	83
3 RESISTÊNCIA URBANA NO ESPAÇO DE MORADIA E SOCIABILIDADE: A VILA CORAÇÃO DE MARIA	88
3.1 A VILA CORAÇÃO DE MARIA: UM LUGAR DE LUTA, DE RESISTÊNCIA!	88
3.2 PROTAGONISTAS DA VILA: OS MORADORES	101
3.2.1 ANITA E IVANA: UM FELIZ RETORNO AO CAMPO!	102
3.2.2 NÓS NÃO SOMOS INVASORES, E SIM OCUPANTES: OS GUERREIROS DO FRONT DESSA LUTA	10707
3.2.3 SENHOR PERDIGÃO E DONA DRICA: PERSONAGENS QUE COMPLETAM ESSA HISTÓRIA	119
3.3 IRMANDADE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS: A PROPRIETÁRIA	124
3.4 OS MORADORES VERSUS A IRMANDADE: CONFLITOS DE INTERESSE À LUZ DA TEORIA DA PRÁTICA	129
3.4.1 O CONFLITO TERRITORIAL: O EVENTO DE LONGA DURAÇÃO	131
4 CONCLUSÃO	146
REFERÊNCIAS	150

1 INTRODUÇÃO

“O Bairro 2 de Julho, Centro Antigo de Salvador – BA: a dinâmica dos conflitos em torno do espaço urbano” é uma pesquisa em que primeiramente analiso alguns projetos de instâncias públicas e/ou privadas que incidiram sobre o bairro e, em um segundo momento, as formas de resistência urbana no espaço de moradia e sociabilidade na Vila Operária Coração de Maria, propriedade antiga, fundada no século XIX, localizada na Rua Democratas no bairro 2 de Julho. Realizo isto com o intuito de discutir “desenvolvimento urbano”, a partir da descrição e análise de como aqueles que têm alguma relação com o bairro, tais como: moradores, movimentos sociais, dirigentes públicos, empresários do setor imobiliário, entre outros, ou seja, os agentes sociais, apropriam-se e interpretam dinâmicas territoriais.

Para analisar dinâmicas de conflito e resistências, busco na literatura científica conceitos de autores que ofereçam recursos para análise, tais como a noção de “agente” em Pierre Bourdieu (1983), “analfabetismo urbanístico” de Ermínia Maricato (2016), “biopoder” de Michel Foucault (1999), “necropolítica” de Achille Mbembe (2018), entre outros. Além disso, minha pesquisa enfatiza alguns objetivos específicos, entre eles:

1. Compreender o próprio 2 de Julho em seu cotidiano, pelo olhar daqueles que o habitam e/ou tenham alguma experiência com o bairro;
2. Especificar e analisar os processos de intervenção urbana no âmbito das políticas públicas e da iniciativa privada, assim como as mobilizações sociais frente a esses processos;
3. Refletir sobre o cotidiano de resistência e sociabilidade dos moradores da Vila Coração de Maria por meio da análise de fragmentos de histórias de vida de, pelo menos, sete famílias que ali residem.

Este estudo apresenta duas finalidades: a primeira é avançar na compreensão de outros processos de reestruturação urbana que ocorrem na cidade de Salvador e, em especial, em seu Centro Antigo; já a segunda é compreender, a partir de diferentes perspectivas, as categorias analíticas com conceitos usualmente utilizados em outras ciências, tais como: Sociologia, Arquitetura e Geografia.

1. 1 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio da utilização dos seguintes recursos metodológicos: na primeira fase, elaborei uma pesquisa bibliográfica para apreender os conceitos da fundamentação teórica que norteiam a investigação (SA-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009); na segunda etapa, por meio de uma pesquisa documental, reuni vários tipos de “documento”, a saber: fotografias, arquivos de jornais impressos ou em sítios eletrônicos, revistas, documentários, documentos oficiais (SA-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009); na terceira, realizei o trabalho de campo com observação participante e entrevistas semiestruturadas utilizadas, entre outras coisas, para produzir fragmentos de histórias de vida (BECKER, 1999) e na quarta refleti sobre os pontos de reflexão do material produzido para escrita desta dissertação.

Atentei para os direitos dos interlocutores que se constituem objetos da pesquisa, com base nos parâmetros das diretrizes do Código de Ética da Antropologia – CEA (1986/1988 [2011/2012]) sobre as populações investigadas em pesquisas da área:

1. Direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa;
2. Direito de recusar-se a participar de uma pesquisa;
3. Direito de preservação de sua intimidade, de acordo com seus padrões culturais;
4. Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado;
5. Direito de acesso aos resultados da investigação. (p. 1)

Assim, as entrevistas semiestruturadas realizadas para esta pesquisa se davam da seguinte maneira: inicialmente explicava a finalidade da entrevista e, diante do consentimento do entrevistado, ligava o gravador de voz para registro da entrevista em arquivo de áudio. O registro iniciava com um pedido de autorização ao entrevistado para o uso de seu nome e das informações coletadas durante este estudo.

Optei por usar nomes fictícios para alguns participantes e assim preservar o sigilo de suas identidades, mesmo daqueles que haviam me dado autorização prévia para tanto. Além disso, em algumas situações, não me senti confortável em colocar seus nomes verdadeiros para não correr o risco de prejudicá-los. Assim como a antropóloga Cláudia Fonseca (2007), concordo que a decisão do anonimato é uma decisão que cabe ao posicionamento ético e político do autor do texto. Fonseca (2007) discorre sobre as implicações do uso dos nomes reais no texto antropológico. Um dos pontos é que a não utilização nem sempre pode ser considerada uma questão de respeito. Ao optar pelo anonimato como preservação das identidades, pode

existir identificação do interlocutor por pessoas próximas a ele. Para a autora, não há apenas uma alternativa sobre o uso do anonimato em textos etnográficos. (FONSECA, 2007)

No que diz respeito aos tipos de pesquisa, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) argumentam que há diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental (segunda etapa desta pesquisa), que se fundamentam na natureza das fontes: a primeira remete a fontes secundárias e a segunda em fontes primárias. Os autores também advogam que assim como outros tipos de pesquisa, a pesquisa documental oferece a produção de novos conhecimentos, a possibilidade de novas formas de compreender os fenômenos, ao mesmo tempo em que oportuniza aprender como estes têm sido desenvolvidos. (SA-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009)

Na Antropologia, a observação participante, técnica consolidada por Malinowski (1978), tornou um método de grande relevância na área a ponto de se questionar a inserção de outras técnicas para a produção de dados como, por exemplo, a pesquisa documental. Entretanto, alguns autores têm se debruçado sobre a pertinência do arquivo como campo, que tem a sua especificidade, mas que também pode ser utilizado em pesquisas etnográficas (FREHSE, 2005; GIUMBELLI, 2002)

Cunha (2004) amplia essa discussão ao refletir sobre a relação entre etnografia e os arquivos. Ela advoga que diferentes profissionais (historiadores, arquivistas, antropólogos) têm voltado a sua atenção, nos últimos anos, aos arquivos, tendo a concepção que esses documentos produzem conhecimentos. Sobre os antropólogos, a autora afirma que a relação destes com os arquivos são recentes: “[...] aos vários processos de institucionalização da disciplina [...]”. (CUNHA, 2004, p. 291)

A autora declara que existe uma tensão a respeito das pesquisas em arquivos serem reconhecidas como práticas antropológicas, pois não são necessariamente compreendidas como atividades de trabalho de campo. Nesse sentido, uma etnografia produzida por pesquisa de arquivo é vista com desconfiança, pois ela acredita que esse fato se dá em decorrência, em parte, ao legado funcionalista que defende o trabalho de campo como método de excelência e, também, porque os documentos não falam, sendo que a interação com arquivos ocorre mediante técnicas que não são semelhantes às das usadas no trabalho de campo. Ela afirma que os arquivos podem ser tomados como objetos de análise e, portanto, contribuem significativamente para a produção de dados na elaboração de pesquisa etnográficas. (CUNHA, 2004)

Assim como Cunha (2004), acredito que a etnografia documental é umas das

possibilidades do fazer antropológico. Nesta pesquisa, a segunda etapa foi a análise dos documentos de diversas fontes, tais como: jornais impressos e em meios eletrônicos, atas de audiências, projetos de reabilitação e entre outros. Através da produção de dados dessas fontes, pude compreender inicialmente as fases de apogeu e declínio do bairro 2 de Julho, a forte especulação imobiliária na localidade e o litígio da Vila Coração de Maria. De posse dessas informações, foi elaborado o questionário de entrevista semiestruturadas.

A terceira etapa consistiu na realização do trabalho de campo com observação participante junto aos moradores do Bairro 2 de Julho, em especial da Vila Coração de Maria, momento em que me inseri na dinâmica do bairro como moradora/pesquisadora. O conceito analítico de observação participante empregado aqui refere-se à definição de Marcio Goldman (2003), “A observação participante, parece-me muito mais a possibilidade de captar as ações e os discursos em um ato do que uma improvável metamorfose em nativo”. (p.458). Sob esta perspectiva, a observação participante possibilitou a produção de dados que configuraram parte significativa do *corpus* de análise para elaboração desta dissertação.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, realizei um intenso trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas (BECKER, 1999) contando com a participação de: sete comerciantes, três moradoras que tinham mais três décadas de residência no bairro, três moradoras com menos de dez anos na localidade, uma ex-moradora, uma transmoradora, o administrador da Irmandade, o defensor público e os seis moradores da Vila, em um total de vinte e três entrevistas realizadas entre 2016 e 2019 com aproximadamente vinte horas de gravações.

Este estudo é inserido na subárea da antropologia urbana, o que justifica algumas precisões a respeito de certos entendimentos de base. Por muitos anos, a Antropologia concentrou seus estudos na diversidade cultural do “Outro”, que correspondia a grupos de outras sociedades diferentes da do pesquisador, distantes social e geograficamente (MAGNANI, 1996). O pretendido rigor científico era pautado na objetividade e imparcialidade, condições adquiridas por meio do distanciamento e estranhamento do antropólogo diante das culturas que pretendia apreender. Até então, a possibilidade de estudar o “Outro” na própria sociedade do pesquisador não era cogitada.

A mudança dessa concepção ocorreu por conta da acentuada consciência de duas situações: o processo de extinção de povos originários e o novo posicionamento de antigos povos colonizados que passaram a ser independentes e rejeitaram a ideia de serem tidos como objetos de estudos da Antropologia (MAGNANI, 1996). Contudo, de acordo com Hannerz

(2015), foi somente a partir da década de 1960 que os antropólogos consideraram a possibilidade de realizar pesquisas nas cidades, ou seja, em um ambiente familiar ao do pesquisador. (HANNERZ, 2015)

É justamente na década de 1960 que a etnicidade e a pobreza são redescobertas e passam a configurar como ‘problemas urbanos’, na maioria dos casos. Houve um longo percurso que corresponde à presença de antropólogos nas cidades até o surgimento da antropologia urbana: “A identificação coletiva com a nova especialização acadêmica, e o uso do rótulo de antropologia urbana, foi mais uma coisa da década de 1970 do que a década precedente. O primeiro livro com o título *Antropologia Urbana* surgiu em 1968”. (HANNERZ, 2015, p. 12)

No Brasil, o primeiro curso de Antropologia Urbana ocorreu no Museu Nacional e foi ministrado no primeiro semestre de 1969 pelo professor Antony Leeds, docente vinculado ao departamento de Antropologia da Universidade do Texas, em Austin. Leeds influenciou Gilberto Velho e outros estudantes sobre a temática da habitação: “No curso que deu no nascente PPGAS, abriu a possibilidade para que os alunos desenvolvessem trabalhos sobre diferentes tipos e modos de habitar. Ora, eu estava tendo uma oportunidade única que iria marcar toda a minha carreira”. (VELHO, 2011, p.162)

Robert DaMatta também teve importância na formação de Gilberto Velho, pois amplificou espaços e cruzou fronteiras (VELHO, 2011). DaMatta tinha Ph.D. em Harvard e sua formação se concentrava em Etnologia indígena. Este autor demonstrou a relevância da perspectiva antropológica frente aos estudos urbanos, e que o campo teórico poderia ser útil para o estudo dos mais diversos temas relacionados à sociedade brasileira. As pesquisas e textos publicados por este autor versaram sobre os rituais, sendo que a principal contribuição foi o livro *Carnavais, malandros e heróis*, de 1978, (Velho, 2011). Gilberto Velho (2011) e Roberto DaMatta eram colegas e vizinhos de sala, o que possibilitou diálogos entre ambos sobre os mais diversos temas. (VELHO, 2011)

Esses dois autores foram fundamentais para a construção do conhecimento em antropologia urbana pela perspectiva do “familiar”, do socialmente próximo de nós, visto que o nosso “nativo” é aquele pertencente à nossa cultura. Eles apontaram para um novo caminho: o da subjetividade. Roberto DaMatta (1978) defende a necessidade de o etnólogo assumir, de forma integral, seu ofício através do *anthropological blues*, ou seja, incorporar o aspecto da subjetividade do indivíduo ao rigor das técnicas de coleta de dados. Este autor estabelece e explicita as tarefas por meio das quais o etnólogo pode desempenhar seu ofício de forma plena: transformar o exótico em familiar e/ou transformar o familiar em exótico, sempre levando em

consideração nas duas abordagens as teorias antropológicas que o autor classifica como “[...] um corpo de princípios guias”. (DAMATTA, 1978, p. 6)

Gilberto Velho (1981) retoma as categorias analíticas do familiar e exótico. Para o autor, essas categorias foram usadas por DaMatta (1981) para retratar a distância. É nesse ponto que dedica sua atenção para explicar entre distância social e distância psicológica. Ele argumenta que o familiar não é necessariamente algo conhecido, assim como o exótico nem sempre é desconhecido. Velho (1981) também enfatiza a importância de relativizar as categorias de distância e objetividade: “[...] se de um lado nos torna mais modestos quanto à construção do nosso conhecimento em geral, por outro lado permite-nos observar o familiar e estudá-lo sem paranoias sobre a impossibilidade de resultados imparciais, neutros”. (VELHO, 1981, p. 129) E, por fim, o autor demonstra o caráter subjetivo e interpretativo segundo o qual toda pesquisa não tem um valor absoluto, mas aproximativo. Através de Velho (1981) e DaMatta (1978), podemos pensar sobre a possibilidade de um conhecimento antropológico na cidade levando em consideração as suas especificidades.

1.2 PERCURSO DO TRABALHO DE CAMPO

De forma descontínua, passei por cinco fases em meu vínculo com o 2 de Julho entre 2014 e fevereiro de 2019. Durante esse período, desempenhei diferentes papéis no bairro: indiferente (no sentido de não conhecer a localidade), pesquisadora, estudante/pesquisadora, moradora/pesquisadora e transmoradora².

Minha primeira ida ao bairro aconteceu em 2014, quando me dirigi ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) para prestar uma reclamação de uma empresa de celular, e foi seguida de duas outras vezes em que visitei uma amiga residente do 2 de Julho. Até então, a região não me havia despertado nenhum interesse, seja do ponto de vista científico, seja como opção de lugar para habitar.

Entretanto, isso mudou durante o ano em que fui bolsista de Iniciação Científica (IC) pelo Programa Permanecer – UFBA, que fazia parte de um amplo projeto de pesquisa denominado: “Antropologia e Direito: memória, cidadania e mobilizações sociais na cidade de Salvador/BA”, de autoria da Profa. Cíntia Beatriz Müller. Minhas atividades referiam-se ao

² O conceito de transmorador foi criado pelo poeta Alex Simões. Segundo ele, transmorador é um morador em trânsito. É uma pessoa que, mesmo longe, mantém uma relação afetiva com o bairro. Explico com maiores detalhes como cheguei nesse conceito no final desta seção.

plano de trabalho intitulado: “Bairro 2 de Julho: moradia e especulação imobiliária, memórias e cidadanias”. Por meio da realização de minhas tarefas de pesquisa, me encantei pela força da mobilização social dos moradores e pelos aspectos histórico, culturais e sociais do bairro.

Minha inserção no campo iniciou-se quando passei a acompanhar o “Movimento Nosso Bairro É 2 de Julho” – MNBE2J. No blog oficial do grupo, havia menção da página privada do grupo em uma rede social. Para acessá-la, era necessário que algum membro aceitasse minha solicitação de adesão, o que demorou um pouco para acontecer. Por isso, resolvi ir até o bairro para fazer alguns contatos. Percorri algumas ruas. Nas horas em que permaneci na Praça do Largo 2 de Julho, vi um intenso movimento das pessoas: jovens, idosos, casais de namorados, comerciantes, ambulantes, todos dividindo o mesmo espaço da praça, mantendo aquela característica de cidade pequena em que todo mundo conhece todo mundo.

Esse comportamento de relações afetivas mais profundas já era ratificado por Simmel (1973): “[...] à vida de pequena cidade, que descansa mais sobre relacionamentos profundamente sentidos e emocionais”. (p. 12). Era, então, a “pequena cidade” na “grande cidade” de Salvador. Magnani (1996) amplia esse conceito de sociabilidade de Simmel (1973) por meio da noção de “pedaço” que é uma área demarcada entre o privado (casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica que são relações sociais intensas e duradoras por determinado grupo. (MAGNANI, 1996)

Situações do cotidiano – tais como a vida diária das pessoas, troca de informações e pequenos serviços, eventuais conflitos, a prática do lazer – acontecem nos muitos “pedaços” do 2 de Julho, como o do churrasquinho da Samira³, (ponto de encontro de amigos); o Beco do Mingau, onde as crianças brincam de bola, e mulheres que conversam sentadas na calçada; o “pedaço” a Vila Operária Coração de Maria (VOCM), cujos ocupantes estabeleceram um vínculo de amizade e cooperação mútua entre si, entre outros.

Algumas semanas depois, quando fui adicionada à página virtual do MNBE2J, comecei a frequentar algumas reuniões que aconteciam nas terças-feiras, às 19h00, no pátio do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO). No dia da primeira vez em que participei de uma reunião, cheguei mais cedo do que o previsto e conheci uma estudante de pesquisa da UNEB, que também aguardava. Começamos a conversar prontamente, e, pouco tempo depois, conheci Viviane Hermida, integrante do MNBE2J, com quem mantive contato durante todo meu trabalho de campo. Eram poucos os membros, nesse período de campo, e sempre os mesmos:

³ Nome fictício.

aproximadamente 5 pessoas (4 mulheres e 1 homem), sendo que às vezes apareciam outras pessoas de forma esporádica. Os integrantes eram pessoas extrovertidas, comunicativas e receptivas.

Ao começar a reunião, eu e a outra pesquisadora nos apresentamos e explicamos a finalidade de estarmos ali. Então, todo o grupo nos acolheu. O antropólogo social Diego Zenobi (2010) aponta alguns cuidados que devemos ter em campo, e um deles diz respeito à maneira como produzimos conhecimento, o que demanda um contato efetivo com os interlocutores. Além disso, tendo-se em vista que as informações adquiridas podem gerar dúvidas sobre sua finalidade, o antropólogo pode consequentemente ser visto como um espião ou infiltrado, sendo por isso necessário fazer os devidos esclarecimentos. Posso afirmar que a minha relação ao longo desta pesquisa, com os integrantes do MNBE2J, foi baseada na confiança recíproca.

As reuniões do MNBE2J aconteciam em torno de uma pauta e informes. De forma geral, discutiam-se os processos de desapropriação, planejamento de oficinas e debates; caso fosse necessário, entrava-se com representação junto ao Ministério Público, a exemplo do Ofício nº 983/2014 que diz respeito ao Projeto de Reabilitação Histórica, Cultural e Econômica do Centro Antigo de Salvador e do Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências.

Por meio do MNBE2J, mantive-me informada de todos os acontecimentos do bairro, inclusive da categoria nativa de “gentrificação”, o que configurava um processo que gerava problemas ao bairro. Ou seja, um conceito fundamental surgia entre os próprios interlocutores. Nesta pesquisa, essa categoria é abordada como nativa e analítica, que corresponde à substituição de uma população de baixa renda por outra de elevado poder aquisitivo.

Da mesma forma como esta categoria surgiu durante o campo, as pesquisadoras Ost e Fleury ampliaram uma compreensão conceitual em trocas com os entrevistados. No artigo “*O mercado sobe o morro. A cidadania desde?*” (2013), as pesquisadoras foram informadas sobre como as relações entre Estado, mercado e comunidade foram alteradas depois da implantação da política de pacificação da UPP na comunidade do Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. As autoras trabalharam com a noção de “remoção branca” – uma forma de despejo promovida por atos e ações “legais”, mas que repercute em remoção da população. Uma parte desses entrevistados conceituaram esse fenômeno como gentrificação. A conceitualização das autoras é uma das que utilizo nesta pesquisa:

[...] é o processo de gentrificação, ou enobrecimento urbano. O termo faz referência ao processo de conversão de áreas habitadas por uma população de menor poder aquisitivo para uma vizinhança com poder aquisitivo maior (Smith, 1979) por meio de uma estratégia do mercado imobiliário normalmente associado a uma política pública de revitalização dessas áreas degradadas, visando a torná-las mais atraentes ao grande capital. (p. 661-662)

Foi através do levantamento de dados e pelo Movimento Nosso Bairro 2 de Julho que surgiu um dos recortes empíricos que analiso na presente pesquisa, quando conheci o litígio entre os moradores da Vila Operária Coração de Maria (VOCM), região do bairro, e a Irmandade São Pedro dos Clérigos, proprietária da VOCM. Esse conflito territorial já dura treze anos e desde então houve várias reconfigurações no que tange aos agentes envolvidos, aos trâmites legais entre atores e suas práticas de resistência.

A Vila Operária Coração de Maria localizava-se na Rua Democrata, entre o Clube Fantoques e a Igreja Coração de Maria. Fundada no século XIX, desde o princípio, como afirmava Ivana Chastinet, antiga moradora, foi destinada à moradia “social”, pois seus primeiros habitantes eram escravizados. Segundo a 1ª edição do jornal “Fala, 2 de Julho”, produzido pelo MNBE2J, a VOCM: “[...] está em uma área de proteção ambiental e paisagística, além de ser um bem de valor histórico da cidade”. (2014, não paginado).

A Vila Operária Coração de Maria sintetizava muito bem o que vem a ser o bairro 2 de Julho: plural, singular e muito acolhedora. Ao entramos na Vila nos deparávamos com o verde das plantas, o som dos saguis e dos passarinhos. Nas conversas que tinha com Linda Kaiongo, uma das principais colaboradoras desta pesquisa, ela me dizia que “a Vila era o Capão de Salvador” em referência ao Vale do Capão, um dos pontos turísticos da Chapada Diamantina, localizada no Estado da Bahia. Com isto, ela me explicava que o local era diferente da paisagem urbana que a insulava, que seus moradores tinham um estilo de vida com hábitos que se distanciavam da lógica consumista e cultivavam estreita rede de solidariedade. Passando pelo terreiro, que ficava na parte frontal da Vila, temos um conjunto de sete casas. Linda Kaiongo me contou durante uma entrevista que as primeiras casas foram feitas sem utilizar cimento, mas sim, óleo de baleia e barro, sendo que depois veio a construção com taipa.

Figura 1 – Vila Operária Coração de Maria, Bairro 2 de Julho, Salvador, BA



Fonte: Jornal A Tarde (2013).

Em 2019, a Vila contava com cerca de 6 famílias residindo em 6 casas. A Irmandade São Pedro dos Clérigos era a proprietária deste espaço. Uma instituição vinculada à Igreja Católica. Até 2007, havia um interesse mútuo de compra e venda entre a proprietária e os moradores. A Irmandade chegou mesmo a emitir um documento no qual se comprometia alienar a propriedade, mas isso não aconteceu. (BLOG WORPRESS, 2011). Entretanto, os residentes afirmaram que a proprietária recebeu outra proposta, desta vez de uma construtora que pretendia construir um edifício-garagem para os moradores de um condomínio residencial localizado na Avenida do Contorno, o Clock Marina Residence, cujo metro quadrado valia 11 mil reais em 2012 e em 2020 o valor subiu para 13 mil reais, segundo o site de vendas da OLX.

Meu primeiro contato com a maioria dos moradores da Vila aconteceu em outubro de 2014, em uma audiência de “reintegração de posse”, no Fórum Ruy Barbosa, Campo da Pólvora, Salvador- BA. Nesta a juíza compreendeu que a primeira audiência de “turbação” (manutenção de posse) movida pelos ocupantes era válida e justificou a sua decisão, entre outros motivos, pelo o não comparecimento da proprietária.

Regressei ao campo no final de julho de 2016, quando reestabeleci contato com Linda Kaiongo. Nesse período tentei me aproximar dos moradores da Vila, sem muito sucesso, pois uma das principais interlocutoras da pesquisa, Ivana Chastinet, estava impossibilitada de estabelecer interlocução por conta do diagnóstico de metástase. Embora este fato tenha ocorrido no momento da minha entrada no campo em relação à Vila, consegui manter contato com Linda e outras pessoas que tiveram alguma experiência no bairro como: moradores e/ou comerciantes.

Nesse momento, assumi o compromisso de me fazer presente aos eventos da Vila e do Bairro, como também em outros eventos relacionados à localidade.

O 2 de Julho se configurava como um dos berços culturais no cenário artístico e boêmio baiano, sendo uma área de grande sociabilidade e equipamentos culturais como, por exemplo, a Casa Preta em que há apresentações de artistas locais. Uma das estratégias de resistência criadas por Ivana Chastinet foi o convite de amigos, que eram artistas (cantores, atores), para ocupar a VOXM. Então o bairro passou a contar com mais um equipamento cultural, a própria Vila, com a prestação de serviços para comunidade local como oficinas de artes e de jardinagens.

Certa vez, assisti a uma audiência promovida pela vereadora Aladilce Souza do Partido (PCdoB), em 2016, afim de pedir explicações sobre os decretos de desapropriação do bairro 2 de Julho. A mesa foi composta pela vereadora, representantes dos movimentos sociais, dois representantes da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) e um representante do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). O representante da Prefeitura de Salvador não participou, apesar de ter sido convidado. Durante a sessão, Rafael, representante da CONDER, proferiu a seguinte frase, que me fez ter um *insight*:

Os Decretos de utilidade pública foram editados, justamente, com a finalidade de preservar o patrimônio histórico e fortalecer o Centro Antigo. Não de [adquirir] propriedade e não de excluir ninguém, de não expulsar, gentrificar. Não tem nada disso: a ideia é o oposto, é manter, preservar é atrair novos moradores e viabilizar a recuperação desse patrimônio e dá uso aqueles imóveis que não atendem uma função social. (Rafael, representante da CONDER, 2016)

Através deste *insight*, compreendi que os processos de intervenção urbana do bairro, impulsionados e motivados pelos projetos de instâncias público e/ou privada, tinham outras interpretações, verbalizadas publicamente e que conferiam legitimidade às iniciativas, que motivavam as ações de agentes sociais. Portanto, para ampliar a compreensão do recorte analítico, eu também precisava analisar os projetos públicos e privados destinados ao bairro e os discursos, mesmo que parciais, emitidos pelos agentes públicos/privados que os implementavam.

Uma das questões mais complexas das cidades contemporâneas diz respeito às políticas de reestruturação do espaço urbano. São comumente utilizados termos como revitalização, restauro, reforma, requalificação, reabilitação, reforma, requalificação, reabilitação, recuperação, repovoamento, regeneração, renovação renascimento urbano (BITTENCOURT, J.M., 2015), para justificar ações que visam “recuperar” áreas interpretadas por grupos de poder

como degradadas, geralmente localizadas nos centros das metrópoles. Os processos de intervenção são questionados por vários autores (ALVES, 2011; BITTENCOURT, J.M., 2015; JAIME; NEVES, 2010) e ativistas urbanos, que, em sua maioria, compreendem que na prática tais processos significam expulsão e higienização social da população de baixa renda para atender interesses da iniciativa privada, em especial ao capital imobiliário.

No meu primeiro semestre, em 2017, cursei duas disciplinas no CEAQ que fica na Praça Inocência Galvão, no Largo 2 de Julho. Então assumi um novo papel: o de estudante/pesquisadora. Isto foi muito importante, porque o meu olhar se modificou completamente, pude perceber outras nuances que passavam despercebidas, comecei a usufruir alguns serviços, como: lanchonetes e impressões de atividades. Algumas vezes me assustava com os preços: um pouco acima da média.

A etapa de minha imersão em campo ocorreu no período de abril a agosto de 2018 e nela inaugurei a fase de moradora/pesquisadora. Este período foi fundamental, pois tive a oportunidade de ter contato com os moradores e comerciantes que não fazem parte de nenhum movimento social organizado, encontrei tempo para compartilhar o cotidiano do bairro, travar diálogos com moradores e apreender suas percepções a respeito do bairro. Ao mesmo tempo, participei da dinâmica do local conhecendo mais internamente seus ritmos, no que se refere aos equipamentos culturais e as formas de sociabilidades das pessoas.

Na etapa de busca por um imóvel para alugar (em 2018), constatei como a forte especulação imobiliária do bairro dificultava que, muitas vezes, pessoas de baixo poder aquisitivo residissem ali, embora seja um bairro considerado por uma parte dos soteropolitanos como “popular, violento e inseguro”. Encontrei preços de aluguéis que variavam entre R\$ 300,00 a R\$ 1.700,00, na época. Fazendo uma pesquisa no Facebook, em grupos de aluguéis, vi que muitas vezes era mais caro morar no 2 de Julho do que em bairros da orla de Salvador, considerados mais próximos da realidade classe média alta, como Barra e Ondina, entre outros.

A última fase de minha pesquisa foi a de ser “transmoradora”, categoria que emergiu no próprio campo. Segundo Viviane Hermida, esse termo surgiu em uma das apresentações do poeta Alex Simões, ele mesmo um “transmorador” do 2 de Julho. Certa feita o poeta perguntava qual era a relação dos presentes com o bairro, e um deles, ex-residente, respondeu que não queria ser considerado um ex-morador, pois frequentava o bairro e utilizava seus serviços. Foi então que Alex atribuiu a si mesmo a classificação de transmorador. Essa categoria, de acordo com Viviane Hermida, engloba pessoas que, apesar de não morarem mais no local, ainda possuem algum tipo de ligação com o bairro. E nisso me enquadro, pois independentemente da

pesquisa, mantenho vínculo com algumas pessoas e a localidade. Tenho amigos e, para mim, o bairro 2 de Julho representa um espaço que me traz boas recordações afetivas.

No ano de 2019, priorizei a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), construído a partir de dados produzidos e não trabalhados nesta dissertação, intitulado “*Processos locais de resistência: mobilização social no bairro 2 de Julho, Salvador-BA*”. Trata-se de uma investigação sobre os processos de resistência em seus múltiplos planos de organização de forma a compreender de que maneira os movimentos sociais do bairro 2 de Julho atuam na reivindicação de seus pleitos, demandas e a relação deles entre si. O bairro contava com os seguintes ativismos urbanos, sociais e locais: Associação Comunitária do Largo 2 de Julho (Aclaj), Nosso Bairro É o 2 de Julho, Coletivo Vila Coração de Maria e o Centro Cultural Que Ladeira Essa? Ao mesmo tempo em que procurou entender a relação destes com a Articulação do Centro Antigo de Salvador⁴ e assessorias.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação foi escrita entre os meses de maio a novembro de 2020, em um período pandêmico, e divide-se em: uma *Introdução*, onde situo o leitor em minha inserção ao campo, universo da pesquisa e metodologia. No segundo capítulo, intitulado “*Nosso bairro é 2 de Julho: mobilização popular frente aos processos de intervenção urbana*”, descrevo os aspectos sociais, econômicos e geográficos do bairro e apresento um panorama histórico correlacionando à área com aspectos do desenvolvimento da cidade de Salvador. Ao mesmo tempo, discuto as ações de alguns órgãos públicos no âmbito do bairro ao empreenderem projetos classificados como de “requalificação urbana”, “revitalização”, “reabilitação”, assim como os eventuais movimentos de mobilização gerados face a essas transformações do espaço.

O terceiro capítulo, “*Resistência urbana no espaço de moradia e sociabilidade: a Vila Coração de Maria*”, tem a finalidade de refletir sobre o cotidiano de resistência e sociabilidade dos moradores da Vila Coração de Maria e, para isso, busquei compreender fragmentos das histórias de sete famílias que ali residem. Foi importante esta análise de dados empíricos, já que, por meio de uma situação específica, pode-se entender os impactos de parte dos processos

⁴ A Articulação do Centro Antigo de Salvador surgiu em 2014. Trata-se de um coletivo que reúne os principais movimentos sociais do Centro Antigo de Salvador e é composto por: os movimentos sociais do 2 de Julho, Movimento Sem Terra da Bahia (MSTB), Artífices da Ladeira da Conceição da Praia e a Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo. Segundo Viviane Hermida, integrante do MNE2J, a criação da Articulação teve por objetivo ampliar a voz dessas comunidades. Juntos, eles tomam decisões coletivas como, por exemplo, o cortejo que todos os anos são realizados no 2 de Julho, data que marca a Independência da Bahia.

de reestruturação urbana descritos no segundo capítulo nas vidas e na rotina de pessoas que vivenciam o bairro.

Na *conclusão*, retomo algumas discussões dos segundo e terceiro capítulos para sustentar que o que está em curso no bairro 2 de Julho configura-se como um processo gradual de gentrificação que pode ser referenciado em termos de necropolítica de acordo com Achille Mbembe (2018): “[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. (p. 05). Ou seja, estamos assistindo à definição daqueles que serão selecionados para viver, ou não, no bairro 2 de Julho em sua contemporaneidade.

2 NOSSO BAIRRO É 2 DE JULHO: MOBILIZAÇÃO POPULAR FRENTE AOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA

No segundo capítulo, intitulado “*Nosso bairro é 2 de Julho: mobilização popular frente aos processos de intervenção urbana*”, descrevo os aspectos sociais, econômicos e geográficos do bairro e apresento um panorama histórico correlacionando à área com aspectos do desenvolvimento da cidade de Salvador. Ao mesmo tempo, discuto as ações de alguns órgãos públicos no âmbito do bairro ao empreenderem projetos classificados como de “requalificação urbana”, “revitalização”, “reabilitação”, assim como os eventuais movimentos de mobilização gerados face a essas transformações do espaço.

Neste capítulo, descrevo e analiso 5 (cinco) projetos de intervenção urbana destinados para o bairro 2 de Julho ao mesmo momento em que apresento as mobilizações de movimentos sociais frente a essas propostas. Dos projetos mencionados, 3 (três) desses foram de autoria da Prefeitura de Salvador, 1 (um) da iniciativa privada e 1 (um) referente ao Governo do Estado.

Na esfera municipal, os planos foram elaborados e/ou implementados por três gestões distintas, porém tiveram a mesma particularidade: a falta da participação popular no desenvolvimento dessas propostas. O primeiro projeto de revitalização ocorreu na administração de Antônio Imbassahy, nos anos 2000. Essa proposta aconteceu devido a pressões por melhoria na infraestrutura no bairro por parte da Associação dos moradores do 2 de Julho (Aclaj).

O segundo plano intitulado “*Projeto Humanização do Bairro Santa Tereza*”, em 2012, de autoria do prefeito de João Henrique de Barrados Carneiro (PMDB). Este projeto demonstrava interesses em comum com grupos empresariais criados do projeto da iniciativa privada. Esta proposta da prefeitura não foi adiante, devido as mobilizações do Movimento Nosso Bairro É O 2 de Julho (MNBE2J). O último projeto denominado “Eu Amo o 2 de Julho” foi de autoria de Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM), em 2017. A Aclaj apoiou esses dois projetos.

Em 2008, foi elaborado o projeto “Cluster Santa Tereza” dois grupos empresariais: a Eurofort Patrimonial e a RFM Participações. Nesta proposta estava prevista a construção de três empreendimentos de alto padrão que foram: o Cloc Marina Residence, o Trapiche Residence e o Hotel Txai.

As práticas do Governo do Estado foram retratadas aqui através da audiência pública (2016) e do Plano de Reabilitação Participativo para o Centro Antigo de Salvador (2013), pois

este último foi mencionado na audiência. Em suma, essas descrições e análises dos projetos sejam eles de autoria do poder público ou da iniciativa privada e as mobilizações tanto de apoio ou de questionamentos foram fundamentais para compreender como os diversos agentes sociais desse cenário se apropriam e interpretam as dinâmicas territoriais.

2.1 VIVER O BAIRRO 2 DE JULHO: MORADIA E RITMOS DO COTIDIANO

Em 2017, por conta do começo do curso do mestrado, deparei-me com a necessidade de compreender o 2 de Julho através da interação com o bairro para viver sua essência e captar o ponto de vista do interlocutor. Assim, uma das estratégias foi minha imersão em campo por período de quatro meses, entre março a agosto de 2018. Nessa imersão, assim como Goldman (2003), acredito que o antropólogo não deve ter juízo de valor sobre as percepções do interlocutor, ou seja, não nos cabe determinar a veracidade de suas compreensões, mas cabe a nós buscar compreender aquilo que nos é permitido. Além disto, o saber do interlocutor também é um conhecimento antropológico.

Neste momento, se faz necessário uma breve contextualização do percurso antecedente à imersão do campo em 2018. No primeiro semestre de 2017, cursei duas disciplinas do mestrado no CEAO, localizado na principal praça do 2 de Julho, a Praça Inocência. Lá, existia também prédios residenciais, mercadinhos, um centro comercial, restaurantes, bares e lanchonetes. Tratava-se de um espaço de sociabilidade e lazer, onde comumente era possível encontrar amigos e casais de namorados conversando tranquilamente.

A Praça Inocência Galvão também era compartilhada por pessoas em situação de vulnerabilidade econômica que, por exemplo, dormiam nas calçadas: eram homens e mulheres negras, na faixa de até 40 anos que, muitas vezes, eram invisibilizados pelos transeuntes, talvez por já fazerem parte desse cenário. Penso que tal cenário revelava a face mais cruel do abandono sociopolítico do bairro 2 de Julho. Existiam também os estabelecimentos que eram referências no bairro: Bar e Restaurante Líder e o Mocambinho, espaços frequentados para consumo de comidas, bebidas e interação social. No primeiro, predominava um público de classe média; no segundo, os estudantes do CEAO.

Nesse período, durante os intervalos das aulas, pude utilizar alguns serviços localizados na Praça Inocêncio Galvão juntamente com outros colegas tais como: idas a uma das Perinis⁵ para comprar lanches e sentar para conversar sobre diversos assuntos; eventualmente utilizava os serviços de fotocópias e/ou impressão cujos preços eram realmente elevados em relação à média praticada em outros locais da própria Salvador. Por conta dessas experiências, uma das questões que abordei nas entrevistas semiestruturadas tratava da percepção dos entrevistados sobre o aumento no custo de vida local: isso era confirmado? Se sim, qual era a percepção sobre isso. José Albergaria, dono de um bar localizado no início da Rua Democratas, respondeu à essa questão afirmando que não havia percebido nenhum aumento, pois “no centro tudo era caro”.

Nessa lógica, os preços altos seriam porque o bairro se localiza em uma área central como apontou o entrevistado; entretanto, a hipótese era o aumento do custo de vida seria um dos reflexos da recente valorização da área. Estando vivendo de forma intensa na localidade, eu teria condições de compreender se a hipótese confirmaria a percepção da maioria dos entrevistados.

Em janeiro de 2018, comecei a dar início a fase de imersão ao campo que se iniciou na busca de um imóvel para morar no período de 4 meses. Para isso, contei com auxílio de Viviane Hermida, Linda Kaiongo, Arlete e Caroline Lima⁶, moradoras do bairro, que me indicavam proprietários de imóveis. Paralelo a essas indicações, também fiz pesquisas em grupos destinados a locação de propriedades no Facebook e na OLX.

Nas buscas pelo Facebook, percebi que era mais oneroso alugar um quarto no 2 de Julho do que imóveis na Graça, Ondina e Barra, bairros de Salvador considerados nobres. Este fato inicial da pesquisa, indicava fortes indícios de especulação imobiliária. Após dois meses de buscas, por intermédio de Linda Kaiongo, consegui alugar um quarto na Pousada de Dona Consuelo.

A Pousada de Dona Consuelo ficava na rua do Sodré. A depender da localização que a pessoa esteja, o trajeto mais fácil e tido como mais “seguro” era pela Avenida Carlos Gomes, seguir pela Rua da Cabeça, virar à direita e assim chegava-se a Sodré, que impressionava

⁵ São definições de Gilda Conceição, amiga e transmoradora que, ao morar no bairro, dizia que alguns estabelecimentos cobravam preços elevados, e por isso da associação com a Perini, uma rede de supermercados cujos preços são altos.

⁶ Conheci Arlete na audiência de reintegração de posse que ocorreu em outubro de 2014. Ela era uma das pessoas que foram prestar solidariedade aos moradores da Vila. Caroline Lima ocupava umas das casas da Vila desde 2017.

inicialmente pela bela vista da Baía de Todos os Santos. Nesse percurso em direção à pousada, era possível visualizar casarões degradados, edificações mais novas, bares, sendo que o mais famoso deles era o Mimoso, de propriedade de Seu Santos que era padrinho da Dona Consuelo.

Em frente à Pousada, localizava-se o prédio pertencente a ONG Bahia Street⁷, uma entidade voltada para projetos educacionais de crianças e adolescentes do sexo feminino de baixo poder aquisitivo. Era em uma dessas salas do prédio, onde aconteciam as reuniões da Articulação dos Movimentos Sociais do CAS durante os quatro meses de imersão de campo.

A Pousada de Dona Consuelo ficava em um prédio de dois andares. O imóvel era situado no térreo, sendo que o primeiro andar pertencia a outro proprietário. A pousada que, segundo Linda Kaiongo, era apenas uma grande casa, foi reformada, possuía seis quartos (três deles de casal e os outros três de solteiro). Nessa parte dos quartos de locação, havia um pequeno corredor que dava acesso à cozinha coletiva e equipada com fogão, micro-ondas e os demais utensílios (filtro, panelas, copos, pratos, facas e etc.).

A proprietária também morava nesse imóvel, só que na parte dos fundos. O que separava esse espaço ao da casa da proprietária era um portão que ficava na cozinha coletiva. Ao atravessá-lo, do lado esquerdo tinha uma cozinha de seu uso particular. Nesse espaço, em frente ao seu quarto tinha uma área de serviço que todos poderiam utilizar. O quarto em que fiquei acomodada era espaçoso e contava com banheiro privativo e mobília: uma cama de casal, televisão, geladeira e um armário.

Algumas considerações devem ser feitas sobre Dona Consuelo, uma senhora branca, cabelos curtos e loiros, por volta dos 60 anos e costumava se referir a si mesma como uma pessoa “nascida e criada no Pelourinho”. De personalidade forte, dizia tudo que vinha à sua cabeça. Seu vocabulário, a maior parte, era formado por palavrões que, segundo ela, aprendeu quando era fotógrafa, nos anos 60, no *Jornal A Tarde*. Ela fazia uso destes vocábulos como forma de se impor, visto que estava rodeada por homens, tendo que agir em certa medida igual a eles. A nossa aproximação aconteceu aos poucos e inicialmente o seu jeito me intimidava; porém, com o passar do tempo, começamos a ficar próximas e estabelecemos uma relação de amizade até ao ponto de ela me tratar por “filha”.

É interessante como no trabalho de campo a conduta do pesquisador também é observada. Ao me mudar, em março de 2018, minha rotina consistiu basicamente em cumprir as demandas acadêmicas (ir às aulas e realização dos trabalhos finais das disciplinas do segundo

⁷ Informações retiradas do site: < <https://bahiastreet.org.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

semestre). Nesse período que considero de “pré-campo”, Dona Consuelo me atribui à categoria de “menina que só estuda”, pois, nos raros momentos que deixava a porta do quarto aberta, eu estava com anotações em cima da mesa ou digitando no computador.

Certo dia, Dona Consuelo e seu filho se aproximaram de mim na cozinha e conversamos alguns assuntos relacionados ao 2 de Julho. Ela identificou alguns problemas da área: realizava compras em outros supermercados fora do bairro, pois considerava os preços muito elevados ali; e a sujeira da rua, principalmente, na porta do seu imóvel a incomodava, mas não mencionou o conceito de “gentrificação” como uma explicação para esses problemas da localidade.

Nesse período de hospedagem muitos entraram e outros saíram da Pousada, pois a rotatividade era grande, porém existia um morador que perdurava: Seu Clóvis. Assim, tive a oportunidade de conviver com esse senhor negro, aposentado, de estatura mediana. Por ser prestativo, sempre que eu precisava de algum auxílio, me socorria. Gostava de ouvir a programação da Rádio Sociedade, o que me remeteu à minha infância quando ouvia os programas com a minha avó materna. Nossos diálogos foram poucos, porém afetivos. Assim como para Dona Consa, para ele, eu era “a menina que só estudava”.

Pensar a rua como um recorte analítico foi a proposta do livro “*A rua: espaço, tempo, sociabilidade*” dos autores Graça Cordeiro e Vidal Frédéric (2008): “Analisar a rua como lugar estratégico para a observação da visão da vida cidadina e urbana, no que esta tem de mais peculiar e original, é o tema central deste livro”. (p. 9). Para atingir esse objetivo, os autores procuraram olhar a rua de maneira interdisciplinar com especial atenção para as mudanças históricas, algo encontrado no 2 de Julho, cujas ruas contam histórias que são marcadas por acontecimentos importantes e espaços caracterizados pela sociabilidade, o lazer e a cultura. Nesse sentido, descrevo algumas ruas que marcam o 2 de Julho, devido às particularidades.

A Rua do Sodré era conhecida, dentre outras coisas, como o local de morada de Castro Alves. A antiga residência do poeta era o espaço onde funcionava o Colégio Estadual Ypiranga, que atendia crianças e adolescentes da comunidade e seu entorno. A rua tem esse nome em homenagem ao português Jerônimo Sodré Pereira que construiu o Solar do Sodré. (BORGES, 2001)

Penso que a Sodré era o reflexo do 2 de Julho: dinâmico e pulsante, uma convergência de encontro de diferentes pessoas e negócios em um mesmo espaço. Pela manhã, era possível encontrar homens sentados em um bar, uma forte circulação de estudantes, camelôs, pessoas se dirigindo aos seus locais de trabalho e etc. Nessa área, havia dois bares, sebos, um prostíbulo, um mercadinho, a Associação de Capoeira Angola Navio Negreiro (ACANNE) e o Museu de

Arte Sacra⁸, que foi o primeiro museu universitário da Bahia administrado pela UFBA e instalado no antigo convento do Santa Teresa.

Baptista (2003) faz uma associação entre imagens, cidade, discursos e práticas. As imagens vão sendo construídas em lugares que denominamos de cidade, um lugar formado pelos discursos e diversas práticas que podem ser conflituosos e que, ao serem disseminados por diversos meios sociais, acabam tendo grande impacto se considerados verdadeiros. O 2 de Julho se enquadrava na concepção desse autor, pois, no imaginário popular⁹, tratava-se de um local violento, marginalizado e, por isso, inseguro, ao passo que a Rua do Sodré era considerada pelos moradores do bairro com quem mantive interlocução ao longo da pesquisa como a rua mais insegura do bairro.

Era notória a presença de usuários de drogas denominados de “sacizeiros” que subiam e desciam a rua em qualquer horário do dia ou da noite, sobretudo nas imediações do Museu de Arte Sacra e no início da Rua da Ladeira da Preguiça. Os pedestres evitavam esta população trocando de calçadas, prática observada ao longo do trabalho de campo. Os “sacizeiros” eram pessoas que estavam à margem nessa parte do 2 de Julho, sem nenhuma agenda pública que os atendessem. Era comum ouvir algumas frases dos próprios moradores quando mencionava estar morando na Sodré como, por exemplo, “Você é louca! Não era nem para você estar morando ali!”.

A Rua do Sodré era adjacente da Rua da Cabeça, Beco do Mingau, Areal de Cima, Ladeira da Preguiça, Rua Santa Tereza. A Rua da Cabeça era conhecida por intenso comércio: um grande número de ambulantes que vendiam nas suas pequenas barraquinhas os mais variados produtos, predominantemente frutas e verduras. Existiam um armazinho, lotérica e farmácia. No percurso dessa rua havia também três mercados, dois açougues, mais ambulantes vendendo frutas e verduras, lanchonete, farmácia, mercadinho e etc.

Segundo Dórea (2006), a Rua da Cabeça tinha esse nome porque: “[...] as ‘fateiras’ costumavam expor nas portas dos açougues ou ao lado dos tabuleiros, espetadas em varas, uma cabeça de boi, de onde decorre o batismo Rua da Cabeça, como encontramos registrada, em 1866, pelo historiador Mello Moraes”. (p. 155). Vale salientar que nesse período de trabalho de campo, em maio de 2018, aconteceu a greve de ônibus e, dez dias depois, a paralisação dos caminhoneiros. O Brasil estava um caos: faltavam mercadorias e gasolina, alguns produtos

⁸ Sobre maiores informações sobre o Museu de Arte Sacra, acesse esse sítio eletrônico: <<https://www.salvadorbahia.com/experiencias/museu-de-arte-sacra/>>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁹ Essa informação foi obtida através da leitura de alguns jornais, em algumas entrevistas semiestruturadas e conversas informais com alguns interlocutores.

ficaram mais caros e em alguns bairros de Salvador o botijão de gás chegou a ser vendido a R\$ 170,00. As coisas começaram a se normalizar quando o então presidente Michel Temer começou a ceder alguns pontos das pautas dos caminhoneiros. Isso teve um forte impacto no comércio da Rua da Cabeça com a diminuição dos ambulantes da área.

Em 14 de julho de 2018 ocorreu, no 2 de Julho, a Perícia Popular realizada pelo Lugar Comum em parceria com os movimentos sociais do CAS¹⁰. Ficou sob a responsabilidade de Vilma Mota, integrante do MNBE2J, ser a guia dessa visita passando pelas principais ruas do bairro. Segundo ela, as ruas do Areal de Cima, Areal de Baixo e o Beco do Mingau eram um percurso utilizado pelos escravizados: eles desciam pela Rua Areal de Baixo em sentido a Rua do Areal de Cima com objetivo de ir ao Beco do Mingau para beber o mingau que era feito pelas baianas, que também eram negras. Essas baianas comercializavam outras iguarias nordestinas para os negros que estavam em regime de escravidão. (SANTOS, V., 2019)

Em algumas ruas, como Areal de Cima e a Areal de Baixo, era comum a presença de famílias nas portas de suas casas fazendo churrasco, confraternizando com amigos e vizinhos. Em comparação à Sodré, eram áreas mais limpas. Possuíam imóveis desocupados e alguns casarões degradados. Na Areal de Cima, localizava-se a Casa Preta, um dos equipamentos culturais do bairro e o terreno da Jaqueira, uma grande faixa territorial pertencente à Rede Internacional de Hotéis Txai inserido no antigo Projeto da iniciativa privada do Cluster Santa Tereza. Há ruas em que se observava pouca circulação de pessoas como: a Ladeira do Gabriel, Rua Tuiuti, Rua Augusto França e Rua Visconde de Mauá. Esta última rua ficava em frente à Baía de Todos os Santos onde se localizava a residência da cantora Maria Bethânia.

Em algumas ruas era possível ver o que Sieber (2008) descreve em sua pesquisa na qual a rua é como extensão das casas das pessoas, a exemplo das ruas Areal de Cima e Areal de Baixo. No Beco do Mingau, havia prédios residenciais e era comum encontrar casais e vizinhas conversando nas calçadas assim como crianças jogando bola. Sempre ao passar pela área, chamava atenção um portão com cadeado na entrada que cruzava com a Rua do Sodré. Pode-se entender que nesse espaço há um caráter semiprivativo. (PUJADAS, 2008)

A Rua da Faísca fazia fronteira com Avenida Carlos Gomes e iniciava-se no Prédio do PROCON, mesmo local em que anteriormente funcionava o Centro Administrativo da Bahia (CAB). A Avenida Carlos Gomes centralizava a maioria dos serviços do bairro como: pontos

¹⁰A Perícia Popular foi uma ação realizada pelo Lugar Comum, um dos grupos de pesquisa da pós-graduação de Arquitetura da UFBA, em conjunto com os movimentos sociais do Centro Antigo de Salvador. A finalidade desse ato era percorrer alguns bairros de comunidades ameaçadas por expulsão de suas moradias para conhecer as localidades, apontar os principais problemas e realizar exibição de um filme e debate.

de ônibus, lojas de diversos segmentos, igrejas e um posto de saúde. A Rua das Flores tinha um comércio ativo: armarinho, salão de beleza, barzinhos, alguns deles pertencente a descendentes orientais (que era uma das características do bairro a marcante presença de estrangeiros) e o Restaurante Porto do Moreira, que recebeu personalidades importantes no período do apogeu do bairro, como o escritor baiano Jorge Amado. Havia barracas que vendiam flores, além de ser um espaço de sociabilidade de idosos, pois era muito comum encontrar esses senhores jogando cartas. A Rua da Força concentrava bares, restaurantes, mercadinhos e forte presença de orientais que são donos de alguns estabelecimentos comerciais dessa rua. Tinha esse nome em alusão a Revolta dos Alfaiates. Nesse local era por onde iam os condenados à forca. (BORGES, 2001)

Neste período do trabalho de campo, voltei minha atenção, também, para o convívio com pessoas que não faziam parte de nenhum movimento social. Ao realizar compras de mercado, tive oportunidade de interagir, mesmo num curto período de tempo, com os comerciantes. Era 13 de junho, dia de Santo Antônio, e me aventurei a cozinhar comida baiana (caruru, vatapá, feijão fradinho e frango).

Na noite anterior, cortei os quiabos, mas achei que seria insuficiente. Então pela manhã, fui ao mercadinho de propriedade de Seu Antônio¹¹ e de sua esposa que eram pessoas carismáticas. Em qualquer momento que eu passasse, estava Seu Antônio reunido com outros homens falando sobre futebol, mas especificamente dos times baianos: o Esporte Clube Bahia e o Esporte Clube Vitória, sendo que ele era torcedor fervoroso do último time. Quando seu time perdia, ele ficava bastante chateado e era alvo de gozação de seus clientes/amigos. O assunto também pairava para o futebol mundial, pois naquele ano foi a Copa do Mundo. Esse estabelecimento era mais do que um espaço de compra, mas também um espaço de interação social em que se podia observar uma das formas de relações sociais intensas no bairro.

Ao chegar nesse simples estabelecimento, que tem aproximadamente 3m de largura, a interação do Seu Antônio e clientes tornava o espaço agradável. Percebi que os clientes mais antigos podiam comprar fiado. Eles tinham um controle de caderneta onde anotavam as informações demonstrando mais uma vez um tipo de solidariedade e confiança do bairro que se assemelhava ao de cidades interioranas. Na entrada desse local, onde se vendia principalmente verduras e frutas, encontrei com Seu Antônio conversando com um senhor que

¹¹ Nome fictício.

já tinha visto anteriormente. Este senhor era negro, acredito que seja aposentado. Cumprimentei- os, entrei no mercadinho e fiquei acompanhando os diálogos dos presentes.

Então algumas pessoas foram chegando: apareceu um rapaz baixo, branco e cabelos lisos e ele disse algo do tipo: “eu quero um jornal. Cadê o jornal que tá mostrando que o Vitória ganhou? Cadê, Antônio seu jornal?”, ou seja, ele estava de deboche, pois o Vitória tinha perdido na noite anterior e Seu Antônio perguntou se ele não sabia que o time tinha perdido. Nesse interim, chegou uma senhora falando que queria um aipim bom e também entrou na conversa: “Mas perder para Neném esse povo tava preocupado com outro jogador”.

O primeiro senhor era torcedor do Bahia e já estava zombando do proprietário. Fiz o pagamento e fui comprar outros produtos no mercado municipal. Retornei para casa e dei prosseguimento ao almoço que seria uma comida baiana, assim que conclui, Linda que foi convidada, chegou e nós duas “almojantamos¹²”, juntamente com Dona Consa, a primeira a comer e elogiar bastante.

Nessa imersão ao campo, pude compreender melhor o cotidiano das pessoas e entender que seus interesses e percepções sobre o bairro são diferentes e que as omissões das instâncias públicas, como a falta de fiscalização sobre imóveis em degradação e/ou vacantes, favoreciam a especulação imobiliária, cuja consequência era a saída involuntária da população de baixa renda do centro de Salvador.

2.2 BAIRRO 2 DE JULHO: BREVE APRESENTAÇÃO DE ASPECTOS SOCIOHISTÓRICOS

O que caracteriza um bairro? Esta categoria apresenta diversas conceituações que não se restringem apenas à divisão administrativa de uma cidade. Isso porque, entre outras coisas, devemos considerar as relações sociais e as formas de apropriação dos usuários em relação a esse espaço.

Pierre Mayol (1996), em um estudo monográfico de uma família residente no bairro operário de Croix-Rousse, em Lyon, França, traça importantes definições. A sua análise se concentrou em dois eixos: a dimensão do espaço privado e público, e como as pessoas se apoderam do espaço público. Primeiro estabeleceu que o bairro é: “[...] uma arte de conviver

¹² “Almojantar” é uma expressão que foi criada por Linda Kaiongo, referente à prática de pular a refeição do almoço e apenas jantar. Esse termo serve para dizer que essa refeição representa o almoço e o jantar ao mesmo tempo.

com parceiros, vizinhos, comerciantes que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição”. (p. 39). Mayol (1996) afirma que há vários estudos sociológicos sobre a definição de bairro, mas prefere a de Henri Lefebvre e, através desse autor pontua, duas características desta configuração: a primeira é a relação espaço/tempo e a segunda corresponde a uma área da cidade em que é estabelecida uma fronteira entre espaço privado e público. O autor reconhece que os espaços públicos e privados são diferentes, porém, interdependentes. O bairro pode ser entendido como processo gradual privativo do espaço público. (MAYOL, 1996)

O autor ao longo do texto vai estabelecendo outras definições a respeito sobre o que se constitui como um bairro. Pierre Mayol (1996) define também que o bairro é um espaço relacional entre seres sociais. É um lugar pautado pela relação entre uma pessoa e o mundo físico e social. O bairro também é caracterizado como sendo um espaço marcado pela passagem do outro que denominamos de vizinho. Este apresenta as seguintes características: é intocável porque há uma distância ao mesmo tempo em que é possível de se reconhecer, pois apresenta uma relativa estabilidade. Em síntese, o vizinho não é íntimo e nem anônimo. (MAYOL, 1996)

O bairro está intrinsecamente ligado à história do indivíduo como se fosse uma assinatura que comprova sua origem. É como uma marca de uma pertença permanente visto que é a configuração primeira resultante de todo o processo de apoderamento do espaço como local da vida cotidiana pública. É na vivência do bairro que se institui o reconhecimento do espaço enquanto social que pode ser desenvolvida desde a infância. (MAYOL, 1996)

O bairro pode ser concebido como um espaço que, diferentemente da cidade, é um objeto de consumo passível de ser apropriado pelo usuário, especialmente, através da privatização do espaço público. O espaço urbano nesse sentido vai além de ser apenas um objeto de conhecimento, mas sim de reconhecimento. (MAYOL, 1996)

Para Castells, a conceituação do que vem a ser a divisão do espaço urbano (Cidade) varia de acordo com os objetivos estipulados para análise e os fundamentos teóricos que se pretende adotar, pois o autor ressalta que não se pode deixar de se considerar os aspectos econômicos e geográficos, que são importantes para questões práticas, como, por exemplo, os problemas de gestão urbana ou formulação de políticas públicas na esfera local. (CASTELLS, 2009 apud GUIMARÃES, 2017)

Guimarães (2017), por sua vez, aponta que, para Lefebvre, o espaço que o bairro situa na cidade perpassa pela discussão da ideologia integradora e afirma que: “[...] pressupõe a existência de processos de integração dos indivíduos no plano cultural”. (GUIMARÃES, 2017,

p. 165). A partir desse ponto, podemos pensar que a questão ao “acesso a cidade” como direito seria resultante de um processo de democratização e amadurecimento do sujeito político, mas, infelizmente, na realidade brasileira um número significativo da população não tem acesso a esse direito, reflexo do próprio contexto histórico da urbanização e da descentralização dos locais destinados à moradia popular. (GUIMARÃES, 2017)

Park (1979) também estabelece as características singulares que caracterizam um bairro: a proximidade física e o contato relacional entre os vizinhos que constituem as formas primárias de associações na vida da cidade. (PARK, 1979 apud GUIMARÃES, 2017, p. 166). Guimarães (2017) não descarta a possibilidade da perda do sentido de vizinhança entre os cidadãos apontando como motivos que podem desencadear esse processo: os meios de transporte, comunicação e o fechamento do grupo com a entrada de novos habitantes como estrangeiros e imigrantes, dentre outros. (GUIMARÃES, 2017)

Com base no conceito de vizinhança de Cabbanes, Guimarães (2017) analisa as situações de bairros periféricos em Salvador, em um primeiro momento, observando a superficialidade das relações de vizinhança que se apresentam pautadas na cordialidade e sociabilidade. Ao olhar atentamente, contudo, observa-se, segundo Guimarães (2017), um distanciamento como indicativo de rupturas e perda do caráter comunitário em dois bairros com concentração de trabalhadores informais: Fazenda Coutos, localizado no Subúrbio Ferroviário, e Uruguai, situado próximo ao Centro Tradicional da cidade de Salvador. Em ambos, são verificados que o distanciamento se acentua e que, devido à sua localização adjacente ao Centro Tradicional, os moradores do bairro do Uruguai têm maiores possibilidades de acesso aos serviços básicos e infraestrutura. A autora descreve que os residentes acreditam ser beneficiados no que tange a facilidade de deslocamento e acesso ao transporte público. (GUIMARÃES, 2017)

Outra questão que Guimarães (2017) aborda em sua análise são os aspectos sociais da variação de convivência enfrentada em alguns aglomerados subnormais situados nas proximidades do centro de Salvador e que são perceptíveis de forma sutil por seus habitantes a partir de estereótipos imputados aos moradores de determinada localidade, a exemplo do bairro do Nordeste de Amaralina, que é tido como um dos mais “violentos” da capital baiana. Essa percepção de que o 2 de Julho é um lugar violento e, portanto, inseguro também paira no imaginário de algumas pessoas de “fora”, conforme alguns entrevistados. Sentimentos de identidade, pertencimento e vizinhança que foram abordados por Mayol (1996) e Guimarães (2017) são categorias encontradas no 2 de Julho, um bairro vivo e pulsante nas relações sociais

entre os seus moradores, e destes com as pessoas que frequentam a área.

Figura 2 – Mapa do 2 de Julho, Salvador, BA



Fonte: Google Earth (2015).

O bairro 2 de Julho tem suas peculiaridades e entendê-las é importante, pois pode-se apreender uma parte das dimensões do macrossocial, econômico, geográfico e histórico da cidade de Salvador/BA, e de sua trajetória de constituição. Há uma diferença e complementariedade no que tange as informações sobre o Censo de 2010¹³ entre os autores Silva Filho ([2012]) e Ana Fernandes (2017). Para o primeiro, a população total era de 4.827 e, para autora, 5.235 habitantes com um número de 2.196 domicílios, cuja média é um valor de 2,4 moradores/as por domicílio. Silva Filho ([2012]) aponta que o total populacional corresponde a 47% por homens e 53% por mulheres; sendo que a presença predominante é de adultos.

Silva Filho ([2012]) destaca que a população negra e pobre representa mais de 66% e tem renda mensal de até três salários mínimos. O autor acredita que, não por coincidência, os percentuais correspondem aos negros e de baixo poder aquisitivo. Ana Fernandes (2017), por sua vez, sinaliza que, segundo os dados obtidos pelo estudo, o tamanho aproximado da área do bairro é de 24,7 hectares e a densidade habitacional é de 212 hab./ha.

O “Relatório sobre a Delimitação do 2 de Julho no Projeto do Plano de Bairro” (2017) foi um documento produzido pelo Grupo de Pesquisa Lugar Comum, da Faculdade de

¹³ Entrei em contato, em 2018, por telefone e e-mail, com a Equipe de Supervisão de Disseminação de Informações (SDI/IBGE) e obtive a seguinte informação: “Por não existir em Salvador uma Lei de Delimitação de Bairros, à época do Censo 2010, para chegar às informações abaixo foram utilizados os limites levantados pelo estudo ‘O Caminho das Águas em Salvador’.”. Gentilmente, forneceram-me alguns dados populacionais sobre o Centro Antigo de Salvador.

Arquitetura da UFBA, a pedido do Movimento Nosso Bairro É 2 de Julho (FERNANDES, A., 2017). Um dos pontos de destaque consiste nas informações que englobam o bairro 2 de Julho dentro da legislação na esfera municipal e estadual. Como descrito a seguir:

O bairro integra a Prefeitura-Bairro I-Centro/Brotas, definida pela Lei nº 9.069/2016, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador (PDDU). O 2 de Julho também faz parte do Centro Antigo de Salvador (CAS), cuja delimitação foi estabelecida pelo Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador em 2007. Em relação aos aspectos urbanísticos incidentes no 2 de Julho, esse bairro se insere na Macroárea de Urbanização Consolidada, que, segundo o PDDU/2016, compreende bairros com condições satisfatórias de infraestrutura, dotados de equipamentos e serviços urbanos, nos quais se concentram atividades diversificadas, com significativa oferta de postos de trabalho (Art. 137 da Lei Municipal nº 9.069/2016). (FERNANDES, A., 2017, p. 2)

Ainda dentro da legislação municipal, a localidade é inserida em: Área de Proteção Rigorosa estabelecida pelos Artigos 107 a 110, referente da Lei municipal nº 3.289/1983, e, também, é concebida dentro da Área de Proteção Cultural e Paisagística- APCP como determina os Artigos 268 a 271, que rege a Lei Municipal nº 9.069/2016 (FERNANDES, A., 2017). Esse documento especifica os limites territoriais da localidade que foram delimitados através de ações da equipe do Plano de Bairro 2 de Julho em parceria com moradores/as e organizações do bairro e são: “[...] a Av. Lafayette Coutinho ou Av. Contorno (via arterial) a noroeste, a Av. Carlos Gomes (via coletora), a sudeste, o Largo dos Aflitos a sudoeste e a Praça Castro Alves a nordeste”. (FERNANDES, A., 2017, p. 2)

No que corresponde ao acesso de serviços, infraestrutura e transporte, o 2 de Julho era privilegiado. Um bairro eminentemente residencial, mas dentro do seu espaço tinha um comércio ativo e distinto com farmácias, padarias, mercadinhos, armarinhos, bares, restaurantes, lanchonetes, dentre outros. Os serviços existentes eram ofertados pelas escolas, universidade, posto de saúde, casa lotérica e etc., além de equipamentos e atividades culturais tais como: museu, centros culturais, espaço de shows, residências artísticas e outras coisas mais. (FERNANDES, A., 2017)

A feira também tinha grande relevância, pois era considerada bem diversa (onde se podia encontrar de tudo) cujo público era constituído dos próprios moradores e pessoas de outras localidades, principalmente bairros que faziam parte do Entorno do Centro Antigo. (FERNANDES, A., 2017). No que se refere ao transporte, existiam linhas de ônibus que passavam pela Avenida Carlos Gomes que ligava o bairro ao seu entorno. Nas adjacências do 2 de Julho tinha possibilidade de transporte na Praça Piedade e Estação da Lapa. A última ficava

localizada no bairro do Tororó e contava também com uma estação de metrô.

O bairro 2 de Julho surgiu como parte integrante da Freguesia de São Pedro Velho. Esta foi criada estrategicamente para fortalecimento do sistema de defesa da cidade localizada na parte Sul de Salvador. (VASCONCELOS, P., 2016). A área denominada como 2 de Julho teve outros nomes como: Praça Duque de Caxias, Inocência Galvão e Largo Aciolli. O bairro passou a ser como denominado 2 de Julho, segundo a historiadora Antonieta D’Aguiar Nunes, quando instalaram um chafariz e o pessoal dizia: “Vou pegar água no 2 de Julho”. (NUNES, [2000?])

No século XX, entre as décadas de 1940 e 1970, a área viveu o seu melhor momento. Reduto da intelectualidade e da boêmia atraiu a elite da época para ocupar os diversos espaços de residência, sociabilidade e lazer. A localidade era famosa por alguns estabelecimentos de sociabilidade e entretenimento, tais como: o Clube Fantoques onde era realizado até meados dos anos 70 o carnaval. O Cine Capri que exibia filmes de diretores de renome e também filmes pornô. (UZÊDA, 1999)

O 2 de Julho era conhecido pela sua boêmia. As duas boates Anjo Azul e Clock marcaram a época de efervescência do bairro. A primeira era localizada na Rua da Cabeça. Nas décadas de 40 e 50 era frequentada pela elite intelectual e artistas daquele período. (UZÊDA, 1999). A segunda situava-se em frente à Baía de Todos os Santos. Na parte de cima do estabelecimento, funcionava o Hotel Paraíso que, segundos relatos, foi o primeiro motel do centro (BORGES, 2001). As boates e o hotel não existem mais. Na antiga boate Clock foi construído o Residencial Cloc Marina Residence, um empreendimento da iniciativa privada.

O bairro sempre abrigou os estrangeiros e também foi moradia de grandes personalidades como o artista plástico Carlos Bastos, Jorge Amado, Novos Baianos, o ex-governador Antônio Carlos Magalhães, dentre outros. Aos poucos, no período que compreende ente 1977 e 1980, a classe média começou a se retirar da localidade para morar em outras áreas mais elitizadas como os bairros: Caminho das Árvores e Itaipara causando a degradação tanto da paisagem quanto do ambiente. (BORGES, 2001)

A historiadora e moradora Antonieta D’Aguiar, em uma entrevista dada a mim, apontou como o motivo principal de evasão da elite foi à saída dos órgãos governamentais do Centro Histórico de Salvador. Ela disse que todos os bancos estavam situados no Bairro do Comércio assim como a sede dos Correios. Houve também a transferência do Governo do Estado, que se localizava na Rua da Faísca, no 2 de Julho, para o Centro Administrativo da Bahia (CAB)¹⁴. A

¹⁴ O CAB ficava situado às margens da Avenida Paralela em Salvador- BA.

historiadora acreditava que, com a transferência dessas instituições públicas, fez com que muitas pessoas desejassem morar mais próximo dos seus respectivos locais de trabalho, o que contribuiu um pouco para o esvaziamento do Centro Histórico de Salvador como um todo.

Essa nova situação de reconfiguração urbana não afetou apenas o bairro 2 de Julho, mas também toda a cidade de Salvador, sendo resultado da industrialização tardia da Bahia que ocorreu no final dos anos de 1950 e que se consolidou nas décadas seguintes, 1960 e 1970. Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Salvador não teve nenhuma mudança significativa na área da política ou na economia, porém ocorreu a primeira intervenção¹⁵ urbana realizada pelo governador J.J. Seabra. (SANT'ANNA, 2017)

De acordo com José Maurício Bittencourt (2015), as reformas urbanas foram realizadas a partir do “*Plano de Melhorias Municipal*” e tiveram as seguintes ações: alargamentos de avenidas, saneamento em toda a área da Baixa dos Sapateiros (com intuito de melhorar o quadro de doenças que pairavam pelo centro) e demolições de casarões antigos com objetivo de construção do sistema viário. Essa política urbana foi denominada de “urbanismo demolidor”. (BITTENCOURY, J.M., 2015). Sant’Anna (2017) afirma que essas intervenções urbanas não modificaram essencialmente a configuração da cidade colonial, mas tiveram a finalidade de mudar a imagem da cidade para superação do período colonial que representava concomitantemente um tempo glorioso e fracassado. (SANT'ANNA, 2017)

As transformações urbanas que aconteceram de maneira mais significativa no âmbito econômico, social e geográfico ocorreram com a industrialização, algo que fazia parte dos anseios das elites baianas dos anos 1940 e dos técnicos do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade de Salvador (EPUCS). A industrialização começou no município de Simões Filho, com a instalação da Petrobrás no final dos anos 1950, e nos 1960 e 1970 e se consolidou através das implantações do Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Polo Petroquímico de Camaçari, respectivamente. (SANT'ANNA, 2017)

Com o desenvolvimento econômico no Estado da Bahia, Salvador foi redefinida completamente e um dos aspectos dessa mudança refere-se ao aumento significativo do contingente populacional. De acordo com as informações censitárias, no período que compreende entre 1940 e 1950 a população quase dobrou: era 290.443 e passou para 417.235 habitantes. O que expressou uma taxa de crescimento de 44% em 10 anos. Em 1970, a

¹⁵ Os períodos sobre as reformas urbanas apontadas por Sant’Anna (2017) e José Maurício Bittencourt (2015) são diferentes: a primeira autora sinaliza que se tratou de um intervalo entre 1912 e 1916; para o segundo autor, o mesmo ocorreu entre 1910 e 1914.

população já contava com 1.007.195 habitantes. (BITTENCOURT, JM., 2015)

Através de Sant’Anna (2017), pode-se entender outras modificações na infraestrutura da urbe: criaram-se condições para existência de uma nova centralidade que situava no Vale do Camarajipe. Houve a mudança da rodoviária para essa região e uma legislação específica proposta pelo Plano Diretor de Desenvolvimento que estabelecia uma estrutura polinuclear para a cidade e atribuía à centralidade existente do Vale Camarajipe um papel de relevância. (SANT’ANNA, 2017)

Destaca-se também um melhoramento da mobilidade urbana oriunda da implantação de um novo complexo viário e o espaço de lazer, entretenimento e consumo com o surgimento do então Shopping Iguatemi (que desde o ano de 2015 é denominado de Shopping da Bahia)¹⁶. Além disso, a autora descreve que a expansão no sentido à orla do Atlântico foi motivada pela junção de dois fatores: o sistema de avenida idealizado pelo órgão EPUCS (que não foi executado integralmente), e a privatização de terras públicas e, por fim, revela como medida de aliviar o centro da cidade o surgimento de outras localidades que ela denomina como “nucleações terciárias” e que correspondiam aos bairros: Calçada, Barra, Liberdade e Água de Meninos. (SANT’ANNA, 2017)

Acredito que foi por esses motivos citados que ocasionou a saída da classe média e alta não apenas do 2 de Julho, mas também do Centro Histórico. A retirada aconteceu de forma gradual. Durante aproximadamente vinte anos, ao longo dos anos 1980 e 2000, o bairro ficou totalmente esquecido pelas autoridades públicas. Segundo Borges (2001), como as “pessoas de bem” saíram, o bairro começou a ser habitado por outras que não tinham a mesma reputação: os “malandros” e “sacizeiros”. Essa ideia se perpetuou no imaginário acerca da área. Através das reportagens dos jornais é possível ter a dimensão do que o abandono público causou ao bairro.

A reportagem realizada por Josélia Aguiar, em 1994, para o *Jornal Bahia Hoje* resgata a história da área e também alguns depoimentos sobre a decisão de permanecer ou sair do bairro. Um dos depoimentos foi do jornalista José Valverde, de 44 anos, que deixou o 2 de julho para morar na Pituba, mas retornou por não conseguir se adaptar, pois no 2 de Julho ele se sentia mais à vontade: ‘[...] posso andar aqui de chinelos, de bermudas e sem compromisso.’. (AGUIAR, 1994, [não paginado])

¹⁶ Informação retirada do sítio eletrônico do G1. Disponível em: <

Para o morador, que tinha 37 anos de residência e 57 anos de idade, Juracy Ribeiro, era um bairro tranquilo. De acordo com Aguiar (1994), esse morador tinha por hábito: “Ele assiste a tudo da ladeira sentado no batente, com a porta de casa aberta”. Porém, quem decidia sair do bairro, a repórter apontou os seguintes problemas: “Reclama da insegurança, da sujeira, e do trânsito caótico de homens e máquinas.”. Esse foi o caso do ex-morador Carlos Antônio Freire que disse: ‘Saí de lá por causa da decadência’. (AGUIAR, 1994, [não paginado])

Esses infortúnios descritos por Aguiar (1994) foram relatados em outras publicações, o que reforça o descaso das autoridades competentes para com o bairro. Na reportagem intitulada: “*Largo 2 de Julho cobra urbanização*” de José Bonfim (2003), o sentimento de insegurança advinha dos meninos e meninas que cometiam assaltos utilizando cacos de vidros ou facas na localidade, tendo como o principal alvo os idosos. O trânsito continuava desorganizado, desde a década de 1990 do século passado, não havia uma delimitação de horário das descargas de produtos feitas pelos caminhões que aconteciam a qualquer momento, desrespeitando as normas de trânsito e os transeuntes. As calçadas estavam deterioradas. (BONFIM, 2003)

Projetos foram planejados e alguns executados, tanto pela iniciativa privada e instâncias públicas, alguns explicitamente com a finalidade de mudança do perfil social e econômico ao mesmo tempo em que ocorreram mobilizações populares que apoiaram ou rejeitaram tais iniciativas de intervenção para o bairro. Desde os anos 2000, existia uma intensa valorização imobiliária no bairro.

2.3 PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA, POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVA PRIVADA E MOBILIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA

Esta seção é dedicada a apresentar os processos de intervenção urbana no âmbito das políticas públicas, da iniciativa privada e as mobilizações sociais frente a esses processos. A maioria das ações tinha por objetivo redefinir novas formas de organização espacial, social e econômica. Os dados que foram produzidos para esta análise são: 14 jornais impressos de diferentes empresas e alguns extraídos em sítios eletrônicos; decretos emitidos pela Prefeitura de Salvador e do Governo do Estado da Bahia; vídeos disponibilizados pela plataforma de vídeos Youtube; entrevistas; planos de reabilitação e/ou requalificação proposto pelas instâncias públicas; acompanhamento e filmagem cedida pela TV Câmara de Salvador de uma audiência realizada pela vereadora Aladilce Souza do Partido Comunista Brasileiro (PCdoB).

Esses processos de intervenção urbana são resultados de uma política pública que visa

ao desenvolvimento da cidade. Maricato (2016) advoga que vivemos a cidade cotidianamente que pode ser considerada um palco onde a nossa vida se passa, lugar de disputas e de movimentos sociais e para, além disso, um discurso. Ela defende que poucos conhecem as forças que dominam a cidade. (MARICATO, 2016)

Em sua concepção, a cidade é uma mercadoria: há capitais específicos que produzem lucros como, a segregação espacial, fundamental para o mercado imobiliário especulativo uma vez que promove o aumento do preço do solo o que favorece a especulação imobiliária e sua valorização proporcionando a riqueza de muitos capitais (MARICATO, 2016). Assim, na cidade, há atores que se beneficiam da exploração da terra e dos negócios da cidade, tais como: o capital financeiro imobiliário, o capital de produção pesada, o capital de construção de edificações e o proprietário da terra, são exemplos de acumulação de renda e que atingem a vida da maioria da população que não é consciente disso necessariamente, assim como especialistas de algumas áreas como: economistas, geógrafos e urbanistas. (MARICATO, 2016)

Maricato (2016) advoga que as pessoas precisam compreender o que é a luta do dia a dia pela cidade, pelo direito à cidade e enfatiza que os operários necessitam apreender que a cidade vivida é uma luta de classes. Por isso, a luta do operário não é apenas por melhores condições de trabalho, mas também pela possibilidade de vida urbana. A autora defende a necessidade de combater o analfabetismo urbanístico (MARICATO, 2016). Através dessa breve explanação, pode-se compreender que as formas de apropriação da cidade não são isentas de conflitos, pois há diversos interesses envolvidos que geralmente são antagônicos.

A produção de dados nesta seção foi construída através da observação participante, tendo os arquivos de jornais como campo (FREHSE, 2005; GIUMBELLI, 2002). Sobre estes últimos, cabem algumas reflexões. A Antropologia elegeu por excelência o método da observação participante que corresponde ao contato com “Outro” para assim entender o seu modo de vida e visões de mundo. Entretanto, muitas discussões foram suscitadas como forma de questionar a observação direta e participante como único procedimento que validava a etnografia produzida pelo antropólogo. Nesse sentido, é interessante nos questionar sobre quais outras ferramentas metodológicas podem ser utilizadas para a melhor compreensão da vida do nosso “interlocutor”.

E quando o campo é arquivo? Quais os tipos de informações disponíveis em arquivos de jornais e que podem revelar sobre os modos de vida que tanto nos interessa? As fontes de pesquisa deste trabalho concentram-se inicialmente na pesquisa bibliográfica e arquivos de

jornais que foram de fundamental importância para entender o recorte empírico. A antropóloga Fraya Frehse (2005) nos possibilita pensar como o arquivo também pode ser um campo. Ela advoga que o modo de interação é diferenciado, pois a relação face a face acontece quando o antropólogo investiga terceiros no que a antropologia denomina de “presente etnográfico” e afirma que: “Só que são informantes bem específicos: aqueles que se pode construir teoricamente a partir do contato com a documentação contida nos arquivos”. (p. 131)

Além disso, a autora procurou demonstrar as familiaridades e diferenças de um “campo clássico” e do arquivo. Uma das semelhanças é que ambos, os campos e os informantes, são uma construção que é possível pelo diálogo com a teoria antropológica. Frehse (2005) acredita que a figura do interlocutor é uma construção do antropólogo, ou seja, ela não vem com conjunto de informações prévias. A diferença consiste em, quando “o campo é o campo”, o antropólogo tem a possibilidade de realizar perguntas ao interlocutor que não ficaram evidentes ao longo da pesquisa. Por sua vez, quando o arquivo é o campo, é empreendido um esforço analítico em que o pesquisador tem que correlacionar os comportamentos e pontos de vista do interlocutor com a teoria antropológica que o antropólogo carrega consigo ao se deparar com os documentos. (FREHSE, 2005)

Emerson Giumbelli (2002) em *“Para além do ‘trabalho de campo’: reflexões supostamente malinowskiana”* realiza um exercício de reflexão sobre os seus métodos utilizados em suas pesquisas e desenvolve uma análise sobre as relações entre a Antropologia e o trabalho de campo. Para isso, retomou as ideias proposta por Malinowski no célebre livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Giumbelli (2002) advoga a necessidade de se reconhecer outras estratégias metodológicas para que não se concentre apenas no trabalho de campo. (GIUMBELLI, 2002)

Após situar o leitor sobre a proposta do artigo, o autor afirma que o trabalho de campo é um método muito utilizado e que não há muitas definições precisas do método. Ele faz uma crítica no que se refere à falsa impressão de que são mais antropólogos aqueles que realizam o trabalho de campo intensivo e por um bom período de tempo, Giumbelli (2002) menciona que não houve uma profunda reflexão sobre a utilização do método no período em que muitos autores afirmavam uma crise na disciplina. (GIUMBELLI, 2002)

Giumbelli (2002) trabalha com a noção de controvérsia: “A controvérsia é uma espécie de drama social, que revela, mas também reconfigura definições de realidade, explicitando o conflito que existe em torno dessas definições”. (p. 97). O autor especifica que, a partir de cada situação, é muito mais apropriado fontes documentais do que um contato mais íntimo com os

interlocutores. O autor adverte que muitos confundem entrevista com trabalho de campo, o que para o autor são de grandezas distintas. Ele defende a observação compreensiva para: “[...] romper com uma dicotomia entre ‘realidade’ e ‘discursos’”. (p. 102-103). E conclui propondo uma antropologia simétrica nos termos de Bruno Latour. (GIUMBELLI, 2002)

De acordo com os antropólogos anteriormente mencionados, compreende-se que a antropologia se fundou em um método de trabalho de campo em que predomina o contato face a face com o “Outro” cuja cultura se pretende estudar. Com isso, criou-se a ilusão que o texto etnográfico é aquele que foi desenvolvido de acordo com a tradição antropológica.

Penso que as ideias principais dos autores ratificam que há novas possibilidades de métodos que podem contribuir com a teoria antropológica e que, independentemente das ferramentas metodológicas utilizadas, os dados não estão disponíveis a nós antropólogos, e sim são construídos através da nossa interação com “Outro”, que também pode ser encontrado em arquivos.

2.3.1 PROJETO EU AMO O 2 DE JULHO

A inauguração do projeto de revitalização denominado: “*Eu amo o 2 de Julho*” de autoria da administração do prefeito Antônio Carlos Magalhães Peixoto de Magalhães Neto (ACM Neto) do Partido Democratas (DEM) aconteceu no dia 19 de novembro de 2016, após o período eleitoral. Este projeto estava inserido no da revitalização da Avenida Sete de Setembro, nas proximidades do bairro e entorno que compreendiam as praças Barão do Rio Branco (Relógio de São Pedro) e São Bento. (MACHADO, 2014)

O 2 de Julho tinha um comércio muito forte e o diferencial desse plano era o de atender uma reivindicação antiga dos moradores sobre a organização dos ambulantes. Em entrevistas realizadas por mim, muitos apontavam com saudosismo uma antiga feira que ficava em frente ao CEAO e que, segundo eles, era rica em diversidade de produtos.

Para a cerimônia de inauguração do projeto, montou-se um palco perto do coreto da Rua Inocência Galvão, adjacente ao novo mercado que correspondia a um dos pontos do projeto. Este estabelecimento contava com 10 boxes, padronizados, escadas nas duas laterais e um banheiro para os usuários. Era perceptível que não havia sido pensado para pessoas com mobilidade reduzidas e idosas. Nas entrevistas, Maristela dos Anjos, artista plástica, e Seu Santos, comerciante, aprovaram a construção do mercado, porém o último ressaltou que a construção não contemplou todos os ambulantes.

Figura 3 – Mercado municipal, 2 de Julho, Salvador, BA



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Por ocasião da inauguração, o local estava cheio. Rosemma Maluf, secretária Municipal da Ordem Pública (SEMOP) e responsável pela equipe desse projeto, pediu que Dona Carmem, presidente da Aclaj na ocasião, fosse ao palco, mas acredito que, por timidez, ela rejeitou o convite. Antes da fala do prefeito reeleito ACM Neto (DEM), houve alguns discursos de seus apoiadores políticos e de vereadores eleitos. Era notável, na maioria dos presentes, a admiração e manifestações de afeto pelo gestor público.

Sobre gritos de “governador” e “presidente”, o prefeito iniciou seu discurso. Ele começou descrevendo os diversos tipos de gestores e disse que se diferencia dos demais, pois decidiu ouvir a voz das ruas. Em seguida, descreveu como surgiu a ideia do projeto para revitalizar o Largo. Segundo ACM Neto, ele estava em um aeroporto e uma garotinha, cujo nome não recordava, disse que era fã do trabalho dele e era moradora do 2 de Julho.

Essa menina pediu para que o prefeito realizasse melhorias na área o qual garantiu à jovem que se reuniria com sua equipe para saber o que poderia ser feito. ACM Neto recordou que esteve na inauguração da primeira requalificação realizada pelo então prefeito Antônio Imbassahy e percebeu que a localidade necessitava de uma nova requalificação.

ACM Neto disse que este seria um projeto que permitiria requalificar o 2 de Julho e teceu agradecimentos aos secretários e a Tânia Scofield, presidente da Fundação Mário Ferreira

Leal¹⁷ (FMFL). Era importante organizar, segundo o gestor, o comércio informal. Ele afirmou que não fazia promessas que não pode cumprir. A obra teve atrasos por conta da empresa contratada. O prefeito reiterou que estava entregando o novo espaço do Mercado das Flores e uma nova infraestrutura das ruas e dos equipamentos públicos e que, este, fazia parte do trabalho que teve início em 2013 com a requalificação do centro da cidade de Salvador.

O prefeito mostrou-se aberto ao diálogo. Houve uma manifestação de um grupo de feirantes que não estavam satisfeitos, pois não foram contemplados e conversou com eles para resolver a situação. Ele declarou que estaria mais atento em 2017 ao Centro Antigo de Salvador (CAS) criando uma diretoria específica para esta área. Depois de sua fala o gestor e sua comitiva deixaram o local.

Figura 4 – O prefeito ACM Neto¹⁸, sua comitiva e a população local



Fonte: Arquivo pessoal (2016).

Machado (2014) descreveu esse projeto. Além da construção de um novo mercado, estava previsto que o bairro passaria por grandes transformações em sua infraestrutura, o que consistiria em reformar os quiosques na Rua das Flores, Carlos Gomes e requalificar as Ruas da Cabeça e da Força. Ainda sobre o mercado, o mesmo seria construído em um espaço onde já existiam quatro boxes. A estrutura aumentaria para dez boxes e quarenta e quatro barracas ao lado que seriam desmontáveis e padronizadas, sendo que quatro desses boxes estariam destinados para comercialização de carnes e peixes para que, segundo a Rosemma Maluf, tais

¹⁷ Segundo o site da Conarq, a missão institucional da Fundação Mário Leal Ferreira é: “Ser o órgão de referência em planejamento urbano da cidade de Salvador, com a finalidade de exercer a função do planejamento urbano bem como produzir e coordenar a produção de informações físicas e socioeconômicas sobre o Município”. Disponível em: <<http://conarq.gov.br/consulta-a-entidades/item/fmlf.html>>. Acesso em: 08 nov. 2018.

¹⁸ O prefeito ACM Neto é a quinta pessoa da esquerda para direita ao seu lado está a Rosemma Maluf.

produtos não fossem mais vendidos em via pública, o que fere a legislação federal. (MACHADO, 2014)

Além disso, os outros boxes foram distribuídos da seguinte maneira: um destinado “à venda de frios” e os outros cinco com gêneros alimentícios como frutas, legumes e etc. A estrutura do mercado foi projetada segundo Tânia Scofield da FMLF visando à higiene do local. Os boxes seriam planejados para ter água, luz e esgoto, além de reservatórios de lixo na parte externa e banheiros. Os dados da reportagem explicam como seria feito o gasto nas obras. O edital de licitação seria lançado em 30 dias, e a previsão de término das obras era de 180 dias. No total, a revitalização da área foi estimada em R\$ 2,6 milhões. (MACHADO, 2014)

Em abril de 2017, eu realizei entrevistas com três feirantes que ocupavam um boxe no novo mercado. Todos foram unânimes em relatar as suas insatisfações referentes ao alto custo que representava permanecer nesse espaço, pois, quando estavam na Rua da Cabeça, tinham um faturamento maior. A prefeitura exigiu especificações para o funcionamento e, por conta disso, as vendas caíram bastante e os comerciantes contraíram dívidas. Ao entrar nos estabelecimentos para realização das entrevistas ficou nítido que o projeto não foi pensado para que houvesse a circulação dos proprietários e clientes.

No mesmo dia, na última entrevista que realizei, eu tive que ficar do lado de fora do estabelecimento para que uma cliente pudesse escolher seus produtos. Os comerciantes reclamaram que não participaram da elaboração do projeto. Quando fui morar no 2 de Julho comprava alguns produtos lá. Sempre tinha uma senhora agradável chamada Dona Regina¹⁹, uma senhora de estatura mediana e comunicativa. Ela ficava em uma das barracas. Disse-me certa vez que a prefeitura ia começar a cobrar aluguel dos feirantes dessa área. Ela relatou algumas vezes a sua insatisfação com demora do ente municipal no reparo dos problemas relacionados à eletricidade. Essa intervenção urbana realizada por essa gestão foi apenas mais uma em que a população não foi ouvida na elaboração do projeto e, como consequência, o resultado final não atendeu às expectativas de clientes e comerciantes.

2.3.2 O 2 DE JULHO FOI REVITALIZADO? PRIMEIRA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Os projetos de intervenção urbana, sejam eles de instâncias públicas ou privadas, sempre receberam alguma manifestação de apoio ou de reprovação por parte dos moradores ou ativismos sociais do bairro. O projeto “*Eu amo 2 de Julho*” teve a aceitação da Associação

¹⁹ Nome fictício.

Comunitária do Largo 2 de Julho (Aclaj), cujas primeiras informações obtive através de matérias de jornais a partir das quais cheguei aos dois fundadores da Associação: Dona Nêga e Seu Santos. Conheci ambos na “*Oficina de memórias*”, realizada pelo grupo de pesquisa Lugar Comum, em 2014. Nesse dia, Seu Santos narrou suas memórias, mencionou que fundou a Aclaj e reconheceu que a reforma (o primeiro projeto de intervenção para o bairro) não contemplou todos os moradores, mas que sua implementação foi uma luta da Aclaj.

Dona Nêga me concedeu uma entrevista; a partir dessa conversa, obtive mais detalhes sobre a criação da Aclaj e as ações realizadas nos três anos em que estive à frente da instituição. A ideia da criação da associação teria partido dela, de acordo com suas informações. A Aclaj foi criada nos anos 2000 em uma reunião no Clube Fantoques. A composição da diretoria era: Seu Santos, como o vice-presidente e secretarias (não quantificou e nem informou quem eram). As reuniões geralmente aconteciam quinzenalmente, sendo ao menos uma mensal. As assembleias não contavam com grande público, mas com algo em torno de quatro a cinco pessoas. Os membros da diretoria da Aclaj realizavam quinzenalmente passeios aos domingos, quando escolhiam uma rua e anotavam seus problemas. Com essas anotações, iam a prefeitura e, segundo Dona Nêga, esta resolvia os problemas apontados pela associação. Dona Nêga disse que as visitas à prefeitura eram constantes e que o ente municipal considerava os membros da associação como “enjoados”. Devido às divergências internas, ela acabou saindo da associação que, com a sua saída, teria “demorado um tempo para se estabilizar como grupo”.

Em 2016, realizei uma entrevista com Seu Santos que, por algumas vezes, afirmou ser ele o fundador da Aclaj. Ele não participava mais da Aclaj na época da entrevista, e nesse período a presidente era Dona Carmem. A Aclaj, segundo Seu Santos, não tinha sede própria e as reuniões aconteciam na casa da presidente. Até tentei contato com Dona Carmem, mas não obtive êxito. Os outros movimentos urbanos e alguns moradores do bairro veem a Aclaj como uma aliada da prefeitura, porque a associação compreende que as ações do ente municipal podem valorizar seus imóveis.

O primeiro projeto de revitalização do 2 de Julho aconteceu na gestão de Antônio Imbassahy, do Partido Frente Liberal (PFL), e foi motivado pela pressão dos moradores. Indignados com o descaso, em 13 de junho de 2000, a Associação Comunitária do Largo 2 de Julho (Aclaj) formalizou um requerimento solicitando a prefeitura de Salvador uma reforma no Largo. (BONFIM, 2003). Em 2001, a Secretaria Municipal de Planejamento (Seplam) em parceria com o Instituto dos Arquitetos da Bahia (IAB-BA) lançaram um concurso denominado “*Arquitetura e Urbanismo do Largo 2 de Julho*” para receber projetos de arquitetura e

urbanismo com a finalidade de Revitalização do Largo. (BONFIM, 2003; CORREIO DA BAHIA, 2003; NECO, 2004; JORNAL DO METRO, 2004; WEINSTEIN, 2004)

Até os dois meses finais do ano de 2003, ainda não se tinha o resultado do concurso. Observa-se nos recortes jornalísticos a luta incansável da Aclaj pela melhoria do bairro. A Aclaj não ficou satisfeita por não ter tido participação nos trâmites do projeto. A decisão ficou entre a prefeitura e a IAB-BA (GÓES, 2002). Em novembro de 2003, foi direcionado finalmente pela Seplam o projeto aprovado para os órgãos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) e ao Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foi um procedimento necessário, pois a área era inserida no Centro Histórico de Salvador. (CORREIO, 2003)

O prospecto para o 2 de Julho tinha por finalidade ordenar o trânsito, além de criar espaços que permitissem interações sociais e lazer. O planejamento estabelecia quatro etapas cujo objetivo era melhoria da mobilidade urbana com a modificação ou criação de novas formas de acesso ao bairro. As duas primeiras etapas seriam lançadas no edital de licitação e correspondiam ao largo e às vias principais, o que representava 60% da área estipulada pelo projeto para revitalização do bairro 2 de Julho. As outras mudanças incluíam a Rua da Cabeça, que não seria mais a entrada principal do bairro, e a construção de uma nova rota entre a Avenida Carlos Gomes e a Rua da Faísca, com a desapropriação de dois imóveis. (CORREIO DA BAHIA, 2003)

As últimas etapas visavam construir uma extensão das ruas da Força e Inocência Galvão até o bairro e a finalização do projeto seria através de uma avaliação dos terrenos identificando aqueles que estariam em estado de abandono ou improdutivo dando a eles uma função social ao transformá-los em espaços de lazer para a comunidade. (CORREIO DA BAHIA, 2003)

De acordo com Mary Weinstein (2004), o projeto inicial sofreu modificações a partir de reflexões mediante consulta popular, o que resultou em um novo projeto que era apenas conhecido pelos técnicos. A Aclaj, no entanto, não mediu esforços e elaborou um abaixo assinado com 3.500 assinaturas de moradores e comerciantes e entregou o documento no gabinete do gestor. Houve várias reuniões da Aclaj com o prefeito Antônio Imbassahy, demonstrando o quão estavam mobilizados nas melhorias para o bairro. (WEINSTEIN, 2004)

Weinstein (2004) abordou as preocupações de algumas pessoas sobre o projeto. As inquietações eram referentes a: quais os reais interesses? Para qual o tipo de público era destinado? Qual o tipo de revitalização estava sendo proposta para o Largo? (WEINSTEIN, 2004).

Dois meses depois (acredito que abril de 2004²⁰), finalmente foi assinado o termo de autorização para o início das obras. Estavam presentes nesse dia, no Clube Fantoches, o prefeito Antônio Imbassahy e os secretários de Planejamento e de Infraestrutura Urbana Manoel Lorenzo e Geraldo Cova, respectivamente, além dos moradores e comerciantes. (JORNAL DO METRO, 2004)

Um dia antes da data prevista para a entrega das primeiras etapas marcadas para 29 de dezembro de 2004, o clima de quem passava pelo local era de desconfiança se de fato a prefeitura iria cumprir o prazo. A impressão descrita no jornal era que a obra estava no início e não perto da conclusão. Estava bem tumultuado esse dia no bairro, com os funcionários trabalhando em ritmo acelerado, tanto que a reportagem não descartava a possibilidade de acontecer acidentes envolvendo transeuntes. Nelson Chavez, coordenador responsável pela execução das obras, expressou o comprometimento da equipe, relatou os problemas durante o processo, assegurou o cumprimento na data de entrega das obras, para que a população pudesse desfrutar das benfeitorias da área. (NECO, 2004)

Marilena Neco (2004) afirma que alguns moradores concordaram com as intervenções, a exemplo da professora aposentada Débora Jatobá, de 70 anos, 33 anos morando no bairro, e que expressou a seguinte frase: “Eu vi a área ir se degradando. Chegavam a me perguntar quando eu ia sair daqui. Era uma tristeza. Nossos imóveis estavam se desvalorizando. Agora está ótimo”. (p. 4). O valor das duas etapas custou R\$ 4,3 milhões aos cofres públicos abrangendo as seguintes áreas: o Largo Dois de Julho, Rua da Cabeça, da Faísca e o Largo do Mocambinho. (NECO, 2004)

Nas reportagens seguintes sobre o tema, publicadas entre os anos de 2008 e 2010, ficou evidente que a população começou a cobrar a finalização das obras. Rios (2008) descreveu, baseado no relato de uma moradora, que a Praça Inocência Galvão não foi finalizada e a reforma apresentava problemas como: sujeira, calçamento degradado e mercado informal em lugar inapropriado (em vagas destinadas a veículos). A jornalista informava que: “Segundo os moradores, a qualificação chegou a ser incluída no orçamento participativo para ser executado em 2005”. (p. 3). Hieros Vasconcelos (2010) mais uma vez demonstrou, através da sua reportagem, a atuação da Aclaj. O presidente da instituição produziu um relatório elencando todos os problemas da localidade e cobrando a conclusão das obras que foram iniciadas na gestão do ex-prefeito Antônio Imbassahy, que administrou a cidade de Salvador por oito anos,

²⁰ A reportagem não especifica o dia e o mês. Fiz uma estimativa com base em outras publicações subsequentes.

entre 1997 a 2004.

De acordo com os dados produzidos nos arquivos de jornais, compreendo que no primeiro projeto, não houve uma parceria entre as instâncias públicas e iniciativa privada, pois foi observado que, em nenhuma publicação, mencionava o setor imobiliário vinculado a esse projeto. Acredito que a implantação parcial do projeto destinou a atender as reivindicações dos moradores representados pela Aclaj, que estavam se mobilizando por melhorias na infraestrutura do bairro.

2.3.3 PROJETO HUMANIZAÇÃO DO BAIRRO SANTA TEREZA

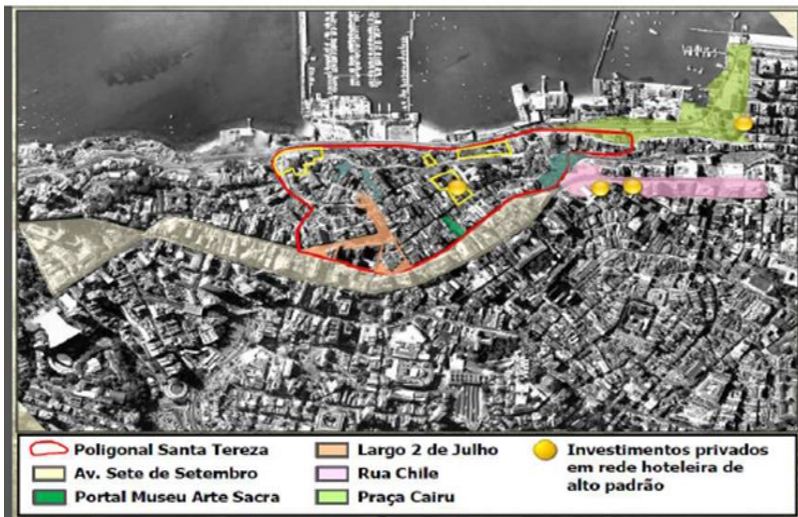
Em 2012, foi elaborado o projeto “*Humanização do Bairro Santa Tereza*” cuja grande repercussão foi motivada devido às evidências de interesses em comum entre a prefeitura de Salvador e os grupos empresariais da Eurofort Patrimonial e RFM Participações (idealizadores do Cluster Santa Tereza). O plano foi elaborado pelo ente municipal através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Urbano, Habitação e Meio Ambiente (SEDHAM) e a FMLF na administração do prefeito João Henrique de Barradas Carneiro, reeleito pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). De acordo com Carvalho e Rodrigues (2015), esse projeto foi criado sem uma discussão prévia com a população local, público-alvo mais interessado em melhorias para o bairro. A exposição do projeto ocorreu primeiramente no *XX Congresso do Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico (CEDEU)* em Barcelona. (CARVALHO; RODRIGUES, 2015)

A proposta inicialmente reiterava que o projeto foi formulado com o objetivo de “revitalizar áreas centrais” que se constituíam de fundamental importância para a memória da cidade. O plano foi concebido a partir da ideia central de que era necessário atribuir uma identidade e autoestima ao bairro, pois os moradores e usuários da época, segundo o plano, não tinham nenhuma referência desse conceito. (HUMANIZAÇÃO DO SANTA TEREZA, 2012, p. 16). Assim, foram delimitadas para revitalização as seguintes áreas: Ladeira dos Aflitos, Praça Castro Alves, Rua Conceição da Praia, bairro 2 de Julho, Avenida Contorno, além das ruas Chile e Carlos Gomes. (REGO, 2012). Essa poligonal foi a mesma traçada pelo projeto denominado Cluster Santa Tereza de autoria de empresas do mercado imobiliário. (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014)

Rego (2012) descreveu que o projeto de “*Humanização do Santa Tereza*” visava a: “[...] reformas paisagísticas e urbanísticas, como iluminação, calçamento, criação de praças e espaços

de convivência, modificação de fachadas e ordenamento dos engenhos publicitários”. (REGO, 2012, [não paginado.]). Pela proposta da prefeitura, pretendia-se arrecadar e aplicar recursos com diversas parcerias, entre elas instituições financeiras internacionais, com intuito de “[...] mudar a realidade e proporcionar um *upgrade* à imagem do bairro”. (HUMANIZAÇÃO DO SANTA TEREZA, 2012, p.18).

Figura 5 – Poligonal do Projeto de Humanização do Santa Tereza



Fonte: Humanização Santa Tereza (2012).

Apesar desses objetivos, o prefeito João Henrique e sua equipe não imaginavam que a mobilização contra o projeto, oriunda dos mais diversos segmentos sociais seria grande: historiadores, jornalistas, artistas, frequentadores e moradores do bairro articularam-se de várias formas. (REGO, 2012)

Em uma entrevista intitulada “*Planejamento Conflitual – Nosso Bairro É 2 de Julho*” realizada por discentes da Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFA) e adicionada por uma das responsáveis Bruna Ricci (2017) no Youtube, apresentou algumas participantes que descreveram as interpretações e formas de atuações que impediram que o projeto fosse levado adiante. (RICCI, 2017)

O vídeo começou com três integrantes do MNBE2J – Cecilia Sosa, Viviane Hermida e Vilma Mota – cantando a paródia “Hino a 2 de Julho”. Na sequência, passa-se à narrativa dos depoimentos de Viviane e de Vilma. Inicialmente, segundo Viviane, a luta de alguns moradores despontou pela defesa da continuidade da Vila Operária Coração de Maria e que por um “acaso” descobriram o projeto da prefeitura. Ela contou que indignação por parte de alguns moradores não foi apenas pela tentativa de mudança de nome que deixaria ser 2 de Julho e passaria a ser

reconhecido como Santa Tereza, mas também pela iminência de alteração de um perfil “socioespacial e racial” algo que segundo Viviane já vinha acontecendo com a construção do empreendimento privado o Cloc Marina Residence. (RICCI, 2017)

Em seguida, foi a fala de Vilma Mota. Ela disse que alguns moradores decidiram criar o MNBE2J como forma de entender o que estava acontecendo, ou seja, o que se tratava o projeto. Vilma Mota afirmou que o projeto municipal não foi feito de forma sutil, mas sim agressivo e colocado da seguinte maneira: “olha, esse bairro a partir de hoje não vai ser, mas 2 de Julho e sim Santa Tereza né e a gente vai dar esse padrão aqui no bairro”. (RICCI, 2017) Vilma Mota continuou o seu discurso afirmando que nem todos foram contra o projeto. Alguns moradores se entusiasmaram com a possibilidade de valorização dos seus imóveis, pois o bairro teria empreendimentos de alto luxo que ficariam situados nos casebres demolidos. (RICCI, 2017).

Ao retomar a sua fala, Viviane Hermida sustentou que a Aclaj apoiou a iniciativa municipal. Ela também apontou como foi a atuação do MNBE2J no bairro para que se conseguisse barrar o projeto. Segundo Viviane Hermida, o movimento social trabalhou com a população a partir de ações de conscientização em eventos realizados todos os meses no Coreto, tais como: exposições de filmes sobre a temática do direito à cidade, palestrantes de outros bairros e da faculdade para debater diversos temas como a questão da droga e dependência. (RICCI, 2017)

Viviane Hermida relatou, nessa entrevista, que o MNBE2J conseguiu que a comunidade compreendesse que esse movimento social era a favor das benfeitorias, mas sem que se suprimissem ou modificassem as características do bairro 2 de Julho. Ela afirmou que depois de uma intensa luta com audiências públicas, que contou também, em uma dessas, com um relator dos direitos humanos, o prefeito cancelou o projeto e usou como justificativa para o cancelamento o desinteresse da população. (RICCI, 2017)

Viviane Hermida admitiu que o Projeto de Santa Tereza não foi descartado totalmente. Ainda estava em curso, a exemplo da construção do Txai, na Rua Areal de Cima, que, segundo ela, teve sua construção retardada pela crise econômica mundial. A entrevistada descreveu outras ações que, de acordo com a sua concepção, favoreciam ao processo de “gentrificação” e são eles: decretos de desapropriação tanto no âmbito municipal quanto estatal, as demolições que aconteceram na Ladeira da Preguiça, em 2015, sem qualquer tipo de respaldo (laudo técnico do IPHAN), que, segundo Viviane Hermida, teriam o objetivo de realizar uma “limpeza” no bairro. (RICCI, 2017)

Segundo Viviane Hermida, essa “limpeza” se justificaria, principalmente, pelo alto valor da área em decorrência, entre outras coisas, de sua valorização paisagística que é relevante devido à vista da Baía de Todos os Santos e incidiria, principalmente, sobre as pessoas de baixo poder aquisitivo, uma vez que muitas delas não tinham os títulos de propriedade de seus imóveis. Ela complementou: “O 2 de Julho existe em cima de um território que está sob pressão da especulação imobiliária. Território como um todo que é o Centro Antigo de Salvador. Então nossa situação não é isolada”. (RICCI, 2017). Para a integrante do MNBE2J, a degradação do espaço físico pelos baixos investimentos da prefeitura ocorre de forma “programada” e tem por finalidade desapropriações ou compras de imóveis por um valor irrisório. (RICCI, 2017)

Essa narrativa referente ao projeto municipal e a criação do Movimento Nosso Bairro É o 2 de Julho guardam relações com a dinâmica do processo de gentrificação. Penso a gentrificação como uma categoria analítica e que se tornou interlocutora, no caso do 2 de Julho, por ter sido apreendida e ressignificadas pelas pessoas que, geralmente, integram algum movimento social, são do universo acadêmico ou que tenham contato com grupos de pesquisas ou assessorias que concentram suas atividades sobre estudo do espaço urbano. Esses agentes sociais se referem aos processos de intervenção urbana como “gentrificação”, palavra “naturalizada” e verbalizada em discursos que fundamentam várias de suas ações.

A categoria foi apropriada por diversos ativismos urbanos do Centro Antigo de Salvador (CAS), a exemplo do MNBE2J²¹, como forma de denúncia dos processos excludentes de planejamento e implantação dos projetos urbanos que acabam por incidir, principalmente, sobre a população negra e pobre do centro. Tais ativismos utilizam essa mesma categoria como forma de explicar sua luta e resistência por esse território ameaçado por empresas do mercado imobiliário e também por parte de alguns agentes estatais que desejavam um novo perfil populacional para área.

A gentrificação é um fenômeno urbano característico das cidades capitalistas (FURTADO, 2014). É um processo que se desenvolve a partir de políticas públicas que tem como finalidade a renovação, requalificação, revitalização de áreas consideradas como degradadas, mas que servem para camuflar seu principal efeito social que consiste em “expulsar” uma camada populacional, de baixo poder aquisitivo, para que outra população, de maior renda, ocupe a área revitalizada.

²¹ O Movimento Nosso Bairro 2 de Julho era amplo e englobava os outros movimentos sociais do bairro, a saber: O Coletivo Vila Coração de Maria e o Centro Cultural Que Ladeira é Essa?. Os agentes sociais que participavam desses ativismos urbanos, a depender dos seus pleitos, se identificavam como MNBE2J ou, mais especificamente, nos seus coletivos.

O conceito gentrificação deriva de um termo em inglês *gentrification* e foi empregado, na década, de 1960 pela socióloga Ruth Glass para explicar a saída de indivíduos das classes médias, que viviam em subúrbios residenciais e passaram a ocupar os imóveis desvalorizados e abandonados de Londres, o que ocasionou a retirada da população menos favorecida economicamente para a acomodação de nova classe abastada. O que era então um processo local pode ser identificado de forma global e apresenta significados distintos a partir do contexto em que é utilizado. (GASPAR, 2010)

Alguns autores defendem que o termo gentrificação não tenha um caráter restritivo. Para Daniel Ribeiro (2014), a gentrificação pode ser relacionada à Teoria do Caos, que seria caótico, por dois motivos: primeiro, pela necessidade de observar outros casos que envolvem sujeitos distintos, o que nos forçaria a pensar em outras tipologias, não engessando o termo em apenas um conceito, e segundo compreendendo as múltiplas faces do fenômeno que não têm, portanto, uma única via de explicação. (RIBEIRO, D.A., 2014)

O espaço urbano é moldado para atender aos interesses da produção capitalista. Por isso, se faz necessário para compreensão do fenômeno de gentrificação entender os mecanismos de ação do capitalismo. A continuidade do processo de acumulação do capital, na visão de Furtado (2014), só é possível pela transformação do espaço que não resulta em uma estrutura necessariamente nova, mas na transformação de uma estrutura existente. (FURTADO, 2014)

No processo de gentrificação, pelo que já foi mencionado até aqui, ocorre uma forte valorização imobiliária, geralmente em áreas vistas pela sociedade, pública e privada, como degradadas e abandonadas, localizadas, principalmente, no centro das cidades de grande valor histórico.

Daniel Ribeiro (2014) nos fornece um exemplo de gentrificação localizado no Parque Histórico do Pelourinho na cidade Salvador. O autor analisa o processo de gentrificação que teve no início da década de 1990. O Estado removeu a população de baixa renda da parte sul do Pelourinho com intuito de destinar a área para projetos turísticos com características comerciais, o que resultou na valorização imobiliária do espaço urbano em questão. Com isso, a especulação imobiliária e o processo de gentrificação se estenderam em direção ao norte do Parque. (RIBEIRO, D. A., 2014)

Esse fenômeno só é possível devido ao que Magnani (2002) denominou de planejamento estratégico em cidades: “[...] que, entre outras medidas, prevê parcerias entre o poder público e o setor privado com vistas a projetos de renovação urbana”. (p.13). Cabe ao Estado, entretanto, conduzir todo o processo de maneira articulada com a iniciativa privada.

Em paralelo, existem atores sociais, a exemplo dos movimentos sociais, que lutam pelo direito de cidadania e permanência nestes espaços urbanos. Por isso, a gentrificação apresenta distintos significados de local para local, pois há sempre processos de negociação entre os atores sociais envolvidos.

A concepção da maioria dos autores mencionados anteriormente concebe a ideia do espaço urbano como mercadoria. O projeto de “*Humanização do Santa Tereza*” pode ser considerado um exemplo de um modelo de “cidade empresa”, que foi idealizada para atrair investimentos do mercado imobiliário internacional para o bairro. A criação desse plano já objetivava reformas na infraestrutura urbana para possibilitar a viabilidade do Projeto do Cluster Santa Tereza elaborado pela iniciativa privada. Essa parceria público-privada ficará evidenciada na seção subsequente.

2.4 O CLUSTER SANTA TEREZA: PROJETO DA INICIATIVA PRIVADA

Figura 6 – A Baía de Todos os Santos²²



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

O bairro 2 de Julho de Julho começou a atrair investidores a partir dos anos 2000. Alguns fatores explicam o interesse dos investidores pela área e referem-se à localização em relação a outros pontos da cidade, à variedade de equipamentos culturais, à história da área e também à bela vista da Baía de Todos os Santos. (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014)

A crescente valorização imobiliária no 2 de Julho e adjacências era um reflexo do crescimento econômico sólido do Brasil nos últimos anos. (ROLNIK; KLINK, 2011). Os

²² Essa é a Baía de Todos Os Santos. À esquerda, avista-se a Bahia Marina, centro de lazer náutico; à direita, o restaurante Trapiche Adelaide. Esses estabelecimentos são voltados para um público de alto poder aquisitivo.

autores Rolnik e Klink (2011) descrevem os motivos que impulsionaram a economia brasileira no período entre 1999 e 2009: crescimento expressivo tanto na taxa anual do PIB e da população ocupada, e as mudanças na política econômica e socioeconômicas; o primeiro permitiu que parcelas maiores da população brasileira tivessem acesso ao consumo, e o segundo tinha por finalidade retirar o contingente populacional que se encontrava na linha da pobreza. Com esse argumento, os autores evidenciaram o papel dos bancos e fundos públicos no processo de valorização imobiliária. (ROLNIK; KLINK, 2011)

O crescimento da economia aliado ao aumento de investimentos do setor público disponibilizou uma maior oferta de crédito para a produção habitacional proporcionando a melhor fase de todos os tempos de crescimento do setor imobiliário. (ROLNIK E KLINK, 2011). Seguindo uma direção de complementariedade dos autores mencionados, Reis (2015) afirmou que, depois de um período marcado por estagnação do término das atividades desenvolvidas pelo Banco Nacional de Habitação e o estágio insatisfatório na economia brasileira devido a uma série de crises econômicas ocorridas nas décadas de 1980 e 1990, o mercado habitacional ganhou novo fôlego e Salvador tem se destacado entre as capitais brasileiras “com grande salto na oferta”. (REIS, 2015)

Em uma publicação de 2004, o jornal *A Tarde* já mencionava a atuação do setor imobiliário. Humberto Riela, empresário do ramo hotelaria, teria comprado um terreno que pertenceu ao artista plástico Carlos Bastos, um dos idealizadores da Boate Anjo Azul; além desse investimento pretendia comprar mais terrenos para a construção de um grande hotel no 2 de Julho. Quem acompanhou tudo e de certa maneira contribuiu para que o empresário comprasse uma área denominada de “mansão do terror” foi o advogado Adilson Ribeiro. Ele concentrou os esforços para que mais de cem pessoas saíssem dessa localidade. Essas pessoas possuíam a posse *ad usucapionem* (não julgada) e acabaram vendendo seus imóveis deteriorados para o Humberto Riela. Até o próprio advogado esperava o melhor momento para vender a sua propriedade. (WEINSTEIN, 2004)

Em 2008, uma reportagem do *A Tarde* descreveu as ações dos investidores no 2 de Julho²³. A área de interesse foi a Rua do Sodré e ladeiras vizinhas. Entre os motivos para a delimitação da área segundo a reportagem, era o fato de que a Sodré abrigava um importante equipamento cultural: o Museu de Arte Sacra reputado como o maior da América Latina (WEINSTEIN, 2008). A poligonal traçada pelos investidores correspondia aos limites

²³ A jornalista não cita o nome do projeto, mas acredito que já se tratava do Projeto Cluster Santa Tereza. Essa reportagem foi importante, pois disponibilizou o modo de atuação dos investidores na área.

geográficos do bairro, o que ficava evidente a partir de dados da reportagem. De maneira silenciosa, os investidores compraram 45 casarões e 20 ainda estavam em processo de negociação, na época. (WEINSTEIN, 2008)

No total, foram investidos 8 milhões de reais, o que significa a presença e o interesse de grandes grupos do capital imobiliário internacional no local. Além da área mencionada, esses empresários estavam atentos a imóveis do entorno da área do 2 de Julho que pudessem ser vendidos como, por exemplo, os da Ladeira da Conceição, também conhecida como Ladeira dos Artífices. (WEINSTEIN, 2008)

Essa publicação do *A Tarde* (2008) destacava um projeto de construção de um hotel de luxo denominado de Txai. Estimava-se que as obras terminariam em setembro de 2008, com previsão para inauguração em dois anos. O grupo destinaria 20 milhões para construir um prédio com 40 apartamentos. Esse empreendimento pertencia ao mesmo grupo que tem uma filial em Itacaré cujo público-alvo são as celebridades: “O Txai Salvador terá como diferencial a exploração da vista e da brisa da Baía de Todos os Santos em uma adaptação especialmente direcionada para turista com alto poder de compra”. (WEINSTEIN, 2008, p. 8)

Esta área pertencia ao empresário Nelson Moraes, ex-corretor da bolsa de valores²⁴. Ele estava em busca de investidores para alavancar um investimento que já havia iniciado, mas, como não obteve êxito, resolveu vender seu projeto para o grupo empresarial responsável pelo Txai. (WEINSTEIN, 2008). Esse exemplo só reafirma o que acontecia em praticamente todo o Centro Antigo de Salvador (CAS): a compra de imóveis que serão revendidos posteriormente por um valor muito maior do que o inicial, ou seja, esta iniciativa indica a percepção do espaço público como mercadoria a ser posta à disposição do capital privado. (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014)

A pessoa que, segundo a reportagem (*A Tarde*, 2008), estaria mobilizando empresários para investimentos locais no 2 de Julho seria Amando Correa Ribeiro, que contava com a confiança dos diversos investidores (São Paulo, Rio de Janeiro e estrangeiros), pois tinha um empreendimento de sucesso na cidade: o restaurante Trapiche Adelaide, que fica no Armazém (situado na Avenida Contorno) e pertencia à família de Ribeiro desde 1860. Esses grupos empresariais estavam confiantes no retorno financeiro que o entorno e a própria Rua do Sodré poderiam oferecer. (WEINSTEIN, 2008)

Os investidores denominaram a área (do Sodré e adjacências) de Santa Tereza e fizeram

²⁴ A publicação não especificou em qual bolsa de valores o empresário atuava.

uma consulta junto à prefeitura com intuito de ter garantias no que tange a infraestrutura necessária como a limpeza e iluminação públicas. O prefeito era João Henrique, vinculado ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) no primeiro mandato. (WEINSTEIN, 2008)

Os investidores estavam fundando a Associação dos Amigos de Santa Tereza (Aaste) com objetivo de facilitar a interação e estabelecer diálogos com a Aclaj. O presidente da Aclaj acreditava que a proposta de Armando Correa Ribeiro poderia de fato trazer melhorias para o bairro, mas advertiu que não queria nenhuma mudança que fosse para retirar a tranquilidade da comunidade. Armando Ribeiro defendia que os empreendimentos como a Padaria do Bola Verde e a Sinuca do Zezo assim como os demais existentes se mantivessem. (WEINSTEIN, 2008, p. 8)

O *Cluster Santa Tereza* foi um projeto elaborado por empresas do mercado imobiliário, a Eurofort Patrimonial e RFM Participações, e teve início em 2007. Este plano foi destinado para construções de empreendimentos residenciais de alto padrão e que já estavam sendo comercializados, entre eles, o Cloc Marina Residence, Trapiche Residence Adelaide e a rede internacional de hotéis Txai. (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014)

Dos três empreendimentos que constavam na planta do Projeto *Cluster Santa Tereza*, o Cloc Marina Residence e o Trapiche Residence Adelaide foram construídos. O hotel Txai, por sua vez, conseguiu aprovação do IPHAN, mas até o ano de 2020, nunca saiu do papel. O residencial do Cloc se localiza na Avenida Contorno. Em 2009, o IPHAN aprovou o projeto do empreendimento²⁵ indo no sentido contrário do próprio parecer dos técnicos da Instituição que não concordaram no que se refere ao tamanho estipulado para seis torres. (DANTAS, 2016)

A Cota Construções, Nova Dimensão e Garcez Engenharia, que se apresentavam como empresas responsáveis pelo condomínio, afirmaram em um site que o residencial possuía uma área total de 6.701.78 m², sendo que desta foram construídos 16.178,19 m² distribuídos em 128 unidades, cinco salas, uma loja, um café, um restaurante com três prédios residenciais, casarão, Muxarabis²⁶, jardins e comercial e um Espaço Business.

O Cloc Marina Residence teve reações contrárias, tanto por parte dos movimentos

²⁵ Para visualizar a suntuosidade do empreendimento, pode-se assistir o vídeo pelo link: < https://www.youtube.com/watch?v=tqA_w93KUKA&t=172s>. Acesso em: 18 out. 2018.

²⁶ De acordo com o dicionário da engenharia civil, o conceito de muxarabi é: “O muxarabi (ou muxarabis) é um elemento de fechamento parcial, (elemento vazado) normalmente feito em madeira, trazido pela arquitetura árabe. É semelhante ao cobogó, só que possuindo estrutura bem mais detalhada e elegante. O princípio é o mesmo do cobogó brasileiro, criar um elemento de vedação, porém permitindo a passagem da luz e ventilação, com um toque de elegância”. Disponível em: < <https://www.ecivilnet.com/dicionario/o-que-e-muxarabi.html>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

sociais quanto por profissionais da arquitetura. Segundo Dantas (2016), alguns arquitetos sustentaram que a construção do condomínio: “[...] fere a paisagem que se tem a partir da praia, pois foi construído bem na fenda entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta.”. Eliane Lima, moradora da Ladeira da Preguiça e participante do movimento social “Centro Cultural Que Ladeira É Essa?”, descreveu os problemas ocasionados a Escola Perminio Leite, localizada na Rua Democrata: o impedimento ao acesso à vista da Baía de Todos os Santos e o bloqueio da circulação de ar já que a escola ficava atrás desse empreendimento residencial. (DURAN, 2018)

As informações sobre o Trapiche Residence Adelaide, são limitadas. Segundo Moreira (2018), esse imóvel foi o primeiro lançado pela Eurofort Patrimonial em 2009. De acordo com Fábio Bittencourt (2014), foi considerado o primeiro “loft sob o mar” do país e era situado na Avenida Contorno. O empreendimento era constituído de 89 unidades (que poderiam ser de um e/ou dois quartos) além de espaços de sociabilidade e entretenimento como: píer de atracação, restaurante, fitness center, sauna, pista de *cooper*, piscina e sala de conferência. A entrega ocorreu em 2007. (BITTENCOURT, F., 2014)

As construções desses empreendimentos destinados à população de alta renda no 2 de Julho e no seu entorno refletiam o *boom* imobiliário que acontecia na capital baiana. Este fenômeno era baseado na produção de imóveis considerados não apenas como mercadoria, mas sim como investimentos de alta lucratividade, pois o rendimento era superior se comparado aos fundos de renda fixa ou a caderneta de poupança. (SERPA, 2017)

Angelo Serpa (2017) afirma que as políticas que regulamentam o uso do solo urbano de Salvador como o Plano Diretor e as modificações recentes da Lei de Ordenamento do Uso do Solo não evitaram, e até certo ponto contribuíram, para uma situação que pode ser delineada como uma ‘cidade fantasma’. (SERPA, 2017)

A construção de espaços de moradia em Salvador é destinada a uma população que não existe, pois há muita oferta para pouca demanda. (FERNANDES, A., 2010 apud SERPA, 2017, p. 182). Essa situação não é exclusiva do Brasil porque ocorre em cidades em outros países, como os Estados-Unidos e recentemente a China. (SERPA, 2017)

Há muitos imóveis à venda em Salvador, como o caso da Avenida Paralela que tem 900 imóveis à disposição de compradores. O autor aponta que existe uma discrepância no que tange à questão de moradia, pois enquanto sobram imóveis de alto padrão, há um déficit habitacional que atinge a população de baixa renda. Ele cita que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, na Bahia 970 mil pessoas vivem em aglomerados subnormais. Tratando especificamente de Salvador, encontram-se 882 mil pessoas que residem em 272 aglomerados subnormais, o

que representa a 33,07% da população de Salvador contabilizada pelo Censo 2010 naquele período. (SERPA, 2017).

De acordo com a análise de Serpa (2017), pode-se concluir que Salvador exemplifica o que ocorre em muitas cidades brasileiras com a produção de espaços de moradia que não serão ocupados por quem de fato precisa de habitação e tem a finalidade de garantir o lucro ao sistema financeiro, mercado imobiliário e os investidores que potencializam seus ganhos através dos fundos imobiliários. (SERPA, 2017)

2.5 PROJETO NO ÂMBITO ESTADUAL: O PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO DO CENTRO ANTIGO

A partir desta seção, analiso o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo tomando como ponto de partida a audiência pública realizada pela vereadora Aladilce Souza e os três decretos: 01 (um) municipal e 02 (dois) estaduais. Esse conjunto de dados contribuiu juntamente com os descritos anteriormente para que eu entendesse como as propostas de intervenção são apropriadas e interpretadas pelos representantes de entes dos poderes públicos.

No dia 6 de setembro de 2016 ocorreu a audiência que foi solicitada pelos moradores e movimentos sociais do bairro 2 de Julho e tinha a finalidade de pedir explicações sobre os decretos de desapropriação da Prefeitura de Salvador e do Governo do Estado da Bahia. O auditório estava lotado, não apenas dos moradores, mas também de representantes de outros ativismos sociais.

A mesa do evento, presidida pela vereadora Aladilce Souza (PCdoB), foi composta por: Raimundo Andrade Filho, superintendente de Ativos Imobiliários da Diretoria do Centro Antigo de Salvador (CAS), representando a CONDER; Felipe Musse, da Diretoria de Projetos de Obras e Restauro do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac); Alina Cecília Sosa, moradora e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Lugar Comum (Arquitetura – UFBA); Eliane Silva, moradora e integrante do Centro Cultural Que Ladeira É Essa?; e Raquel Monteiro, moradora do bairro. A Prefeitura de Salvador não enviou representante.

Os decretos que estavam em pauta para a discussão eram um municipal de nº 24. 435 de 07 de novembro de 2013 e dois estaduais: n.º 14.865 de 11 de dezembro de 2013 e nº 14. 868 de 11 de dezembro de 2013, alterado pelo decreto nº 16.386 de 2015. Tais Decretos são polêmicos, pois no primeiro, o Dec. Municipal de nº 24. 435 de 07 de novembro de 2013 foram listados imóveis de proprietários legais que foram declarados de utilidade pública com

propósito de desapropriação cuja finalidade era implantação do “*Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências*”. (SALVADOR, 2013)

Esses imóveis descritos nesse decreto estavam localizados em três áreas estipuladas pelo edito com suas respectivas coordenadas e foram: Na Área –1– cinco imóveis localizados nos limites das áreas entre a Rua Visconde de Mauá e Rua do Sodré; a Área 2 –13 imóveis situados entre as áreas da Rua do Sodré e Avenida Carlos Gomes; e a Área 3 – 19 imóveis limitados entre as áreas da Ladeira da Preguiça e a Rua do Sodré. (SALVADOR, 2013)

Em relação aos decretos estaduais, o primeiro foi publicado sob o n.º 14.865 de 11 de dezembro de 2013 e teve o Art. 1º e O Anexo Único alterado pelo Dec. Estadual n.º 16.386 de 2015. Esses editos do governo estadual da Bahia apresentavam a mesma redação inicial do decreto municipal: ambos foram considerados de utilidade pública com fins de desapropriação e direcionados aos proprietários legais. Porém, esses dois decretos tiveram algumas especificidades que não foram estabelecidas no decreto municipal. (BAHIA, 2013)

O primeiro decreto estadual foi publicado pelo governador Jaques Wagner do Partido dos Trabalhadores (PT) no período. Este edito abrangia alguns imóveis localizados em áreas do Centro Antigo de Salvador (CAS). O decreto foi emitido a partir das análises e estudos da CONDER e destinava: “§ 1º – A desapropriação de que trata o caput deste artigo destina-se à preservação, à conservação e/ou à requalificação dos imóveis, de maneira a permitir a reabilitação histórica, cultural e econômica do Centro Antigo de Salvador”. (BAHIA, 2013, p. 1)

A segunda alínea desse primeiro artigo do decreto estadual considerava a possibilidade dos imóveis, as acessões e/ou benfeitorias, objetos da desapropriação serem disponibilizados em fundos de investimentos direcionados ao desenvolvimento do CAS, assim como toda a renda obtida. As áreas que englobaram o 2 de Julho foram essas: Rua Areal de Baixo, números de porta 17 e 20; Rua Areal de Cima, números de porta 17, 19/76, 36 e a Rua do Sodré, números de porta 16, 18/195, 20, 42/293, 45/366, 49, 51, 58/349, 71, 75, 76, 387 e 444. (BAHIA, 2013). Essas áreas indicadas no decreto são as que mais concentravam imóveis vacantes e/ou em degradação do 2 de Julho.

O segundo decreto estatal de 2015 publicado pelo governador Rui Costa do PT, como dito anteriormente, alterou o decreto de 2013 modificando a redação do caput do art. 1 do decreto anterior. Esse decreto também era definido como de utilidade pública com finalidade de desapropriação em áreas do CAS. Esse último edito foi mais sucinto e não evidenciou as áreas indicadas nesse documento. (BAHIA, 2015).

A mediadora da sessão, Aladilce Sousa, iniciou a audiência. Inicialmente, o discurso da vereadora foi para elogiar o MNBE2J afirmando que o 2 de Julho possuía conhecimento dos seus direitos e para parabenizar a iniciativa de procurar a Câmara em sua defesa. Tais decretos, segundo a parlamentar, eram questionados há algum tempo pela comunidade, pois a população local não tinha uma explicação da finalidade desses editos.

Por orientação de Aladilce Souza, os discursos iniciais foram para que os representantes das áreas afetadas relatassem a situação vivenciada, inquietudes e insatisfações. Raquel Monteiro, professora criativa da Escola Olodum, cursava graduação em Música na UFBA e moradora da Jaqueira do Unhão. Raquel disse que não fazia parte de nenhum movimento, mas ao mesmo tempo fazia parte de todos. Ela afirmou que a localidade onde morava não se encontrava mais no Google e citou algumas modificações que aconteceram, tais como: a retirada das placas e mudanças no nome das ruas. Ela acreditava que o abandono por parte da administração pública era proposital e presumia que a revitalização não era para a comunidade.

Eliane Silva, moradora da Preguiça e integrante do Centro Cultural Que Ladeira É Essa?²⁷, narrou a angústia que o decreto de 7 de novembro de 2013 causou nos moradores. Ela relatou que existiam famílias de até quatro gerações que moravam na mesma casa. Pela sua fala, não apenas a preocupação de onde morar afetava os residentes, mas também a violência da retirada das histórias e raízes dessas pessoas e questionou a falta de transparência pela não apresentação do projeto para comunidade.

Dando prosseguimento no seu discurso, Eliane declarou: “Eles têm uma justificativa que é para fim social, mas os imóveis já têm um fim social, já têm comércio, lanchonete, mercadinho e a moradia é social. Ou não somos sociais? [...]”. Ela também argumentou que o setor imobiliário estava sendo beneficiado, tendo, por exemplo, incentivo fiscal. Segundo Eliane, os atuais moradores estavam sendo procurados para vender as residências por valor ínfimo.

Prosseguindo o seu discurso, Eliane descreveu o perigo que ela e mais quatro famílias estavam passando. Um prédio estava ameaçado a desabar e então eles procuraram os órgãos competentes e não obtiveram retorno. O responsável pelo imóvel redigiu uma carta em punho para a prefeitura alegando a impossibilidade financeira para realizar a reforma. Ela declarou

²⁷ O Centro Cultural Que Ladeira É Essa? era um dos movimentos sociais do 2 de Julho. De acordo com Viviane Hermida, esse ativismo urbano foi criado em 2013 e se localizava na Ladeira da Preguiça. Nesse espaço, a comunidade desenvolvia algumas atividades como, por exemplo, a arte de defesa quilombola. No meu Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Processos locais de resistência: mobilização social no bairro 2 de Julho, Salvador Bahia”, detalho cada movimento social existente no bairro e a relação entre eles, com a Articulação dos Movimentos Sociais do Centro Antigo de Salvador.

que, por conta dessa situação, as pessoas que moravam no edifício estavam desabrigadas. Nesse mesmo local, havia uma parte em que funcionava um comércio. A pessoa que administrava o negócio trabalhava durante o dia, e à noite dormia em outro lugar devido ao medo do desabamento. A falta de manutenção desses casarões antigos por parte dos entes públicos era algo intencional, de acordo com Eliane Silva, pois, ao não se fazer as reformas, vem a degradação, seguida do desabamento, para depois “expulsar as pessoas”.

A palavra foi passada para a pesquisadora e moradora do bairro Alina Cecilia Sosa. Ela era argentina, mas se considerava “argebaiana soteropolitana”. Já atuava na comunidade há oito anos. Era doutoranda em arquitetura e fazia parte do grupo de pesquisa Lugar Comum. Alina Sosa contou que em 2013 houve dois decretos de desapropriação emitidos pela prefeitura que correspondiam aos locais de moradia das primeiras moradoras e que também englobava toda a área do frontispício do 2 de Julho de onde se podia contemplar a vista da Baía de Todos os Santos.

Cecilia Sosa mostrou na audiência um mapa das áreas que estavam os editos e expôs que na Rua Visconde de Mauá ocorreram reformas de infraestrutura como pavimentação e melhoramento nas encostas. Com a reedição dos decretos, retiraram-se alguns imóveis, e Cecilia Sosa questionou a motivação da retirada dessas propriedades imobiliárias: “De quem são a responsabilidades dos imóveis (seriam do Estado ou prefeitura?)”. Ela especificou que os decretos estadual e municipal eram destinados a áreas distintas: o primeiro era estendido por toda a Rua Visconde de Mauá e o segundo era destinado à Ladeira da Preguiça e da Conceição da Praia.

Cecilia Sosa mencionou outros casarões que estavam ocupados, mas que, mesmo assim, encontravam-se no decreto de desapropriação de âmbito estadual. Essa não era a primeira audiência em que se pedia explicação sobre o assunto. Desde a publicação dos decretos, houve outras audiências em que os moradores não obtiveram informações precisas. Ela considerava que os decretos estavam vinculados a outras ações como: Fundo de Investimento Imobiliário (FII), O Programa de Investimento de Desenvolvimento (PID), a visita da Prefeitura, do SEBRAE, a reforma da feira (o Projeto Eu Amo o 2 de Julho). Alina Sosa também questionou para quem se destinava essas melhorias. Segundo Cecilia, através do Plano do Bairro do 2 de Julho ficou evidenciado os graves problemas de segregação socioespacial que havia na localidade.

Cecilia Sosa prosseguiu insistindo em saber quais são os projetos e a legislação para essas áreas, pois tinha o direito de ter acesso a essas informações. Após essa primeira parte, a

audiência seguiu com as explicações dos dois representantes da CONDER e um do IPAC. A que gerou mais impacto entre os presentes foi a fala dos representantes da CONDER.

Ao iniciar, Raimundo Andrade traçou um histórico para que se pudesse compreender o porquê da emissão dos decretos. Ele narrou que, entre 2007 e 2010, com a parceria da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), foi realizada uma série de diagnósticos direcionados para o CAS que teve por resultado o Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador.

Nesse estudo, publicado em 2010, segundo Andrade, foi elaborado um levantamento sobre as questões urbanas que atingiam os onze bairros que integrava o CAS, tais como: necessidade de habitação social, frontispício, turismo e economia. Raimundo Andrade descreveu que a situação das residências do CAS “não é saudável, não é regular”. Através do Plano de Reabilitação do Centro Antigo de Salvador, identificou-se que cerca de 1.100 imóveis de propriedade privada se encontravam em situação de ruína, subutilizados ou desocupados, definições que correspondem aos conceitos descritos na Constituição Federal (CF/88) e também na Lei nº 10. 257 nos artigos 182 e 183 que é conhecida como Estatuto das Cidades.

O Estatuto da Cidade representou uma conquista importante para o campo do direito nacional e sociedade em geral, pois tem a finalidade de estipular diretrizes para uma política urbana. Essa lei foi regulamentada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e levou treze anos para ser aprovada. Esses artigos da CF/88 mencionados só foram incluídos a partir das intensas mobilizações de movimentos sociais. Nesse contexto, a propriedade urbana adquire uma função social, ou seja, visa a uma política urbana norteada para atender o bem estar do coletivo. (TRINDADE, 2012)

Tanto Trindade (2012) quanto Godim (2012) consideram que, por mais moderna que seja a legislação, o que ainda tem peso nas interpretações e decisões jurídicas é a propriedade privada, o que favorece de maneira significativa a prática da especulação imobiliária. Para o primeiro autor, as melhores localizações do solo urbano são destinadas para a classe média e alta. A população de baixo poder aquisitivo sempre foi excluída de habitar em áreas centrais, sendo sempre remanejada para residir em periferias ou em áreas ambientais de grande vulnerabilidade. (TRINDADE, 2012)

Trindade (2012) afirma que o espaço urbano é mal distribuído: sempre pautado em atender os interesses do capital imobiliário sendo que os pobres podem ocupar apenas aéreas estabelecidas e estas não podem coincidir com as que interessam ao mercado imobiliário. A estratégia dos entes públicos é permitir que a população de baixa renda ocupe áreas ilegais

como forma de atenuar as tensões sociais (TRINDADE, 2012). Nesse sentido, ao analisarmos os depoimentos das moradoras, entende-se que por mais avançada que seja essa lei, o que predomina é o direito privado sobre o direito coletivo.

Raimundo Andrade reconheceu que o problema dos centros antigos e centros históricos não são exclusivos do Brasil sendo de alcance mundial. Segundo ele havia uma tendência do retorno das populações para o centro das cidades, pois o local já possuía infraestrutura e equipamentos urbanos consolidados. Raimundo afirmou que o estudo indicou como solução para a questão dos imóveis a criação de um Fundo de Investimento Imobiliário (FII).

Não apenas ele, mas a sua equipe não acreditava que se poderia trazer o segmento populacional de alta renda para residir no CAS, pois esse perfil preferiria morar em apartamentos. Pela legislação, não se podia construir altos edifícios na região, para que não se retirasse a visão do frontispício. A vereadora Aladilce Souza interferiu e disse que o novo PDDU derruba essa prerrogativa e ainda previa a inclusão das operações urbanas consorciadas²⁸.

De acordo com Raimundo Andrade, os decretos surgiram devido a uma solicitação dada a CONDER para buscar meios para recuperação dos 1.100 imóveis. Através do comparativo de imagens fotografadas em 2010 e em 2013, o órgão estadual identificou que estava ocorrendo um “processo de degradação continuada”. Foi então, que a CONDER realizou um levantamento de imóveis em degradação ou que pudessem vir a se degradar. Ao total, foram quatro decretos e o 2 de Julho foi apenas uma das áreas. Segundo Andrade, nem todos os imóveis seriam desapropriados, pois não possuía recurso financeiro. Ele afirmou que um dos pontos do plano e do governo estadual era a garantia que a população continuasse no território. A CONDER utilizou os decretos para dois propósitos: identificação do imóvel e consultar a possibilidade do proprietário realizar a reforma.

Depois da publicação dos decretos, enviaram cartas para os residentes pedindo que eles comparecessem no órgão estadual para verificar a situação da propriedade. No universo de 300 imóveis, 50 deles foram recuperados pelos proprietários. Outra ação realizada pela CONDER

²⁸ “Operações urbanas consorciadas são intervenções pontuais realizadas sob a coordenação do Poder Público e envolvendo a iniciativa privada, empresas prestadoras de serviços públicos, moradores e usuários do local, buscando alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.”. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/sp_obras/operacoes_urbanas/index.php?p=37057#:~:text=Opera%C3%A7%C3%B5es%20urbanas%20consorciadas%20s%C3%A3o%20interven%C3%A7%C3%B5es,melhorias%20sociais%20e%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20ambiental.>. Acesso em: 20 out. 2020.

foi buscar linhas de financiamento em instituições financeiras com a ajuda do IPHAN para intervir juntos aos bancos federais, mas sem êxito. Uma das falas que causaram polêmica foi a possível retirada da casa de Maria Betânia e do arquiteto Luiz Umberto Carvalho, que estavam situadas na Rua Visconde de Mauá²⁹. Nesse momento, Raquel e Eliane se entreolhavam questionando a informação, além de darem risadas. Houve uma inquietação na plenária para rebater a informação. A Aladilce Souza pediu para as pessoas deixasse Raimundo Andrade terminar a sua fala.

No discurso final dessa primeira parte, Raimundo Andrade ressaltou que se trata de um projeto a longo prazo e nada pode ser feito sem que a população seja ouvida e que não tinha por finalidade a expulsão das pessoas. A CONDER decidiu retirar o decreto que era designado para Ladeira da Preguiça quando foi informada pela prefeitura que também já tinha lançado o mesmo decreto³⁰ para mesma área. Em suas considerações finais, Raimundo Andrade relatou as ações da CONDER que estava fazendo naquele momento: o estudo do impacto da vizinhança ainda não tinha sido finalizado, não existia nenhum projeto para FII tendo apenas projeções e o que tinha de concreto eram os projetos para habitação social.

Raimundo passou a palavra para o outro representante da CONDER, Rafael. Em alguns momentos durante a audiência, sua voz oscilava bastante. Acredito que ficou intimidado com a situação. Quando começou a falar, era nítido ver a desconfiança nos olhos de Raquel, Felipe do IPAC ficou bem atento, Elaine não o encarava e ficou fazendo anotações. Nesse primeiro momento, ele reiterou algumas informações passadas por Raimundo e disse que um dos pontos do projeto era a regularização das pessoas que não tinha posse.

Dando prosseguimento ao seu discurso, Rafael disse: “[...] não de excluir ninguém, de não expulsar, gentrificar, não tem nada disso, a ideia é o oposto, é manter, preservar, é atrair novos moradores e viabilizar a recuperação desse patrimônio, e dá uso aqueles imóveis que não atendem uma função social”. Foi através desta colocação, eu percebi que não fazia sentido apenas utilizar a categoria de gentrificação para analisar como agentes sociais se apropriam e interpretam as dinâmicas territoriais para discutir desenvolvimento urbano.

A ideia central para alguns agentes estatais é o conceito de políticas de intervenção do espaço urbano denominadas de “políticas do RE” (reabilitação, requalificação, revitalização,

²⁹ Nos instantes finais da audiência, Raimundo Andrade admitiu que os imóveis que foram retirados do decreto não correspondiam ao da cantora Maria Betânia e do arquiteto Luiz Umberto Carvalho, e sim o de dois irmãos que tinham imóveis na Rua Visconde de Mauá. Eles foram até a CONDER e descreveram a situação das propriedades; em uma visita, o órgão atestou que os imóveis não estavam degradados.

³⁰ A Prefeitura de Salvador lançou primeiro o decreto, o que fez com que o governo estadual tivesse que retirar o decreto.

reforma, restauro, repovoamento, regeneração). (BITTENCOURT, J.M., 2015). Na produção de dados, as que mais aparecem relacionadas ao 2 de Julho foram “revitalização urbana” e “requalificação urbana”. A primeira consiste em trazer “vida” a um espaço que não possui mais vitalidade (ABALOS, 2017), e a segunda: “[...] implica ‘incorporar um dinamismo econômico e social em uma espacialidade em decadência, mas ainda existente’”. (FRÚGULI, 1999 apud ABALOS, 2017, p. 21)

De acordo com Frúguli (1999), esses conceitos servem como denominações remetidas aos novos “processos sociopolíticos de intervenção” na cidade, mas ressalta que são poucos explicativos no que tange como esses processos são recebidos pelos moradores e que tipos de ações são desencadeadas em reação aos mesmos. Observa-se que essas políticas são bem frequentes nos centros tradicionais urbanos, pois através delas tenta-se “recuperar” a relevância histórica dessas regiões. (FRÚGULI, 1999 apud ABALOS, 2017)

Barreira (2010) assevera que as políticas urbanas contemporâneas têm impulsionado diversos tipos de modo de intervenção urbana como “revitalização” ou “requalificação” com objetivo de organizar espaços e devolver aos centros urbanos o papel hegemônico perdido. (BARREIRA, 2010)

Barreira (2010) acredita que quando a cidade se volta para valorizar seu patrimônio histórico este se torna objeto de mudanças na infraestrutura através de remodelações e reformas arquitetônicas tendo como um dos objetivos a sua preservação. A autora afirma que os centros se constituem como zonas emblemáticas da cidade, pois de um lado remontam um passado cujo espaço era onde aconteciam funções administrativas e comerciais importantes e por outro tem o futuro e o presente indefinidos no que tange a forma de utilização de equipamentos e espaços classificados como históricos. (BARREIRA, 2010)

Barreira (2010) afirma que se pode observar nas cidades contemporâneas que as intervenções são utilizadas na perspectiva de proporcionar aos locais públicos formas dinâmicas de usos pautados em investimentos que visam ao comércio e ao lazer. Nesse sentido, os espaços públicos são percebidos como áreas que precisam ser recuperadas dando outras formas de utilização situadas entre o sentido arcaico e a inserção de novos usos a antigas edificações. (BARREIRA, 2010)

Barreira (2010) defende que as expressões “requalificação” ou “revitalização” são usadas com o objetivo de traduzir o esforço em dinamizar antigas áreas centrais reajustando-as às funções do presente. Por isso, essas expressões são comumente usadas em discursos de gestores ou profissionais do urbanismo, mas com o intuito de facilitar planos e propostas de

mudanças nessas áreas que são consideradas o coração da cidade. (BARREIRA, 2010)

As tendências das cidades nordestinas, segundo a autora, são as transformações de áreas marginais em complexos centros de lazer. A autora analisa alguns casos de intervenções de centros metropolitanos de capitais nordestinas a exemplo do centro pernambucano. Ela constatou que, no primeiro momento de reabilitação, as noções de espaço público e cidadania estavam enfatizadas, mas depois a inserção dos moradores foi ficando escassa predominando o que autora classificou: “[...] de ideias de espetáculos e as tensões entre usos ‘devidos’ e ‘indevidos’”. (BARREIRA, 2010, p. 257)

As propostas e políticas públicas de intervenção urbana sempre existiram durante a história de formação do centro histórico de Salvador, principalmente, as dos séculos XX e XXI, pautadas em preocupação contínua de revitalização da área. A concepção dos processos e projetos de intervenção urbana que visam transformar determinado espaço em outro que pode ser mais: “saneado”, “requalificado”, “higienizado”, “revitalizado” é uma perspectiva que já era desenvolvida na Europa durante o processo de urbanização do século XIX. (BITENCOURT, J.M., 2015)

José Maurício Bittencourt (2015) não acredita que, no contexto brasileiro, especificamente em Salvador, nas áreas do centro, ocorra o processo de enobrecimento ou de fato um processo de gentrificação, visto que as classes populares ainda permanecem nos centros. Entretanto, ele advoga que o modelo existente no Brasil e na capital baiana é o das “políticas do RE”:

[...] o que se percebe, principalmente no modelo brasileiro e soteropolitano, são as ‘políticas do RE’: reabilitação, requalificação, revitalização, reforma, restauro, recuperação, repovoamento, regeneração, renovação. Estas políticas trazem a ambiguidade e expressam uma correlação de forças internas aos governos, prevalecendo tentativas combinadas de, ao mesmo tempo valorizar e dar novo sentido e uso a uma área, além de dar início a um processo de relocação de pessoas julgadas incompatíveis de aí permanecem. (p. 59)

As políticas do RE têm distintos significados na teoria, mas observa que quando utilizados nos discursos dos agentes públicos são amplamente empregadas como justificativa para transformar um espaço visto como “degradado” geralmente os centros antigos das grandes cidades em outro ambiente “revitalizado”.

A partir das reflexões dos autores, compreende-se que esses conceitos entram em consonância com os dados produzidos e descritos nesta dissertação que englobava não somente o bairro 2 de Julho, mas toda a capital baiana, cidade de Salvador, em especial o CAS. Tais políticas públicas de intervenção predominam novos usos para os centros antigos, porém não

contam com a participação popular na elaboração dos projetos. Isso ficou evidente no 2 de Julho desde o primeiro projeto de requalificação proposto pela prefeitura, porém observa-se que os agentes sociais de forma isolada ou no coletivo em ativismo urbano (MNBE2J, Centro Cultural Que Ladeira É Essa?) lutam, resistem e cobram por melhorias para a comunidade, mas que esses projetos não removam as pessoas que dão vida ao Centro Antigo de Salvador.

Felipe Musse, representante do IPAC, elogiou primeiramente a iniciativa da audiência. Ele associou as pessoas como meio de preservação, ou seja, era necessário manter os moradores como forma de proteção do patrimônio. Felipe Musse argumentou que a área não era de responsabilidade do órgão, e sim do IPHAN. Ele finalizou a sua fala dizendo que fez uma leitura do projeto e acreditava que as consequências podiam ser nebulosas.

Ao concluir essa primeira parte das audiências, Aladilce Souza fez uma interpretação da situação, além de explicar termos técnicos mencionados por algumas pessoas que compunham a mesa. A operação consorciada urbana corresponde a uma parceria público-privada para áreas que precisam de requalificação. Os parâmetros, a depender do projeto, podem ser modificados. O que causava preocupação na vereadora era que nesse novo PDDU foram incluídas áreas enormes e o Centro Antigo foi incluído sem antes ter passado por um estudo técnico que atestasse a viabilidade da inclusão.

Aladilce Souza prosseguiu em sua fala e explicou que Programa de Investimento de Desenvolvimento era algo similar ao Fundo de Investimento Imobiliário proposto pelo governo do Estado. Ao contrário do FII, o PID, em 2015, foi aprovado pela Câmara de Salvador e consistia em redução de impostos como IPTU e ISS para empresários dispostos: “[...] a investir, recuperar imóveis e requalificar o centro”. Assim, em uma observação mais atenta desse programa, a população ficava excluída mais uma vez, pois tanto a prefeitura quanto o setor imobiliário ficariam em vantagem: o primeiro, por transferir a sua responsabilidade de recuperação do centro para iniciativa privada, e o segundo com a possibilidade de aumentar seus lucros com a aquisição dos imóveis

Aladilce Souza observou que, para além dos decretos, existia também uma forte atuação de grandes empresas privadas. Ela apontou que o Grupo Mazzafera comprou vários imóveis no centro. A parlamentar acreditava que havia uma livre negociação que desconsiderava o Centro Histórico de Salvador como patrimônio da humanidade declarado pela UNESCO. A vereadora defendeu que todo projeto tinha que visar à permanência dos moradores do CAS. De acordo com a sua percepção, fazia necessário a articulação dos três poderes (municipal, estadual e federal) com o intuito de direcionar à população. Aladilce Souza na sequência, abriu as

inscrições para toda a plenária, oportunidade para que a maioria de integrantes de movimentos sociais refutasse os discursos proferidos por representantes da CONDER.

O consenso da maioria que discursou era que as respostas dadas não esclareceram as dúvidas. Algumas arguições deixaram Raimundo Andrade cabisbaixo. O que os representantes propuseram como requalificação, preservação do patrimônio histórico, para os ativistas urbanos tinha outro significado: o de expulsão dos pobres e negros do CAS, algo já visto por outros projetos de “revitalização”. Os movimentos urbanos também mencionaram a especulação imobiliária.

Aladilce Souza abriu espaço para que os convidados que estavam na mesa do evento pudessem proferir seus discursos finais. Alina Cecilia Sosa, do Lugar Comum, relatou que essas explicações dadas já eram de conhecimento de todos. Segundo ela, havia uma grande diferença entre o discurso e as ações do poder público. Ela desmentiu as colocações dos representantes da CONDER através de duas informações: uma se referia a um plano urbanístico para o Centro Antigo de Salvador que foi criado após o projeto de reabilitação. Este plano foi publicado pela revista de arquitetura a Masterplan. Nesta publicação, a Rua Visconde de Mauá foi descrita como habitação de alta renda. E o segundo ponto abordado por Alina Cecilia Sosa foi que o estudo de vizinhança foi realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo ela, esse estudo foi direcionado para: “O relatório final já está conduzido para um projeto para elitizar, para aumentar o nível das pessoas”.

Após a fala de Alina Cecilia Sosa, Aladilce Souza perguntou se alguém do auditório queria se manifestar; foi quando Dona Nega, moradora há 52 anos no bairro, contou algumas situações envolvendo a Rua Democrata onde morava. Ela relatou que a CONDER fechou duas casas cujos terrenos enormes atravessam a Rua Visconde de Mauá. Rafael explicou que esses imóveis foram desapropriados para a construção de moradia social para famílias que recebiam entre zero a três salários mínimos.

Raimundo Andrade retomou a fala com intuito de se defender das colocações dos presentes. Entre outras coisas, um dos argumentos foi que ele e seu colega são subordinados, reforçando que ambos são servidores públicos e que, portanto, não têm poder de mando. Nisso Ticão, um homem negro e representante do movimento social da União de Negros pela Igualdade (UNEGRO), sugeriu que, antes de se propor um projeto, era necessário discuti-lo com a população. O representante da Conder rebateu dizendo que, para discutir, teria que ser baseado em cima de uma ideia. Uma pessoa do auditório perguntou se algum dos presentes do auditório teriam recebido a carta da CONDER e boa parte das pessoas responderam que não

foram notificadas.

Esse momento foi um dos mais tensos da audiência, pois causou irritabilidade no Raimundo Andrade. Segundo ele, houve uma suposição por parte de uma pessoa da inveracidade do seu discurso e com isso encerraria os esclarecimentos. É necessário ressaltar que área que cobria o decreto da Ladeira da Preguiça era de responsabilidade do município e, portanto, não poderia ser notificada pela CONDER.

Em seguida, Eliane Silva fez dois questionamentos: o primeiro deles se referia o motivo dos imóveis da Ladeira Preguiça estavam sendo desapropriados, pois na sua concepção havia moradores e a área estava dentro dos critérios que determina a lei (Estatuto da Cidade). E depois ela perguntou se a lei também não se aplicava para prefeitura. Rafael respondeu que o decreto de utilidade pública possuía várias possibilidades e cada órgão administrativo tinha autonomia para estabelecer como seria utilizado e qual o caso de utilidade pública que correspondia a determinada situação.

Os momentos finais da audiência foram para considerações e futuros encaminhamentos. Como a sensação da maioria foi de frustração, Aladilce Souza argumentou que a sessão faz parte de um processo e que teriam outras etapas. Ela fez uma reflexão sobre a situação do CAS que perpassava os decretos e consistia na livre negociação. A vereadora propôs uma forma específica de legislação para que situação como essa não se tornasse recorrente.

A vereadora questionou se a comercialização dos imóveis já não estava dentro dos projetos. Ela afirmou que a prefeitura era atravessada por interesses privados. Sendo que esses projetos eram aprovados na Câmara de Vereadores de Salvador. Aladilce Souza advogava que era necessário garantir a permanência da população que morava no centro. Outra proposta sugerida pela vereadora referia-se à criação de um conselho popular, sendo obrigatório estipular nos decretos o estudo da inclusão da participação popular.

A prefeitura não enviou nenhum representante e, segundo Maura Cristina, representante do MSTB, era algo corriqueiro. Houve divergências de como proceder: a primeira delas foi sobre a ida à CONDER para verificar a situação dos imóveis. Maura Cristina e Ticão argumentaram que as pessoas deveriam ir ao órgão em grupo. Raimundo Andrade falou que era uma consulta individual, mas que não poderia impedir o acesso de outras pessoas. Aladilce Souza expôs que era necessário ter conhecimento dos termos dos decretos e refazê-los para garantir a permanência da população.

A vereadora acreditava que se a CONDER revogasse o decreto, a prefeitura faria o mesmo. Ela queria marcar uma audiência para depois das eleições com os secretários da

CONDER e SINDEC, mas Marcelo, morador da Ladeira da Preguiça e integrante do Centro Cultural Que Ladeira É Essa? sustentou que seria melhor antes das eleições. O ficou estabelecido foi: duas audiências com os secretários Carlos Martins e Paulo Fontana da CONDER e SINDEC, respectivamente. Aladilce sugeriu que no dia da audiência se fizesse uma grande manifestação com faixas e cartazes e também garantiu sua presença. Acredito que esse planejamento não foi concretizado, pois não vi nenhuma publicação relacionada a esses encaminhamentos.

2.6 O CENTRO ANTIGO DE SALVADOR NA REABILITAÇÃO

Nesta seção, apresento e analiso o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo (PRPCA) que foi elaborado pelo Governo do Estado da Bahia em parceria com a UNESCO, com a cooperação institucional da União, do Estado da Bahia e do Município de Salvador firmado através de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT). A sua construção, de acordo com o documento, foi realizada com a participação de diversos segmentos da sociedade, a saber: acordos e convênios com diversos órgãos públicos (COELBA³¹, IPAC, SEBRAE³² e etc.), diversas associações (A Mulherada, Associação dos Taxistas do Centro Histórico de Salvador, Associação Vida Brasil), Defensoria Pública, UFBA, dentre outras. O plano foi orientado pelo seguinte objetivo:

Tem por objetivo definir, construir e instituir instrumentos que possibilitem a sustentabilidade do Centro Antigo, integrando-o às dinâmicas sociais, urbanas e econômicas da cidade, com vistas a encontrar os meios que levarão a um território urbano que seja bom para morar, trabalhar, frequentar e visitar; socialmente justo culturalmente aceito e devidamente apropriado pelos seus usuários. (BAHIA, 2011, p.19-20)

O PRPCA estabeleceu o Centro Antigo de Salvador como área de intervenção: O CAS³³ era um conjunto de áreas que abrangia o Centro Histórico (CHS) e o Entorno do Centro Histórico (ECH) e integrava onze bairros: Centro Histórico, Centro, Barris, Tororó, Nazaré, Saúde, Barbalho, Macaúbas, parte do espigão da Liberdade, Comércio e Santo Antônio. Essa delimitação dos bairros foi feita pela CONDER³⁴. O CAS dispunha de uma área total de 7 km²

³¹ COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia.

³² SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

³³ É uma área tombada pela UNESCO.

³⁴ O PRPCA afirma que: “Todos com denominações oficialmente reconhecidas no decreto que determina os limites do Centro Antigo”. (p.59).

e população estipulada de 80 mil habitantes, que representavam uma população 40% menor do que existia na década de 1970 (IBGE apud BAHIA, 2011). Era uma área em que todos os dias havia um fluxo expressivo de pessoas por conta do trabalho, ou a busca de comércio e serviços. (BAHIA, 2011)

Para essa investigação de campo, a CONDER resolveu adotar uma subdivisão do Centro Histórico (CHS) e do seu entorno (ECH) com intuito de analisar trechos e identificar problemas específicos. Assim foram distribuídas essas áreas: O Centro Histórico em três partes (CHS A, CHS B, CHS C) e o Entorno do Centro Antigo em quatro partes (ECH 1, ECH 2, ECH 3, ECH4). Nessa classificação elaborada pela CONDER, o 2 de Julho era inserido em um conjunto de áreas que compunham o Centro e fazia parte do ECH 3. (BAHIA, 2011)

O PRPCA foi um processo seletivo de dois anos, ou seja, iniciou a sua construção em 2009. De acordo com a publicação, havia investimentos sendo realizados e estavam abertos a novas contribuições. Traçando um paralelo, se em 2009 foi iniciado esse estudo, 2007 intensificou a especulação imobiliária no 2 de Julho (com a compra de imóveis vacantes no Sodré e Adjacências), e em 2012 a Prefeitura Municipal de Salvador queria implantar o *Projeto de Humanização do Santa Tereza*, o que pode compreender interesses comuns entre as instâncias públicas e o setor imobiliário. O setor público viabilizou as condições adequadas para implantação de projetos de grupos imobiliários não apenas para o 2 de Julho, mas como todo o CAS, até porque esse plano teve um acordo entre os três entes federativos.

O respectivo plano foi orientado na perspectiva das diretrizes do Programa Nacional de Reabilitação de Áreas Centrais do Ministério das Cidades e seguiu as orientações do Ministério da Cultura. O ente estadual outorgou a sua coordenação, a Secretaria de Cultura (SECULT) e a gestão operacional ao Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (ERCAS). Este último foi criado por um decreto estadual constituindo como uma unidade geracional da SECULT e foi atribuída a coordenação da elaboração do Plano de Reabilitação Integrado e Participativo do Centro Antigo de Salvador. (BAHIA, 2011)

Foi de responsabilidade da ERCAS a articulação entre os entes federativos e pela construção de parcerias com diversos segmentos populacionais e institucionais, entre outras, e atuou da seguinte maneira: “Atua, portanto como um espaço de conciliação de ações, propostas e programas para a sua área, além de captar recursos necessários para viabilizar projetos e encaminhar as demandas locais.” (BAHIA, 2011, p. 26)

O Plano teve três frentes de ação, a saber: a estratégica político-institucional (que foi comandada por um Grupo Executivo composto por representantes do poder público em todos os

níveis e a participação da sociedade civil), a operacional (ERCAS/UNESCO) e a participativa denominada de Câmaras Temáticas. Essas frentes participaram do processo de discussão, elaboração e de consolidação do Plano de Reabilitação do CAS. (BAHIA, 2011).

Sobre as Câmaras Temáticas, algumas considerações precisam ser feitas. Empregou-se como metodologia participativa desenvolvida pelo Programa SIRCHAL (Sítio Internacional sobre a Revitalização de Centros Históricos na América Latina e Caribe) aplicada para a construção do Plano. Essa metodologia foi alicerçada na organização de Câmaras Temáticas que participaram de todo o processo de elaboração do Plano, que foi constituído de: avaliação dos diagnósticos, na análise das proposições apresentadas pelos consultores contratados pela UNESCO e na análise das ações desenvolvidas pelo ERCAS. (BAHIA, 2011)

Foram quatro encontros das Câmaras Temáticas com duração de 17 meses no período correspondente entre os meses de julho de 2008 e dezembro de 2009. Cada encontro teve uma pauta específica. Participaram aproximadamente 600 pessoas constituindo um público diverso: representantes da sociedade civil, do poder público e iniciativa privada. O PRPCA salientou, por várias vezes, que o Plano teve a participação de diferentes atores sociais no que tange o processo de planejamento e implementação das ações. A participação popular era o diferencial desse plano em relação aos demais projetos anteriores do CAS de acordo com esse documento, de forma que, pela descrição do PRPCA, o projeto foi desenvolvido como afirmado. (BAHIA, 2011)

Um dos objetivos do plano foi fundamentado em: “[...] ampliar e diversificar as faixas de renda de moradores atendidos na área do CAS [...]”. (PRPCA, 2011, p.20). Isso indicava a intenção do Governo do Estado da Bahia em atrair uma população de renda significativa. O PRPCA é um documento extenso, 344 páginas distribuídas entre um diagnóstico realizado por consultores contratados pela UNESCO que realizaram um mapeamento dos principais problemas nos âmbitos: “Ocupação Urbana e Habitação”, “Acessibilidade e Mobilidade Urbana”, “Avaliação dos Equipamentos e Negócios Culturais”, “Aspectos Econômicos”, “Economia do Turismo”, “Aspectos de Conformidade Ambiental”, “A Dimensão Social e o Quadro de Vulnerabilidades” e “Segurança Pública”, além de seções dedicadas a: “História, Ocupação, e Delimitação do CAS”, “a Legislação de Proteção no CAS e as Políticas Públicas visando à sua Recuperação” com a finalidade de apontar soluções para esses problemas. (BAHIA, 2011)

A segunda parte do Plano foi a elaboração de 14 proposições baseadas nesse diagnóstico com intuito de dar direcionamento adequado aos projetos em curso, ou seja, a sustentação do

Plano de Reabilitação Sustentável do Centro Antigo de Salvador. Este Plano era fundamentado em uma perspectiva reabilitadora mais abrangente em relação a outras implementadas anteriormente, possuía um conceito de preservação dos seus valores e culturais, e visava à construção de uma cidade com intuito de ser igualitária para os seus moradores e, portanto, atraente para os seus visitantes. (BAHIA, 2011)

Inicialmente o PRPCA apresentou considerações iniciais do então Governador Jaques Wagner (PT), Vincent DeFourny (Representante da UNESCO no Brasil), Márcio Meirelles (Secretário de Cultura do Estado da Bahia) e Beatriz Lima (Coordenadora Geral do ERCAS). Os discursos de todos os citados, de modo geral, pautaram na importância do CAS, a forma de construção do Plano enfatizando o aspecto participativo da elaboração, importância que o Plano representaria não apenas para o CAS, mas para toda Salvador. Porém, alguns trechos merecem atenção. (BAHIA, 2011)

Jaques Wagner (PT) mencionou a revitalização que ocorreu no Pelourinho na década de 1990, realizada na gestão de Antônio Carlos Magalhães. Como ponto positivo, citou que a região se transformou em um dos maiores destinos turísticos do país devido “à riqueza do seu patrimônio artístico e cultural”, porém essa intervenção não abrangeu os seguintes aspectos: as sustentabilidades econômica, social, urbanística e ambiental relevantes para essa área e o que PRPCA estava propondo era a correção dessa distorção. (BAHIA, 2011)

Jaques Wagner (PT) afirmou que o Plano: “É também um exemplo da colaboração eficiente e não-competitiva entre as esferas: municipal, estadual e federal de governo, que operam juntas para pensar e implementar políticas sociais para os cerca de 80 mil moradores do Centro Antigo”. (BAHIA, 2011, p. 06)

A comunicação de Beatriz Lima foi pautada na ideia de ressignificação do Centro Antigo. Ela declarou que a elaboração do Plano teve como importante desafio coletivo a concepção de um novo sentido para o CAS. Segundo a Coordenadora Geral da ERCAS, o Plano trabalhou na orientação de instituir uma política inclusiva que atendesse o segmento populacional que estava em situação de vulnerabilidade social. (BAHIA, 2011)

Para Beatriz Lima “ressignificar” tinha o seguinte significado: “Ressignificar é tornar realidade o desejo, o desejo de todos que participaram direta e indiretamente dessa construção coletiva, materializado nesta publicação, para fazer acontecer o Centro Antigo de Salvador”. (BAHIA, 2011, p. 9). Observa-se no texto desse documento uma preocupação excessiva em demonstrar que o Plano era uma proposta diferente dos demais por conta da participação popular desde o início do projeto. (BAHIA, 2011)

Como dito anteriormente, a UNESCO ficou responsável pela contratação de consultores. Foi formado um corpo de especialistas das mais diversas áreas: arquitetos, sociólogos, ambientalistas, turismólogos, economistas, engenheiros e historiadores. A presença de profissionais de Arquitetura e Sociologia explica o motivo da categoria de gentrificação está mencionada no texto como prejudicial ao coletivo. Havia uma menção à área do Santo Antônio Além do Carmo, localizado no CAS, onde foi afirmado que estava ocorrendo um crescente processo de gentrificação. (BAHIA, 2011)

No Santo Antônio Além do Carmo, boa parte dos imóveis localizados no lado da encosta, com vista para a Baía de Todos os Santos, foi vendida a estrangeiros ou pessoas vinculadas ao universo das artes. Esse fato contribuiu para um aumento significativo do valor dos imóveis. De acordo com o PRPCA, a instalação de equipamentos turísticos poderia agravar esse processo. O Plano mencionava que um dos objetivos era reduzir os efeitos da gentrificação. Portanto, podemos inferir que era do conhecimento do poder estatal que em áreas do CAS estava em curso processos de gentrificação ao mesmo tempo em que precisa ser ratificado que de acordo com esse documento, a fala de Rafael, representante da CONDER, que afirmou que a intenção não era gentrificar, mas atrair novos moradores está dentro das diretrizes do projeto. (BAHIA, 2011)

O PRPCA dispõe de 14 proposições, mas, para este estudo, optou por entender a última que corresponde ao “Gerenciamento e implantação do Plano de Reabilitação”, pois esta proposta causou reações contrárias por parte dos movimentos sociais e pesquisadores do CAS. O Plano estabeleceu como missão revitalizar o Centro Antigo de Salvador através da fomentação e geração de recursos para a sua sustentação. A proposta era a criação de uma empresa pública para gerenciamento do parque imobiliário e também ceder em confiança ao Fundo de Investimento Imobiliário (FII) com objetivo de fomentar recursos para o desenvolvimento satisfatório dessa atividade. Nesse sentido, compreende-se que o PRPCA pretendia captar recursos financeiros através da comercialização de imóveis negociados no mercado de ações. (BAHIA, 2011)

É justamente a transformação do parque imobiliário do CAS em ações a serem negociadas na Bolsa de Valores uma das principais críticas dos ativismos urbanos e pesquisadores do CAS, pois o FII beneficiaria os interesses da especulação imobiliária em detrimento da população que mais precisa de uma habitação digna e de qualidade.

Uma outra crítica apontada pelos autores Mourad, Figueiredo e Baltrusis (2014) é que o Governo do Estado tem revelado publicamente seu interesse em montar uma operação urbana

baseada no instrumento de concessão urbanística, que propõe o desenvolvimento urbano a partir da administração de grupos empresariais, conferindo-lhe amplos poderes para desapropriar imóveis residenciais e comerciais, reformar, demolir, construir e lucrar com a revenda. (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014)

Na literatura científica, não há um consenso sobre o Estado e seus mecanismos de atuação considerando-o como ente monolítico, ou seja, um todo indivisível. Michel Foucault (1995) defende que o Estado era um novo modelo político de poder desenvolvido de modo contínuo e teve início em nossa sociedade desde o século XVI. A concepção vigente, na maior parte do tempo, consiste em considerar o Estado um modo de poder que despreza os indivíduos se envolvendo exclusivamente aos interesses da totalidade que afirma ser uma classe ou grupo dominante dentre os cidadãos. O Estado, para este autor, é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora, sendo que o Estado moderno integrou uma nova forma de política a uma antiga tecnologia de poder denominada de “poder pastoral”. (FOUCAULT, 1995)

Os autores Bevilaqua e Leiner (2000) advogam a construção de uma antropologia de setores estatais. O estudo etnográfico de setores que abarcam o domínio do Estado tornou-se recentemente o interesse da antropologia brasileira. Estes autores revelaram duas contribuições significativas da antropologia política da década de 1940: a primeira foi a retirada da questão “político” da atribuição que sempre foi atribuída ao Estado pela filosofia e ciência política. E a segunda colaboração diz respeito às instituições políticas que deixaram de ser pensadas apenas em termos de poder. Essa concepção ganhou forças entre as décadas de 1960 e 1970 através das teorias francesas, em especial, aos estudos de Clastres. (BEVILAQUA; LEINER, 2000)

Os autores defendem que, através dessa tradição de pesquisa, os antropólogos podem resgatar a questão do Estado como objeto de estudo e principalmente se o campo for as sociedades de que os pesquisadores fazem parte, porém com um olhar diferenciado para outras perspectivas diferentes do conceito Estado já abordadas em outras disciplinas consagradas. O diferencial da antropologia seria pensar o político além da esfera do Estado. Os autores sustentam que os princípios mais gerais e mais abstratos já referidos por Mauss e Lévi-Strauss que alicerçam as relações sociais também são constitutivos da: “[...] organização interna das instituições estatais e suas relações com outros setores da sociedade”. (BEVILAQUA; LEINER, 2000, p. 106)

Bevilaqua e Leiner (2000) afirmam que a importância de uma antropologia do Estado pode promover contribuições essenciais para compreensão de: contextos específicos de cada

pesquisa e também para o conjunto da disciplina. Os autores propõem um maior diálogo e relação de complementação com as “ciências irmãs”, que correspondem a sociologia e a ciência política. Bevilaqua e Leiner (2000) empregam a expressão “setores do Estado” com intuito de: “[...] enfatizar que o Estado não é uma instituição monolítica. Ao contrário, comporta diferentes dimensões e agências que não são homogêneas e, muitas vezes, chegam a constituir grupos com contornos bastante particulares”. (p. 127)

Este estudo compreende que o Estado não pode ser considerado uma instituição monolítica (ABALOS, 2017; BEVILAQUA; LEINER, 2000). Isso foi evidenciado pelas práticas dos diferentes “setores do Estado”. Os gestores tanto nos âmbitos municipal quanto estadual, tem suas ações fundamentadas em discursos de “requalificação”, “revitalização”, “reabilitação urbana”. A maioria dos projetos direcionados para o bairro não foi levada em consideração à especificidade da área e a participação popular na elaboração e implementação desses planos. Outros atos desses administradores consistem em: decretos de desapropriação que têm por finalidade a recuperação de imóveis degradados, preservação do patrimônio ou elaboração de projeto requalificação, que segundo especialistas e moradores, muitas vezes sem um laudo técnico do IPHAN ou IPAC que justifique tais ações.

A gestão do prefeito de Salvador ACM Neto (DEM) conseguiu aprovar algumas alterações no PDDU, que são: o Programa de Investimento de Desenvolvimento (PID), as operações urbanas consorciadas e a possibilidade de construções de altos edifícios que podem retirar a visão do frontispício área da cidade. Sob a administração de Jacques Wagner (PT), o Governo do Estado da Bahia elaborou o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo de Salvador. O diferencial desse projeto para os demais foi a participação popular na elaboração do projeto. Teve a parceria da UNESCO e a cooperação institucional entre União, o Estado e a Prefeitura de Salvador. O PRPCA pretendia ser um plano de reabilitação mais abrangente do que os anteriores, porém uma de suas proposições causou reações de indignação por parte dos pesquisadores e moradores do CAS, pois pretendia obter recursos financeiros através da transformação de imóveis em ações a serem negociados na bolsa de valores.

Esses atos favorecem os empresários do setor imobiliário a ter acesso a áreas de valor histórico, paisagístico e de grande potencial de retorno financeiro da cidade de Salvador. Porém, dentro desse Estado, existem diferentes dimensões e agências. São agentes dos mais variados setores estatais que prestam apoio aos grupos que se sentem ameaçados por essas intervenções. Nisso podemos citar: o acesso dos ativismos urbanos com representantes do Legislativo (estadual, municipal e federal), ações no Ministério Público e entre outros. Em virtude do que

foi analisado acima, podemos concluir que o Estado não pode ser pensado como uma instituição monolítica.

2.7 A DINÂMICA DOS CONFLITOS PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DOS DISCURSOS

Nesta seção, realizo algumas **reflexões** sobre a disputa em torno do espaço urbano que classifico como **dinâmica dos conflitos entre os diversos agentes sociais**.³⁵ Nesta arena, a disputa em torno do bairro 2 de Julho é pautada por diferentes discursos que legitimam as ações desses agentes sociais. Foucault (2014) argumenta que em toda a sociedade há a produção do discurso. O autor afirma que todo o discurso tem regras que são impostas e que estabelecem em qual situação deve ser proferido e quem tem a legitimidade para fazê-lo. (FOUCAULT, 2014)

Maricato (2016) defende que a cidade é um tipo de palco onde a nossa vida se move, uma área de disputas e movimentos sociais e que podem ser interpretados como um discurso. O discurso para o Foucault (2014) é o poder que desejamos ter. No cenário do 2 de Julho, podemos identificar no discurso de agentes públicos e dos movimentos sociais expressões relacionadas a categorias do universo acadêmico, tais como: gentrificação, requalificação, revitalização e reabilitação urbana permeiam nesta arena de conflitos. Esses agentes sociais se apropriam, ressignificam essas categorias em seus discursos com o objetivo de legitimar as suas ações agentes e, por isso, defino como categorias interlocutoras.

Ainda de acordo com Foucault (2014), no discurso do louco, a palavra é desvalorizada, e em nossas sociedades quais são os discursos que são validados? Quais são os desprestigiados? Quais as pessoas que têm seus discursos creditados e/ou legitimados? Nem todos terão as suas falas reconhecidas como mencionou Ticão, secretário estadual de habitação da União de Negros pela Igualdade que no dia da audiência sobre os decretos de desapropriação da Prefeitura de Salvador e Governo do Estado, em 2017. Ele afirmou que sua voz era ouvida, mas não escutada. Assim, também, a palavra do louco que era simbolicamente um discurso que retornava ao ruído (FOUCAULT, 2014). Essa desvalorização ou mesmo desconsideração discursiva acontecia com muita frequência nos movimentos sociais do CAS.

Podemos pensar que um dos principais argumentos que os discursos de agentes emitem a respeito do bairro está baseado no sistema de exclusão: a oposição do verdadeiro e do falso e,

³⁵ Agentes sociais é pensado aqui na perspectiva bourdiana.

também, ao que se refere à vontade de verdade, de se estabelecer uma verdade (FOUCAULT, 2014). Isso porque cada agente social no conflito tenta comprovar que seu discurso e as ações são as “mais” verdadeiras. Para além dos discursos emitidos, devemos atentar, também, para sua intencionalidade, ou seja, eventual relação do que é dito com que é implementado na prática; nisto, as categorias já mencionadas aqui como pertencentes a um discurso que considere acadêmico, podem contribuir de maneira significativa para a análise de categorias fartamente acionadas em discursos.

O conceito de gentrificação, de autoria de Ruth Glass, deriva do termo em inglês *gentrification* e foi cunhado na década de 60 (GASPAR, 2010). Entende-se por gentrificação o processo pelo qual há uma “substituição” da população de baixa renda que vive em dada localidade por outra de alto poder aquisitivo. É um fenômeno encontrado nas grandes metrópoles em diferentes partes do mundo como Nova Iorque, Barcelona, Londres e São Paulo.

A categoria de gentrificação integrou os discursos de alguns moradores do bairro 2 de Julho através da aproximação desses sujeitos com agentes sociais vinculados, principalmente, ao campo acadêmico, como por exemplo, o Grupo de Pesquisa do Lugar Comum, da UFBA. Observa-se que no cotidiano, as pessoas utilizam a gentrificação de acordo com a literatura científica do conceito e ao mesmo tempo em que o sentido empregado é totalmente inverso aos das instâncias públicas.

A “gentrificação” tem alguns significados para estes moradores. O primeiro deles corresponde a uma categoria que está relacionada a processos de higienização, expulsão da camada da população mais vulnerável de certos espaços urbanos. Nisto, resalto a fala de Seu Santos, 67 anos, morador e proprietário do Bar Mimosa: “[...] enfim a gente sabe que os empreendimentos vêm, a exemplo do Pelourinho, a exemplo de outras áreas, é a questão, é a gentrificação, né? Expulsam moradores de certo nível, pessoas pobres, enfim, para áreas, né? Como aconteceu no Pelourinho”.

O segundo sentido atribuído à gentrificação refere-se ao encarecimento de produtos e serviços, principalmente, os valores dos alugueis que aumentaram no bairro desde os anos 2000 em consequência da especulação imobiliária. Assim, tal cenário favorece a saída da população de baixo poder aquisitivo do local. Em uma entrevista concedida a mim, Caroline Lima, ocupante e integrante do Coletivo da Vila Coração de Maria, disse: “[...] eu acho que aqui é bem caro também, assim, comparando com outros bairros e vai ficando cada vez mais caro, entendeu? Eu tava quase me mudando daqui, se eu não viesse para aqui, para Vila, eu poderia sair mesmo do 2 de Julho”.

O terceiro significado associado à gentrificação é referente ao abandono e a sensação de insegurança. Pedro Rosas em entrevista disponibilizada a mim afirmou que: “Ah, então isso a gente sabe que faz parte de toda a gentrificação mesmo, tirar e deixar inseguro para que as pessoas tenham medo daqui, né? [...]”. Todas essas falas, reforçam que esses moradores entendem e classificam a situação do 2 de Julho como um processo de gentrificação.

Nesta arena de disputa, os processos de intervenção urbana apresentam diferentes significados para outros moradores. Uma parte do contingente populacional do bairro acredita que as reformas são uma excelente oportunidade para valorização dos seus imóveis como, por exemplo, parte significativa dos integrantes da Aclaj no momento da pesquisa, como relatou Vilma Mota, integrante do MNBE2J. Para outras pessoas, a categoria de “gentrificação” não é mencionada em termos de discurso, porém isso não quer dizer que esses moradores não identifiquem as consequências desses projetos para o bairro sem, contudo, mencionarem a definição.

As categorias que fazem parte “Políticas dos RE” (requalificação, revitalização, reabilitação e etc.), como definiu José Maurício Bittencourt (2015), são termos sinônimos, sendo um discurso que, quando proferido por agentes do poder estatal, são acionados para justificar projetos de intervenção que pretendem a “recuperação” de áreas que estariam “degradadas”, por via de regra, nos centros das grandes cidades.

A análise feita nos diferentes projetos reestruturação urbana para o 2 de Julho é que o dito difere completamente das ações que são implementadas na prática. Na maior parte desses planos, não há a participação popular, apesar de ser uma prerrogativa do Estatuto das Cidades. Nota-se que a utilização dessas categorias nos discursos tem por finalidade conferir um sentido positivo às políticas públicas que acabam por efetivamente expulsar uma camada populacional de baixa renda do bairro e que, neste cenário, é constituída majoritariamente por pessoas negras.

As categorias das “Políticas dos RE” também são usadas como contraponto ao conceito de gentrificação, no intuito de afirmar que não se tem a intencionalidade de afastar os moradores dessas áreas, mas sim trazer outros moradores para localidade, como foi relatado nas falas dos representantes da CONDER.

Os agentes estatais para além dos discursos e dos planos de intervenção, agem através de dois atos: um deles são pelos decretos de desapropriação que consiste em retirar as pessoas e impedir o acesso delas por meio da construção dos paredões de concreto que consistem em fechar os imóveis. Há também demolições, muitas vezes não pautadas em laudos técnicos que fundamentam tais ações, como as denunciadas por diversos atores dos movimentos sociais.

Nesse sentido, pretende-se pensar a que interesses esses agentes públicos buscam atender, porém é necessário salientar que o Estado é múltiplo, há outros setores estatais que são acionados para a resolução desses conflitos e que têm permitido a permanência desses moradores como, por exemplo, os residentes da Vila Coração de Maria.

Neste cenário de disputas, existe o interesse do setor imobiliário. O mercado financeiro internacional tem dado atenção especial à área do Centro Antigo de Salvador do qual o 2 de Julho faz parte. Percebe-se que no bairro há um abandono proposital, tanto por parte da Prefeitura quanto do Governo do Estado, o que faz com que os imóveis se tornem desvalorizados, possibilitando que investidores financeiros potencializem seus lucros a partir da compra, venda e revenda de imóveis entre terrenos, ruínas e casarões: “Na Rua Areal de Cima, dentre os 87 imóveis comercializados, 26% também foram comercializados três vezes”. (MOURAD; FIGUEIREDO; BALTRUSIS, 2014, p. 444)

Diferentemente de José Maurício Bittencourt (2015), penso, tendo em vista os argumentos que apresentei até aqui, que há indícios no 2 de Julho de um processo gradual de gentrificação motivado pelos interesses do setor imobiliário e alguns agentes estatais. Nesta perspectiva, o processo de gentrificação não poderia ser dissociado do racismo estrutural (RIBEIRO, D., 2018) fundante na sociedade brasileira, visto que a maioria das pessoas que estão sobre ameaças de expulsão são pessoas negras, o que se poderia considerar como processo de higienização racial e social.

Foucault (1999) se debruçou sobre o modo de funcionamento do biopoder através do racismo. Ele começa seu texto afirmando que seu objetivo era demonstrar que o tema da raça não foi extinto, mas recuperado através do racismo de Estado. O autor faz uma comparação sobre formas de atuação do poder da soberania (que determinava quem ia morrer e a quem se permitiria viver) e um novo poder denominado de regulamentação (baseado nessa tecnologia do biopoder).

Foucault (1999) ressalta que entende assassinato não apenas por tirar a vida de uma pessoa, mas todas as formas que ele denominou de assassínio indireto: “[...] o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”. (p. 306). Neste ponto de vista, compreendo que alguns agentes estatais criam condições de “assassínio indireto” ao causar abandono em áreas do 2 de Julho, expondo pessoas ao risco eminente da morte como denunciou Eliane Silva que, juntamente com mais quatro famílias, corria risco de vida, pois um prédio estava com indícios de desmoronamento. Apesar de buscarem auxílio aos órgãos competentes, nada foi feito. As

desapropriações também podem ser consideradas uma forma de assassinato, pois removem das pessoas as suas histórias com o local onde construíram as suas vidas.

O autor Achille Mbembe (2018) também se debruçou sobre os temas: biopoder, soberania, estado de exceção e política de morte, tendo como referência os conceitos abordados por Michel Foucault. Ele deduz que a expressão máxima da soberania é decidir quem pode viver e quem pode morrer. Essa afirmação entra em concordância com o conceito de biopoder de Foucault (1999). As características relevantes da soberania estão nos limites de “matar” ou “deixar viver”. (MBEMBE, 2018)

Mbembe (2018) concebe a ideia da política como trabalho de morte, e a soberania exprime-se predominantemente pelo direito de matar. O autor retoma o conceito sobre racismo de Foucault (1999), afirmando que, na economia do biopoder, o racismo funciona como regulador e distribuição da morte, e é isso que proporciona as funções assassinas do Estado. Outra concepção que é retomada de Foucault (1999) é a ideia de que o direito soberano de matar e os mecanismos de biopoder são encontrados nos Estados modernos. Utilizando novamente Foucault (1999), ele afirmou que o Estado nazista foi o Estado que exerceu esse direito de matar, sendo este um exemplo mais completo de Estado moderno. (MBEMBE, 2018)

Mbembe (2018) centraliza a questão da escravidão, pois compreende, entre outras coisas, que está relacionada com uma das primeiras formas de experimentação da biopolítica. Ele situa a condição dos escravos no sistema de *plantation* afirmando que a vida do escravo em muitos aspectos é uma espécie de “morte em vida”. Isso faz refletir quantas pessoas residentes, não apenas no 2 de Julho, mas em torno o CAS, se encontram em condições de “morte em vida”, vivendo em situações de vulnerabilidade e sob constantes ameaças de expulsão ou demolições de seus imóveis.

A partir Mbembe (2018), vemos que muitas vidas são consideradas descartadas pelo Estado. De maneira geral, os projetos elaborados e/ou executados por parte de alguns agentes públicos têm por objetivo determinar quem deve ou não habitar no bairro. E a higienização é destinada às pessoas negras, que constituem a maioria da população do bairro. Nisso penso que nenhum projeto para área pode ser planejado sem uma escuta sensível dos moradores.

Portanto defendo que o bairro 2 de Julho está em processo progressivo de gentrificação, visto que ainda não conseguiram mudar totalmente o perfil populacional, apesar das demolições, expulsões e forte presença da especulação imobiliária. A gentrificação não pode ser analisada sem levar em consideração a questão racial, e o conceito de necropolítica contribui de maneira significativa nessa análise.

3 RESISTÊNCIA URBANA NO ESPAÇO DE MORADIA E SOCIABILIDADE: A VILA CORAÇÃO DE MARIA

No segundo capítulo, abordei os projetos de instâncias públicas e privadas para o 2 de Julho e alguns dos impactos que estes provocaram na reconfiguração espacial e social da área. Ao mesmo tempo, refleti sobre processos de mobilização pela permanência no bairro protagonizados pelos moradores locais e movimentos sociais. Compreendo que, ao analisar tal recorte sobre o bairro, o mesmo não pode ser dissociado de uma análise da atuação dos ativismos urbanos. Assim, neste terceiro capítulo, procurei entender como os projetos descritos no capítulo anterior impactaram as vidas das sete famílias que habitavam na Vila Operária Coração de Maria por meio dos fragmentos de histórias de suas vidas, na perspectiva de apreender as formas de resistência urbana no cotidiano desses moradores.

3.1 A VILA CORAÇÃO DE MARIA: UM LUGAR DE LUTA, DE RESISTÊNCIA!

A Vila Operária Coração de Maria é pensada aqui sob a perspectiva antropológica de territorialidade e territórios urbanos, uma vez que diversos agentes sociais conferem distintos significados, formas de apropriação, redefinição para esse espaço. Para uns, trata-se de um espaço que vai além da moradia, pois envolve sociabilidades, resistência e cultura. Para a Irmandade, a VOVM era vista como um bem material que poderia ser vendida a grupos empresariais.

Paul E. Little (2004), em *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade* pesquisou os grupos humanos sob a perspectiva fundiária através da teoria antropológica da territorialidade. Inicialmente, o autor afirma que a enorme diversidade sociocultural no Brasil está associada a uma extraordinária diversidade fundiária. Explica que diversos grupos humanos costumam ser agrupados em distintas categorias, tais como: “populações”, “comunidades”, “povos”, e que cada uma delas se inclina para os seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, entre outros. (LITTLE, 2004)

Ao teorizar a partir da perspectiva fundiária através da teoria antropológica pelo viés da territorialidade, o autor delimita um campo de análise antropológica centralizado na questão territorial desses grupos, diferente de outras perspectivas clássicas como o campesinato, etnicidade e raça. O seu interesse é expor como esse novo olhar analítico pode identificar semelhanças importantes entre os diversos grupos, que não aparecem quando são utilizadas

outras categorias de análises (LITTLE, 2004). O autor define territorialidade como: “[...] espaço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identifica com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo assim em seu ‘território’ ou ‘homeland.’ ”. (LITTLE, 2004, p. 253)

Little (2004) defende que o território se manifesta diretamente nos comportamentos de territorialidade de um grupo social, o que conseqüentemente, seja qual for o território, é um produto histórico resultado de processos sociais e políticos. Por isso, o autor advoga que a análise territorial de qualquer grupo necessita de uma abordagem histórica que leve em consideração o contexto específico do surgimento e dos contextos do qual foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2004)

Little (2004) traz outro aspecto relevante da territorialidade humana que diz respeito à multiplicidade de expressões que resulta em numerosos tipos de territórios com peculiaridades socioculturais. O autor argumenta que a análise antropológica da territorialidade requer também abordagens etnográficas para compreender as formas singulares da pluralidade de territórios e, para isso, ele utiliza o conceito de cosmografia para entender a relação de um grupo social com seu território. (LITTLE, 2004)

Abordando o conceito de território urbano em contextos metropolitanos, trago para essa discussão as abordagens de Müller e Machado Júnior (2016). Inicialmente, os referidos autores afirmam que há diversidade de grupos sociais que constituem a cidade. Segundo estes, as pessoas têm diversas identidades sociais e, através delas, vivenciam e constituem a cidade nos mais diversos ritmos e tempos. O ser humano está imerso em uma rede de memórias, estoques patrimoniais e relações dinâmicas que são atualizadas de formas distintas. (MÜLLER; MACHADO JÚNIOR, 2016)

Müller e Machado Júnior (2016) defendem que, por conta dessa multiplicidade de identidades sociais, surge significado aos distintos espaços urbanos que: “[...] ao serem (re)ocupados, (re)significados, (re)identificados e (re)definidos por grupos sociais, passam a configurar territórios próprios”. (p. 53). Os autores compreendem que, por exemplo, um mesmo espaço urbano pode ter diferente sentido e significado para um quilombola ou para um taxista. (MÜLLER; MACHADO JÚNIOR, 2016)

É importante compreender como os diversos grupos sociais territorializam determinados espaços públicos. Para Müller e Machado Júnior (2016), os territórios urbanos são formados através das camadas de significados compartilhados entre esses grupos nas quais eles ‘memorializam e monumentam’ a cidade a partir de seus cotidianos, ou seja, suas práticas,

experiências e estratégias, ocorrendo a patrimonialização de seus territórios com base em suas memórias e lembranças (MÜLLER; MACHADO JÚNIOR, 2016). Pode-se afirmar que conceito de territórios urbanos é similar à noção de territorialidade de Little (2002).

Müller e Machado Júnior (2016) evidenciam a necessidade de uma reterritorialização rápida do grupo por conta dos deslocamentos forçados. Esses processos de deslocamentos compulsórios disfarçados em aspectos legais desconsideram a realidade social de alguns grupos que não são predominantes, sendo que são estes que vivenciam a cidade e necessitam dela para sobrevivência. Os autores advogam que: “Territorializar-se implica, nesse sentido, negociar e compartilhar espaços com outros que vivem e sobrevivem na e da cidade”. (p. 55)

Através das abordagens de territorialidade e de territórios urbanos de Little (2002), Müller e Machado Júnior (2016) podemos compreender dois pontos: primeiro a relação dos moradores com o espaço (a Vila Operária Coração de Maria) e em segundo como esses moradores configuraram seu território.

A MaraVila, expressão de Linda Kaiongo, é um lugar de luta e de resistência e também da paisagem, que é verde, respira e inspira vida. Desde a minha primeira ida à Vila em 2014 – justamente para beber um café e comemorar a derrota sofrida pela Irmandade, proprietária do terreno, com a nulidade da audiência de reintegração de posse que ajuizou – até os dias atuais de 2020, pude observar a modificação da paisagem do terreno que foi tomado pela diversidade de flora e fauna, algo raro em uma metrópole como Salvador, marcada pelo pouco espaço verde.

Além desse primeiro contato sensorial com o espaço, lembro-me da receptividade dos moradores quando fui recebida não como uma pesquisadora, mas também com uma colaboradora a ser somada ao Coletivo da Vila Coração de Maria. Nesse dia da celebração, havia um grupo de aproximadamente quinze pessoas sentadas em frente às casas de Anita e sua filha, Ivana Chastinet. Quando Ivana entrou na casa de sua mãe para fazer o café, me ofereci para ajudá-la, tendo assim a oportunidade conhecer uma das sete casas geminadas no interior do Coletivo; estava reformada, porém guardando aspectos da arquitetura do século XIX, quando foi construída.

Na cozinha, quando Ivana e eu conversávamos um pouco sobre algumas coisas a respeito da Vila, relatei meu entusiasmo por participar daquele momento tão importante para eles. Deixei-a terminando o café e fui conversar um pouco com Anita, uma senhora de 89 anos, cabelos brancos, que estava sentada à frente da janela de sua residência e olhava para fixo para horizonte. Apresentei-me; ela, gentil e educadamente, me disse o quão meu nome e a minha pessoa eram bonitos. Ao nosso lado, um grupo de amigos da Vila conversavam coisas do seu

cotidiano. Um ambiente acolhedor e com pessoas que partilham o pão, suas histórias de vida e a luta pelo direito à moradia.

Para compreender a real importância da Vila, foi necessário vivenciar o seu cotidiano. A Vila foi cenário de momentos marcantes, como o aniversário de 90 anos de “MamAnita”³⁶, as Oficinas de Jardinagem e Artes, a morte de Ivana, o Tributo de um mês após sua passagem, entre outros. Foram muitos acontecimentos que tive o prazer de compartilhar com os moradores. Desde que começaram a morar ali, os ocupantes desenvolviam um projeto sócio-artístico-cultural que objetivava a prestação de serviços à comunidade local com atividades como as oficinas de jardinagem, performances e capoeira. As atividades não eram realizadas com muita frequência devido as demandas externas, mas quando aconteciam, contavam com um público expressivo, como pode ser visto nas imagens a seguir da 2ª edição da PrimaVila:

Figura 7 – Cartaz da 2ª edição da PrimaVila



Fonte: Coletivo Vila Coração de Maria (2018).

³⁶ Expressão de Ivana Chastinet quando, carinhosamente, se dirigia à sua mãe.

Figura 8 – Oficina de jardinagem com Pedro Rosas³⁷



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Figura 9 – Oficina de Abayomi (encontro de gerações)



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Figura 10 – Encerramento da 2ª edição da PrimaVila



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

³⁷ Pedro Rosas é o homem de bermuda lilás, camisa florida e está em pé.

Segundo Pedro Rosas, outro projeto a ser iniciado após as reformas das casas era a residência artística, cujo intuito era de hospedar artistas (brasileiros e estrangeiros) que não teriam onde se abrigar, mas poderiam ser acolhidos na casa de um dos ocupantes. Em troca, esses artistas contribuiriam participando de manifestações artísticas para o 2 de Julho.

Em setembro, 2018, primavera, fui convidada por Carol, na véspera, para assistir a uma performance que ela realizaria destinada aos alunos da Escola Municipal Perminio Leite. A apresentação tinha por objetivo contar histórias infantis com um teatro de bonecos confeccionados pela própria Caroline Lima. Naquele dia, houve dois espetáculos: um pela manhã e outro à tarde. Era uma sexta-feira véspera das eleições presidenciais e um clima de total apreensão, pois tínhamos uma vitória de primeiro turno de um candidato ultrarreacionário. Para que Carol desenvolvesse as suas apresentações, ela teve auxílio das seguintes pessoas: Linda, Pedro, eu, Telma³⁸, Yuri e a sua mãe, Rita³⁹, a mãe de Carol que participou à tarde. André⁴⁰, amigo e fotógrafo da anfitriã, participou registrando o evento. Também tivemos a presença ilustre da netinha de Linda, Ayana⁴¹, que, no dia anterior dormiu pela primeira vez na Vila.

Quando cheguei pela manhã, a apresentação de Carol estava indo para finalização, e Pedro pediu a minha ajuda para a distribuição dos lanches que estavam em sua casa. Nesse momento, ele me deu as instruções, e contamos com a ajuda de Telma. Após a apresentação, algumas crianças perguntaram o nome das plantas e árvores, e Pedro e Carol foram explicando quais os benefícios de cada uma delas. Depois, Pedro presenteou cada criança e professora com um galho de “margaridão”, uma planta que brota grandes flores de margaridas.

Essa primeira apresentação acabou por volta das 11 horas da manhã. Fiquei na casa de Carol até a próxima sessão. Lá estava Telma, que é amiga de Carol. Eu, Carol e Telma conversamos sobre: o trabalho de teatro de bonecos, Ivana e a adesão da Comunidade do Tororó aos movimentos sociais do CAS. Carol me convidou para almoçar e o cardápio foi uma feijoada vegana deliciosa (feita com feijão branco, castanhas do Pará e abóbora) acompanhada por uma salada de alface (feita por mim e Telma), farofa e arroz integral. Depois que almoçamos, a mãe de Carol chegou.

No período vespertino, consegui acompanhar a apresentação do início e ajudei a arrumar o cenário com a Telma. As três histórias que Carol contou foram retiradas de lendas indígenas.

³⁸ Ela é amiga de Carol. Seu nome é fictício.

³⁹ Ela é uma amiga de infância de Ivana Chastinet. Seu nome é fictício.

⁴⁰ Nome fictício.

⁴¹ Nome fictício.

Caroline Lima associou uma das histórias que narrou, a História da Carochinha, à morte de Ivana, pois nesse conto acontece uma morte que modificou a rotina de todos assim como ocorreu com o falecimento de Ivana Chastinet. A programação da tarde seguiu a mesma da manhã. As crianças desse turno interagiram mais e foi muito divertido.

Rita levou lanches para vender e Telma me sugeriu que conversasse com ela, pois ela era amiga de infância de Ivana. Conversei com Rita e ela me passou o seu contato. Assim como ocorreu pela manhã, ao terminar a apresentação, Pedro distribuiu o lanche, com a minha ajuda e a de Telma. Depois, entregou a cada um dos estudantes e professoras um galho do margaridão. Antes do término da programação, chegaram os pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que estavam desenvolvendo uma pesquisa com os ocupantes.

Na segunda-feira pós-eleições do primeiro turno para presidente do Brasil, ainda estava perplexa com o resultado, pois o que mais temia aconteceu: o candidato conservador venceu com uma margem expressiva de votos em relação ao segundo candidato progressista. No primeiro discurso após a apuração, o candidato reacionário mencionou um ponto que imediatamente me remeteu à Vila: ele disse que iria acabar com os movimentos sociais. Terminamos a noite ainda de forma trágica, Moa do Katendê, soteropolitano e capoeirista baiano foi brutalmente assassinado por um homem supostamente eleitor do candidato conservador. Além desse fato, houve outras agressões às minorias.

Seria a segunda vez que dormiria na Vila e passei dez dias na casa de Pedro. Pela manhã, recebi uma ligação e mensagem de Pedro para me avisar que ele deixaria a chave com Carol. Então me comprometi com Carol a chegar às 13 horas. Ao chegar à Vila, chamo Linda por um código que ela me deu na esperança de alguém ouvir e abrir o portão para mim. Quem me atendeu foi a Yuri que cantou um refrão de uma música: “capoeira, lá, lá”. Ela estava com sua mãe que também me recepcionou com a cordialidade de sempre.

Dirige-me a casa de Carol e ficamos conversando um bom tempo, sendo que boa parte da nossa conversa foi pautada nos resultados da eleição de 2018. Ela disse que, ao votar, encontrou um amigo e que este fez a segurança dela na fila da seção eleitoral. Eles acompanharam juntos a apuração, e assim como boa parte dos brasileiros, ele ficou triste e ela tentou animá-lo.

Carol me contou de algumas situações entre os moradores e a proprietária e me deu algumas orientações para o meu dia a dia na Vila. A conversa estava tão boa que ela acabou saindo depois do horário estabelecido por ela. Depois disso, fui para casa de Pedro levar os meus pertences. Um hábito que seguiu nessa estadia foi a conversa mediante a um cafezinho.

Gostamos muito dessa bebida e tivemos bons diálogos com café, muitas vezes sentados na cama de Pedro.

À noite, no horário marcado, dei ração aos gatos, que comiam duas vezes ao dia. Estava tentando me organizar e saber onde Pedro guardava cada coisa em sua cozinha. Yuri, que mora ao lado esquerdo dessa residência, pediu para que eu fizesse um café e ficamos conversando por aproximadamente uma hora na cozinha, novamente sobre mesmo o assunto: as eleições. Yuri sabia muito bem o perigo que um governo autoritário poderia representar, já que era homossexual e artista. Discorremos o preconceito sofrido pelo Nordeste que tentou “salvar o Brasil” de uma ameaça fascista. Falamos de outros assuntos como as histórias de nossas famílias e também ela me diz que escolheu a casa onde vivia por ficar mais próxima da casa de Ivana.

Em seguida, fomos à casa dela e assistimos aos pronunciamentos dos candidatos. Voltei para casa e assim findou-se o meu primeiro dia. As minhas rotinas pela manhã sempre foram as mesmas: molhar o quintal da casa de Pedro e o jardim em dias alternados, dar comida aos gatos caso Linda não estivesse. Na quarta-feira, fui à casa de Linda para conversar um pouco e a encontro abatida devido aos acontecimentos recentes familiares e pela morte de Moa de Katênde, que era seu amigo. Ao me perguntar se eu o conhecia e diante da minha negativa, ela então me disse: “a gente é assim mesmo não conhece a própria história”. No nosso diálogo, ela disse que estava temerosa com o resultado das eleições presidenciais, pois poderia perder a Vila.

Linda narrou que, desde que chegou ao bairro, se engajou com os movimentos sociais assim como fazia sempre que se mudava (procurando saber se havia alguma associação), demonstrando assim seu caráter ativista. Não tenho muito apreço por gatos apesar de não gostar que ninguém os maltrate e por isso acabei fechando a janela na hora de dormir para que não me assustasse caso eles entrassem. Linda me advertiu dizendo que alguns deles dormiam dentro de casa e que a comida e água também ficavam dentro da residência para que outros felinos da rua não comessem. Com tempo, fui me acostumando com a presença deles, tanto que Nino dormia comigo, embora os outros não se aproximassem. Eram cinco gatos, porém só consegui gravar o nome de quatro deles: A Terra, que é a mãe de todos, a Chiquinha, o Nhonho e Nino. A ração era colocada em cinco pratos, mas Nino era o mais guloso e sua mãe quase não comia. A seguir o registro de Linda Kaiongo desse momento:

Figura 11 – A hora da refeição felina



Fonte: Linda Kaiongo (2018).

Linda disse no início que Ivana foi contra a ideia de ter gatos, mas depois da presença deles, a Vila não tinha mais ratos. Ela contou que primeiro adotaram Terra e esta deu cria na casa de Ivana. Eles perceberam que em um determinado momento do dia a gata sumia e depois descobriram o motivo: ela havia tido filhotes, que acabaram sendo adotados. Quando foram castrar a gata, ela engravidou novamente e dessa vez eles cederam às crias. Além do café, outras trocas culinárias que aconteciam eram as pipocas de Linda. O bom que sempre acompanhadas de suas histórias de vida.

Na quinta-feira à noite, tive a companhia de Carol e Yuri. Nossa conversa foi bem divertida e como elas são do universo da arte, pude compreender um pouco mais das suas carreiras. Carol perguntou sobre um livro de Pedro Vasconcelos que conta a História de Salvador que eu estava lendo, e eu disse do que se tratava. Foi então que começamos o nosso diálogo sobre Salvador. Carol relatou que há uma lenda de Catarina do Paraguaçu sobre a doação dela do terreno em que se localizava a Igreja da Barra. A conversa seguiu em torno de um problema social do bairro, das histórias das amigas de Carol e da experiência de Yuri no “*Espetáculo Macaquinhos*”. Por fim, encerramos à noite com bons diálogos.

No sábado pela manhã, fiz muito café e fui oferecer a Linda Kaiongo. Kaiongo disse que com ela e Pedro era a mesma coisa: um pressentia que o outro queria café. Estávamos em frente à sua residência quando ela me mostrou uma planta cuja finalidade era derrubar outra planta. Perguntei como essa planta surgiu ali e ela expressou que muitas vezes eram os passarinhos que levavam as sementes. Era impressionante a biodiversidade que se tinha na Vila. À tarde, Eu e Carol fomos assistir ao filme “*12 anos em um dia*” que retratava a história de José Mujica, ex-presidente do Uruguai. O filme acredito ser um retrato fiel daquele regime

autoritário. Fiquei associando a todo o momento como seria uma gestão autoritária aqui no Brasil.

Ao saímos da sessão, no Cinema Glauber Rocha, fomos a um restaurante agradável com vista para a Baía de Todos os Santos. Então sentamos, bebemos, comemos e conversamos de nossas histórias familiares. Ali pude perceber uma Carol batalhadora e resistente às adversidades que a vida lhe impôs. Chegando à Vila, fui convidada por Yuri para assistir a um filme na casa dela. Gal comentou que Yuri tinha o mesmo hábito que eu: produzir nas madrugadas e dormir durante o dia.

Assistimos a um filme de terror muito ruim do qual não me recordo o nome. Até me convidaram para assistir a outro, mas já estava muito cansada e com sono. Domingo pela manhã, fui convidada por Yuri e sua mãe a tomar o café da manhã lá. Como elas estavam preparando a refeição, fiquei na sala e nesse ínterim chegou Dona Drica, que fingiu que não me reconheceu e perguntou por duas vezes quem eu era. Então respondi que eu era a moça a quem ela não queria ceder uma entrevista. Curiosa, perguntou se faltava muito para meu trabalho e respondi que só faltava a entrevista dela. Falou que era para eu “fazer com povo aí” se referindo à família. Gal até a convidou para se juntar a nós, mas ela recusou e disse que estava vindo da Igreja Sagrado Coração de Maria.

No domingo à noite, Yuri foi para casa de Pedro e ficamos conversando sobre suas divas do universo pop. Falamos também dos posicionamentos políticos das cantoras baianas sobre a eleição. Ela me recomendou o documentário “*A carne é fraca*” e contou um pouco sobre a sua abstinência da carne bovina.

Nesse período em que estive na Vila, tive uma excelente oportunidade de viver a Vila como ocupante. Foi muito bem acolhida pela maioria de seus moradores. Compreendi que a interação e a sociabilidade não ocorriam apenas nos eventos promovidos pelos ocupantes, mas era intrínseco no cotidiano da Vila. A VOVM tinha cheiro, gosto e cor de vida. Era um ambiente como bem pontuou o Senhor Perdigão, morador da Vila, em que você tem sensação de paz.

A Vila Coração de Maria era um espaço atravessado pela afetividade. Afetividade entre os ocupantes, a interação destes com seu entorno e com todos aqueles que faziam parte do coletivo que não se resumia apenas a esses moradores, mas sim a todos aqueles que colaboravam para que eles pudessem permanecer em suas moradias. Entre as muitas conversas que eu tive com Linda, em algumas delas ela expressou que Ivana Chastinet se referia a Vila

como Vale do Capão de Salvador/BA⁴², e na entrevista Linda expôs: “Parece que tá fora, parece que tá no interior tem gente que fala ‘parece que tô no Capão’, ‘parece que eu tô em uma fazenda’”.

A Vila era um lugar diferenciado bem diferente das imagens que existem da cidade de Salvador coberta de prédios e pouco arborizada. Ao atravessar pelo pequeno portão amarelo, havia uma energia de paz e silêncio proporcionada pelo verde das plantas, árvores, o som dos passarinhos e ainda podia alimentar os saguis com as bananas. Em falar em plantas, muitas delas eram de uso medicinal.

Na 1ª Edição FALA 2 de Julho, em 2014, de autoria do Movimento Nosso Bairro É 2 de Julho, havia uma reportagem destinada à Vila, escrita por Ivana Chastinet, na qual ela descreveu algumas características do local, como as casas que foram construídas no final no século XIX. Tratava-se de uma área de proteção ambiental e paisagística e que se constituía um bem de valor histórico para cidade de Salvador. As construções das casas, que rementiam ao período colonial, de acordo com Linda Kaiongo foram feitas quando não havia cimento: “[...] óleo de baleia e depois veio taipa, casa de taipa e tal, mas antes era esse barro com esse adobe e tal não sei como eles faziam compactavam e tal você ver que as paredes super lisinhas [...]”.

No século XX, a proprietária começou alugar os imóveis para trabalhadores de baixo poder aquisitivo, e acredito que isso teve início a partir da década de 1950, visto que, em 1959, Ivana Chastinet tinha quatro anos quando se mudou com a sua família para a Vila⁴³, também conhecida como Rocinha na época conforme a própria Chastinet. Tratava-se da única Vila operária do bairro 2 de Julho, segundo alguns moradores, pois as outras que existiam foram vendidas para empresas do capital imobiliário mesmo havendo moradores residindo no local.

Senhor Perdigão, ex-cunhado de Ivana, contou que chegou a conhecer e a cuidar de um casal de negros que trabalharam na Igreja. Com a exceção do Sr. Perdigão, os demais moradores da Vila acreditavam que a primeira tentativa de expulsão dos moradores estaria correlacionada com o Projeto da Prefeitura de 2012, cujo objetivo declarado seria o de “humanizar o bairro”. De qualquer forma, todos que me concederam entrevista eram unânimes em afirmar que, apesar de a Vila ser gravada como ZEIS, se sentiam ameaçados pelos recentes empreendimentos imobiliários do bairro como, por exemplo, O Cloc Marina Residence.

⁴² O Vale do Capão é um dos lugares que fazem parte da Chapada Diamantina, localizada no estado da Bahia.

⁴³ A família de Ivana Chastinet foi uma das primeiras famílias que se mudaram para a Vila Operária Coração de Maria.

Isso demonstra os impactos desses projetos de requalificação das instâncias públicas e da iniciativa privada no cotidiano da população de baixa renda. Quando questionados da importância de se permanecer na Vila, os moradores mencionaram dar continuidade à luta de Ivana e Anita, o valor histórico, ambiental e social. Também queriam que a Vila permanecesse como moradia social como mencionou Linda Kaiongo.

Através da produção de cenas etnográficas, a antropóloga Daniela Petti (2020) participou junto a atores de movimentos sociais cujas ações eram contra as remoções. A autora compreende que a ação coletiva em situação cotidiana era agenciada por sujeitos cujas vidas são marcadas por incontáveis incertezas, como a insegurança da posse da terra. (PETTI, 2020)

Petti (2020) advoga que a categoria resistência é apenas compreendida de forma restrita, levando-se em consideração somente o seu sentido reativo. Foi a partir do seu trabalho de campo junto com seus interlocutores que a autora compreendeu que o resistir pode ter outros significados: “[...] resistir por meio da mobilização popular contra os despejos, um tipo de resistência, da ordem do cotidiano. Um resistir que cria formas de vida, modos de existência [...]”. (p. 534). Nesse sentido, entendo que os moradores da VOCM criaram estratégias que garantem não apenas as suas existências, mas a do espaço que vai além da moradia, pois se trata de um lugar histórico e cultural de Salvador.

Petti (2020) revela que a cidade desigual assiste à ocorrência de cotidianos de resistência que é realizada pelos pobres urbanos que existem porque resistem, pois, as suas ações de circular, improvisar, ocupar, construir, reconstruir e inventar são pautadas em suas rotinas. É justamente esse trabalho cíclico de fazer e refazer o cotidiano que a autora define como resistência. (PETTI, 2020)

Há muitas formas de resistências utilizadas pelos moradores e uma delas era a ocupação. A Vila era composta por dois moradores antigos e os ocupantes. Estes são artistas que imprimiram um caráter distinto a esta ocupação. Ferreira e Jaime (2019) defendem que o processo de ocupação constitui-se como um fenômeno: socioespacial, criativo e complexo. Essas características provêm da heterogeneidade dos agentes sociais envolvidos no que tange a construção da cidade.

Esses autores ainda advogam que, na ocupação, há um conjunto de ações coletivas e individuais que são flexíveis e que atravessam trajetórias legais e ilegais, formais e informais, nas esferas do trabalho, da economia e da política, o que ocasiona possibilidades de avanços de bens e serviços urbanos e coletivos. (FERREIRA; JAIME, 2019)

Renato Abramowicz Santos (2019) examinou em uma pesquisa etnográfica as dinâmicas urbanas e políticas vinculadas e realizadas por uma ocupação de moradia de responsabilidade dos movimentos organizados no centro de São Paulo. A análise do autor foi pautada em cima de três eixos: cotidiano, território e conflito. O autor compreende a ocupação como um campo de gravitacional da experiência urbana e social da cidade (SANTOS, R., 2019). O campo gravitacional social abrange distintos agentes sociais como: moradores, coordenadores, outros movimentos sociais, atores e coletivos artísticos e políticos, universitários e pesquisadores, agentes do Estado entre outros. É nessa movimentação que podem acontecer as seguintes dinâmicas no cotidiano de uma ocupação: surgem encontros, novas práticas, elaboram-se novos discursos, outras formas de arranjos e novas relações são estabelecidas. (SANTOS, R., 2019)

Retornando ao conceito de territorialidade de Little (2002), compreendo que os moradores transformaram a Vila Operária Coração de Maria em um “território” específico, pois utilizavam como argumentos para suas ações o fato de que a maioria dos residentes construiu as histórias de vida nesse espaço. A Vila faz parte de um produto histórico visto que, como já mencionado anteriormente, era considerada como moradia de escravizados e ex-escravizados que trabalhavam para Igreja. Essa abordagem histórica é um dos principais argumentos que são defendidos e/ou reafirmados, principalmente pelos ocupantes, como justificativa de que o local sempre foi uma moradia popular.

Ao olharmos para o conceito de territórios urbanos (MÜLLER; MACHADO JÚNIOR, 2016), entende-se que as estratégias de territorialização por parte de alguns moradores se deu através da ocupação das casas que permaneceram vazias por cinco anos. Foi através dessa ocupação que atribuíram novo sentido e significado à Vila, local caracterizado não só como moradia social, mas ainda como um espaço paisagístico, histórico da cidade de Salvador. Nota-se que esses moradores também se preocupavam com a prestação de serviços (oficinas de jardinagem, teatro) para a comunidade.

Durante a intensificação do trabalho de campo, percebi que o Coletivo da Vila Coração de Maria tinha um considerável grau de politização. A categoria de “gentrificação” era utilizada por parte desses moradores com sentido oposto da comumente usada pelos entes públicos, que se referiam a reestruturação urbana do 2 de Julho como: “requalificação”, “revitalização”, “reabilitação”. O sentido de “gentrificação” empregada pelo Coletivo era relacionada a um fenômeno de exclusão, higienização da classe de menor poder aquisitivo do bairro. Esta

categoria estava no cotidiano dos ocupantes da Vila, pois são pessoas que sentiam os impactos dos projetos de instâncias públicas e privadas.

O discurso e ação não estavam dissociados desses agentes sociais (BOURDIEU, 1983). Através das diversas formas de redes de apoio (grupo de pesquisa, assessorias jurídicas, defensoria pública), eles planejavam estratégias para legitimar o seu discurso e a permanência em um espaço que sempre foi destinado à moradia social. Em suma, através do Coletivo da Vila Coração de Maria, pude refletir sobre o cotidiano de resistência e sociabilidade dos moradores da Vila Operária Coração de Maria e compreender como estes agentes sociais se mobilizavam e resistiam para garantir direitos fundamentais como: acesso à moradia, participação e construção de uma cidade igualitária.

3.2 PROTAGONISTAS DA VILA: OS MORADORES

Nesta seção apresento os personagens que residiram ou ocuparam a VOVM para entender como os fragmentos de histórias de vidas dos protagonistas poderiam estar relacionados aos impactos da intervenção urbana do 2 de Julho. A Vila Operária Coração de Maria, como contaram seus moradores, foi moradia de negros em condição de escravidão que serviam à Igreja, pois havia relatos de que seria possível ver na parede comum aos dois lados (Igreja e VOVM) o formato de uma porta que servia como um acesso dos escravizados (e, posteriormente, ex-escravos) à Igreja.

Se antes era moradia para escravizados no século XIX, na sequência a própria Igreja começou alugar os imóveis a trabalhadores operários, no início do século XX. É importante ressaltar que muitos operários não permaneciam por muito tempo nas casas. As personagens retratadas aqui viviam na VOVM em momento que corresponde ao trabalho de campo para esta dissertação e, através dessas pessoas, cheguei a alguns relatos sobre aqueles que, possivelmente, tenham sido os primeiros moradores da Vila.

Inicialmente, analiso os fragmentos de histórias de vida de Anita e Ivana por dois motivos: primeiro, elas foram as moradoras mais antigas da Vila; em segundo lugar, elas que iniciaram o processo de permanência da Vila e de seus moradores. Em seguida, apresento os ocupantes: Linda Kaiongo, Yuri Tripodi, Caroline Lima e Pedro Rosas, que continuaram o legado de Anita e Ivana. Encerro com os moradores antigos que não se envolviam nas atividades realizadas pelos ocupantes em defesa da Vila. Esses moradores são o Senhor Perdigão e Dona Drica.

3.2.1 ANITA E IVANA: UM FELIZ RETORNO AO CAMPO!

Nesta seção, descrevo as moradoras mais antigas da Vila: Anita e Ivana, mãe e filha respectivamente, ao mesmo tempo em que situo como foi a forma de aproximação entre mim e elas no percurso do trabalho de campo. Era uma tarde de domingo de sol do mês de agosto de 2016. No dia anterior, Linda Kaiongo me convidou para participar da Mungunzada em homenagem aos 90 anos de Anita, matriarca da Vila. Esse evento marcou o meu retorno ao campo após um ano de afastamento assim como minha segunda ida ao local. Ivana me recepcionou calorosamente e convidou para entrar na casa de sua “MamAnita”. Do lado de fora, havia alguns amigxs que estavam conversando em um clima de total descontração.

Dentro da casa, havia também algumas pessoas ao lado de Anita. Quando a cumprimentei, agradeceu e retribuiu com seu sorriso habitual. Ivana me mostrou uma pequena mesinha cheia de alguns aperitivos, um deles era um patê feito de grão de bico. Até tentei interagir, mas não me senti muito à vontade em alguns momentos, acredito que porque experimentei o estranhamento em campo: havia muitas inquietações de como fazer a pesquisa e de estar na Vila em outro universo totalmente diferente de quando fazia campo com Movimento Nosso Bairro 2 de Julho.

Depois de algum tempo, Mia⁴⁴, até então pesquisadora do Lugar Comum e integrante do MNBE2J, apareceu na janela da sala e, depois de nos cumprimentamos, se juntou às pessoas que estavam do lado de fora. Tive a oportunidade nesse dia de percorrer algumas instalações da casa e me impressionei com o cuidado com a estrutura da moradia, embora ainda fosse visível que se tratava de uma residência que remontava ao passado colonial.

Durante o tempo que permaneci na sala com Anita e os demais, percebi que, ao mesmo tempo em que ela interagia, Anita se perdia em seus pensamentos e tinha um olhar triste, angustiado e fixo sob o horizonte. A minha convivência com mãe e filha foi limitada, porém nossa interação foi muito significativa. Graças às nossas conversas que se davam geralmente nas tardes de domingos, tive a oportunidade de conhecê-las e de recomeçar o trabalho de campo. Esse retorno ao campo também marca um período complicado da vida de Ivana que, meses depois, seria diagnosticada com metástase.

Anita Sales era uma senhora, negra, estatura mediana que, durante seus 92 anos de vida, viveu mais de 50 anos na Vila onde criou duas de suas três filhas. Foi avó e bisavó. Carismática,

⁴⁴ Nome fictício.

atenciosa e muito gentil: recordo que sempre que nos encontrávamos, ela me abraçava e me dizia o quanto eu era bonita. Em uma das conversas com sua filha Ivana, soube que Anita havia trabalhado no Hospital da UFBA e que sempre cuidou muito bem da família. As pessoas próximas a ela acreditavam que Anita era portadora da Doença de Alzheimer, mas, segundo Linda Kaiongo, Ivana discordava, pois presumia que os esquecimentos da mãe eram resultados dos estresses sofridos pelas tentativas de expulsão dos moradores da VOXM. De qualquer forma, penso que esses episódios de violência foram abalando sua saúde física e mental.

Ser amiga de Ivana Chastinet automaticamente já indicava a participação no círculo de amizades de Anita, e vice e versa. Linda Kaiongo, em entrevista e sempre nas nossas conversas corriqueiras, comentava da amizade que tinha com as duas. Ela disse que primeiramente conheceu Anita, sem saber de seu parentesco com Ivana, e considerava que ambas possuíam personalidades fortes. Linda morava em frente à Escola Perminio Leite, que fica próxima à Vila, de forma que Anita, quando a via passar pela rua, a convidava para fazer alguma compra no mercado juntas. Na sequência, Anita convidava Linda para almoçar e conversar enquanto ela terminava de preparar a refeição.

Linda descreveu Anita Sales como sendo “linda, guerreira e de espírito jovem” que detestava ser chamada “de senhora”. Sales nasceu em Pedrão, cidade do Estado da Bahia a 95 Km de distância de Salvador⁴⁵. Linda enunciou que sua amiga foi a primeira mulher nessa cidade a montar no cavalo com as pernas abertas, contrariando o costume da época que obrigava as moças a andarem a cavalo sentadas de lado, com as pernas fechadas. Em uma das conversas que tive com Anita, ela me expôs essa mesma história de quando morava em Fazenda Lagoa do Cabaço. Linda ainda complementou que Anita tangia boi e cavalos.

Quando eu a encontrava e perguntava como ela estava, recebia a mesma resposta de sempre: “Tô aqui minha filha esperando o que Deus quer para mim até a hora que Deus me levar, eu dando trabalho aqui para minha filha, eu tô aqui, minha filha é tão boa para mim”. Anita entendia que sua condição era um “peso” para a sua filha. Ivana cercava a Mam Anita de todos os cuidados possíveis. A relação das duas era muito forte, de muito carinho e amor.

Penso que por conta da doença, Anita foi perdendo a noção do tempo e espaço, o que Yuri Tripodi, moradora da Vila descreveu em entrevista em 2019: “Anitona, é isso, você está na sua casa, você está na sua casa, e era sempre uma questão relativa à sua casa, me leve para sua casa, eu não tô em casa, me leve para minha casa”. Esse fragmento demonstra o quanto

⁴⁵ As informações constam no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-pedrao.html>. >. Acesso em 20 ago. 2020.

Anita por alguns momentos se sentia perdida. Em nossas conversas, por exemplo, ela sempre me perguntava às horas.

Sempre tive muito interesse em conhecer Anita pessoalmente, pois seu nome e sua história eram citados durante o curso da pesquisa de Iniciação Científica. Era possível encontrar entrevistas suas disponíveis em canais de YouTube nas quais expôs a sua situação e um medo de perder o lugar em que criou suas filhas, neta e bisneta, ou seja, o lugar que fazia parte de sua trajetória de vida. Abaixo, segue o depoimento concedido a 1ª Edição do *Jornal do Movimento Nosso Bairro É 2 de Julho* (2014):

Criei minhas filhas, neta e bisneta neste bairro, construí metade da história da minha vida na Vila Coração de Maria. Desde que vim morar na Vila, quis comprar a casinha, mas a Irmandade São Pedro dos Clérigos, proprietária dos imóveis, prefere, agora vender para as grandes construtoras. Vi o bairro ser abandonado pela prefeitura durante anos, e agora que querem melhorar, eu corro o risco de ser expulsa. Gosto de viver aqui, e só saio daqui depois de morta. (não paginado).

Infelizmente o seu desejo de sair após a sua morte não foi concretizado. Após o falecimento de sua filha Ivana, Anita ficou sob os cuidados de sua outra filha Isabel⁴⁶, que a retirou da Vila. Ainda tive a oportunidade de revê-la nas duas audiências de conciliação. Na primeira, ela estava usando cadeiras de rodas e recebia os cuidados de sua filha, do ex-genro Perdigão e de um rapaz que acredito ser algum familiar. Sentei ao seu lado e ela, mesmo fragilizada, foi gentil como sempre, me pedindo para levá-la para casa, ao que respondi que faria quando terminasse a reunião. Linda chegou pouco tempo depois e ficou ao nosso lado. Os ocupantes tinham um carinho imenso por ela e ajudaram a cuidá-la durante o tempo em que estive na Vila.

Após a audiência, ficamos na mesma sala de espera. A todo o momento Anita perguntava por Ivana, e o rapaz que acompanhava respondia que ela estava viajando. Meses depois desse encontro, houve a segunda audiência e não tivemos contato, pois ela e Isabel foram participar de outra reunião do mesmo órgão. Visivelmente ainda mais debilitada, permaneceu calada. Não a vi quando saiu e esse foi o nosso último encontro. A matriarca da Vila viveu seus últimos meses longe do seu lugar do coração e sem a presença de todos aqueles que amava e que a amavam também.

⁴⁶ Nome fictício.

Ivana Chastinet era negra, estatura mediana e usava *dreads* nos cabelos. Era conhecida no cenário artístico baiano como atriz e diretora teatral. A primeira vez em que vi sua performance ocorreu no primeiro cortejo da Articulação dos Movimentos Sociais do Centro Antigo de Salvador, em 2015, no desfile cívico em homenagem à Independência da Bahia. Sua personagem era a cabocla do 2 de Julho que, durante sua performance, lutava juntamente com o índio contra uma escavadeira que representava as empresas imobiliárias. Cabe ressaltar que uma das características marcantes de mãe e filha eram que elas tinham seus corpos desprendidos de qualquer imposição da sociedade. Nesse dia, durante sua encenação, Ivana vestia um vestido preto, cocar verde e uma calcinha verde com um adesivo “Centro Antigo Sangra”.

Encenando a Cabocla, dava gritos e gestos – um dos mais frequentes era quando ela levantava a sua lança com a mão e com a outra mostrava a sua genitália fazendo uma alusão ao sangue menstrual. Em uma entrevista à *Revista Barril* (2016), Chastinet contou detalhes sobre a sua Cabocla. Essa personagem foi uma síntese que ela fez sobre a luta de território do 2 de Julho, uma maneira encontrada por ela para falar desse conflito. Ela disse que: “comi pilha de uma amiga” que falou que Ivana era uma cabocla. (PINHEIRO, 2016)

Descrever Ivana Chastinet não é uma tarefa das mais simples, pois seu jeito de encarar e viver a sua vida sempre me impressionou. Era livre de toda e qualquer padrão social, e isso é um ato revolucionário. Tinha uma inteligência fora do comum; Caroline Lima, amiga e ocupante da Vila, em entrevista em 2017, a definiu como uma “cabeça expandida”. Ivana aprendeu a usar as armas do sistema para defender o território do 2 de Julho. Ela fez ações pelo bairro e também, juntamente com parcerias, elaborou estratégias para preservação da Vila e a permanência de seus moradores.

Como pensava e agia pelo coletivo, adia procedimentos médicos importantes para sua saúde já que as demandas da VOVM eram grandes. Diagnosticada com câncer em uma de suas mamas, Ivana exigiu que a médica fizesse uma mastectomia por completo, pois isso lhe daria uma maior tranquilidade do não retorno do câncer. Ela acreditava que o sistema não teria o poder de definir uma pessoa, mas isso caberia à própria pessoa, pois o ser humano tem que ter autonomia sobre o seu corpo. Com o aparecimento do câncer e tudo que se seguiu após, Ivana Chastinet problematizou o seu “novo corpo” questionando: que tipo de corpo é esse? E qual seria a categorização de gênero dela visto que esse corpo tem códigos femininos e masculinos? Por isso, passou a advogar que tinha um corpo trans. (BIG, 2016)

Dentro dessa perspectiva, transformou esse momento em arte através de performances. Segundo Ivana Chastinet, era necessário estar nas ruas para mostrar o seu “despeitamento”. Ela

entendia que, independentemente das formas do corpo, ninguém pode retirar a “potência que ele é”. (BIG, 2016). Chastinet ampliou essa discussão sobre gênero e sexualidade no mestrado⁴⁷ no qual seu corpo virou a própria encenação performativa: “Eu agora trago esse corpo totalmente obsceno, eu sou uma pessoa obscena só de respirar”. (PINHEIRO, 2016)

A Poderosa⁴⁸ possuía uma grande facilidade de fazer amigos, construindo para si e para sua Mam Anita uma rede de afetos. Yuri Tripodi, em entrevista em 2019, narrou que elas se conheceram em Cachoeira, município da Bahia, por intermédio de uma amiga. Elas se afastaram por um tempo e, quando se reencontraram novamente, se apaixonaram uma pela outra, iniciando uma relação de amizade. Yuri considerava Ivana como uma irmã, que esteve presente em sua vida lhe dando apoio em muitos momentos difíceis. Frente a este espírito acolhedor das pessoas e do lugar, fica fácil compreender porque a Vila sempre foi um lugar frequentado por pessoas e onde se realizavam festas muito antes do litígio judicial como disse Caroline Lima em entrevista.

Caroline Lima acompanhou a Poderosa de perto em seus últimos meses de vida. Ela disse que Ivana nunca reclamou em nenhum momento. Ao contrário, transformou-se em “uma guru” que dava conselhos dos mais variados a todos que iam visitá-la: de pessoas querendo se suicidar até aconselhamento sobre venda de casa. Depois de a pessoa relatar algo, Chastinet falava alguma coisa inesperada, algo que ninguém teria coragem de falar, fazendo um trabalho que Carol denominou de “alquímico”, pois as pessoas iam embora com “astral altíssimo”.

Em nosso último encontro, ela estava fazendo aquilo que mais gostava: usando a sua arte como protesto. Ivana estava caracterizada como a Cabocla do 2 de Julho que lutava contra a especulação imobiliária e a gentrificação do bairro. Assim que me viu, interrompeu a sua performance para me dar um abraço bem apertado. No dia 18 de agosto de 2017, recebo uma mensagem enviada por Linda avisando do encantamento da nossa Guerreira. A metástase retirou de nós a Cabocla do 2 do Julho, mas o seu grito (Trrriiiiiiiiiiiiiiiii) ainda ecoa pelo território do Centro Antigo.

As histórias de vida de Anita Sales e Ivana Chastinet estão intrinsecamente ligadas à própria história do bairro 2 de Julho. Nos momentos finais de suas vidas, foram atravessadas

⁴⁷ Ivana Chastinet iniciou a sua pesquisa de Mestrado intitulada *Obscena em cena: gestualidade, gênero, sexualidade e transprogramação na performance 'Maminha'* vinculada ao Programa de Pós Graduação em Artes Cênicas, da Universidade Federal da Bahia. Ela conseguiu realizar as performances referentes ao seu campo, porém não pode finalizar a sua dissertação. Sua pequena produção foi organizada por um amigo e, como forma de homenagem, foi publicada na revista *Repertório* sob título de mini dissertação. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revteatro/article/view/26411>>. Acesso em: 09 ago. 2020.

⁴⁸ A expressão “Poderosa” era utilizada por Ivana Chastinet para se referir algumas pessoas.

pela intensa valorização do bairro que começou a atingir o lugar em que ambas construíram suas vidas. Elas lutaram para defender seu território do capital imobiliário. As formas de como a saúde das duas foram afetadas por essa luta só comprovam a face mais violenta da especulação imobiliária no bairro.

3.2.2 NÓS NÃO SOMOS INVASORES, E SIM OCUPANTES: OS GUERREIROS DO FRONT DESSA LUTA

Nesta seção, descrevo os aliados convidados pela Cabocla para junto com ela entrar nessa luta. A ocupação aqui é entendida como uma estratégia de luta e resistência pela moradia. O subtítulo remete a uma fala de Linda Kaiongo ao rebater um trecho do discurso depreciativo do advogado da proprietária que se referia aos ocupantes como “invasores”. Acionar a lei de ocupação era mais uma estratégia que, juntamente com o gravame da VOVM como ZEIS, estava permitindo que todos moradores permanecessem em suas residências e preservando a Vila. As falas transcritas fazem parte das entrevistas que me foram concedidas entre 2016 e 2019.

Os ocupantes Linda Kaiongo, Pedro Rosas, Yuri Tripodi e Caroline Lima viviam entre si uma espécie de comunidade. Segundo Tripodi, existia uma afetividade muito grande, parceria e distintas trocas em imensidões de níveis e sentidos que abrangiam as áreas da intelectualidade, convivência e incentivo de empreendimentos pessoais e profissionais de todos. Caroline Lima complementou o discurso de Yuri Tripodi: “[...] é um momento de aprendizado muito grande, de troca com os ocupantes, que são meus vizinhos, de colaboração mesmo, de carinho, sabe uma maneira assim muito diferenciada em uma sociedade tão bruta, tão capitalista né [...]”.

Essa questão apontada por Caroline sobre o aprendizado, concordo plenamente, pois através do compartilhamento de vivências entre pessoas advindas de diferentes realidades, me proporcionou aumentar meu conhecimento sobre diversas áreas. A seguir, descrevo os fragmentos de vida dos quatro ocupantes.

Linda Kaiongo é alguém que conhece muito bem a arte do recomeçar. Mulher negra, batalhadora, sempre teve sua vida pautada por recomeços e muita luta. Ela era ativista, capoeirista, artista (fazia artesanato recicláveis e pintura, cantava e tocava instrumentos como pandeiro e berimbau), e também trabalhava na área de restaurantes e de estética afro, mais precisamente com colocação de dreadlocks.

De temperamento forte, essa estudante que cursava Serviço Social pela UFBA viveu histórias que nos levavam à reflexão e ao aprendizado. É do tipo de pessoa com quem perdemos a noção do tempo, pois a conversa sempre variava pelos mais diversos temas: desde a sua vida pessoal e familiar à política, economia, militância entre outros assuntos. Foi através de Linda que tive a oportunidade de me aproximar dos demais ocupantes.

Nascida em Salvador, no bairro da Plataforma, morou, quando criança, em vários lugares da capital baiana, pois sua mãe era ialorixá e precisava se mudar em busca do seu lugar, do seu território. Nos anos de 1970, sua família foi morar em Valéria Palestina, do outro lado da cidade em relação ao seu bairro de nascimento, pois foi lá que sua genitora conseguiu finalmente construir seu terreiro. Linda só saiu desse bairro depois de adulta, quando casou e foi morar em Vista Alegre, na Suburbana também um bairro de Salvador.

Linda relatou que quando estava com dois ou três anos de idade, sua família morou em bairros próximos ao 2 de Julho, como o Engelho Velho da Federação e o Santa Cruz, o que facilitava o acesso à localidade. Assim, começou a frequentar o bairro ainda criança, quando sua mãe passou a fazer suas compras na mesma feira local da época (seu tio trabalhou lá também). Além disso, a mãe de Linda trabalhava no centro, onde, acompanhada da filha, também fazia compras em armarinhos.

O trajeto que elas faziam era sempre pela descida da Ladeira da Preguiça, passando pela Rua do Sodré onde se localizava o Museu de Arte Sacra. Linda ficava encantada com a estrutura da Instituição e dizia que iria morar lá. Além disso, mãe e filha consumiam outros equipamentos culturais como os carnavais antigos do Clube Fantoches, filmes no Cine Capri e o Cine Bahia. Este último ficava na Carlos Gomes, também 2 de Julho.

Nos anos 80, na fase mais boêmia e de grande agitação cultural do bairro, Linda estreitou seu vínculo com o 2 de Julho quando começou a frequentar o bairro mais intensamente. Por conta das noitadas que passava no bairro com amigos da capoeira, sobretudo estrangeiros, Linda acabava pernoitando na casa de amigos que moravam ou se hospedavam ali. Seu relato pessoal evidencia a relevância do 2 de Julho na época assim como os vínculos entre Linda e o bairro.

Linda apontou dois motivos que a fizeram optar a morar no bairro 2 de Julho. Um deles foi a vontade de mudar para outro lugar por conta de sua separação; a outra motivação era o desejo de ver seus filhos praticando a capoeira com o ex-marido. Ele era um mestre que fundou seu próprio grupo de capoeira.

Além de moradora, Linda teve experiência como comerciante no bairro por um período de três a quatro anos em um pequeno restaurante caseiro e familiar chamado “Linda Abarate”,

em referência ao principal prato da casa, o abará⁴⁹. Linda mencionou que houve uma diferença significativa desde quando chegou ao bairro como moradora: antes, os preços dos produtos eram mais acessíveis, mas aumentaram expressivamente por conta da especulação imobiliária que impactou também os aluguéis. Ela revelou que o primeiro apartamento em que morou, localizado na Ladeira de Santa Teresa, em frente ao Museu de Arte Sacra, tinha dois quartos e cozinha e custava R\$ 200,00 reais. Esse depoimento de Linda revela os impactos da especulação imobiliária no bairro na vida das pessoas de baixo poder aquisitivo.

A vida de Linda Kaiongo era atravessada por recomeços. No período de 1978 e 2000, morou na Rua Santa Teresa, no bairro 2 de Julho. Entre 2000 a 2005, viveu a fase em que intercalou sua moradia entre o exterior e o Brasil. Ela viajou para os Estados Unidos (EUA), em 2000, a convite de um evento de capoeira. Linda previu ficar fora do país por dois meses, mas permaneceu nos EUA por três anos, acompanhada de sua comadre, considerada por ela como sua amiga e irmã.

Depois de passar certo tempo em Seattle, Linda foi morar com sua comadre na Califórnia. Ela acompanhou o atentado de 11 de setembro e boa parte das informações que recebeu vinha do Brasil, pois nos EUA não se veiculavam todas as notícias. Linda contou sobre o discurso nacionalista do presente George W. Bush. Ela vivenciou o patriotismo americano (com bandeiras hasteadas em suas residências do povo americano) e o medo.

Linda teve duas motivações para retornar ao Brasil: a primeira foram os filhos e a segunda foi o desejo de agilizar a entrada de seu divórcio, algo mais fácil de se fazer presencialmente. Nesse retorno, sua adaptação foi difícil, pois o bairro começou a ficar valorizado. O constante aumento dos aluguéis fez com que Linda se mudasse com muita frequência. Pensando no bem estar dos filhos, deixou com que o ex-marido ficasse mais tempo com os meninos, mas encontrando com eles sobretudo nos finais de semana. Linda desejava retornar às suas atividades comerciais, mas foi impedida pelos proprietários.

Em busca de novas oportunidades, em setembro de 2005, ela viajou para França por três meses. Segundo Linda, este foi um momento pessoal que coincidiu com um momento de transição da França, pois ocorriam protestos realizados por meninos por conta do racismo, com a queima de carros no subúrbio da França.

⁴⁹ Segundo o site Educalingo, o abará é: “um bolinho de feijão-fradinho moído cozido em banho-maria embrulhado em folha de bananeira. É um prato típico da culinária baiana. Também faz parte da comida ritual do candomblé. É feito com a mesma massa que o acarajé: a única diferença é que o abará é cozido, enquanto o acarajé é frito”. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-pt/abara>>. Acesso em: 21 ago. 2020.

Em dezembro de 2005, quando Linda retornava da França, acabou perdendo sua casa no Sodré por conta da intransigência da proprietária do apartamento na hora do acerto do pagamento do aluguel. Como se tratava do período das festas, Linda não conseguiu converter seus euros em reais e quitar sua dívida. Em um episódio de grande constrangimento para Linda, a dona do apartamento foi para sua porta com marido, filho e mais duas pessoas para ameaçá-la. Linda acreditava que a proprietária queria aumentar o aluguel, mas sabia que ela não concordaria com aumento. Na sequência, infelizmente, ocorreram mais dois despejos. Quando estava se reerguendo, era obrigada a se retirar do espaço: “[...] de lá pra cá você fica assim tentando se reerguer e quando você vai se equilibrando você tem que sair e recomeçar né de novo o recomeço né? Eu digo sempre que recomeço é a minha a minha palavra sempre foi o recomeço de todo o momento [...]”.

Linda se retirou do bairro para outra área adjacente quando começou o *boom* da especulação imobiliária no período que acreditava que ocorreu entre 2007 e 2008. Ela alugou de alguns amigos um apartamento localizado na Rua Ruy Barbosa, na Castro Alves, pagando inicialmente um valor menor de R\$ 350,00, mas com o comprometimento de realizar pequenas reformas.

Esse apartamento ficava no quinto andar e Linda desejava reabrir seu comércio foi então que ela decidiu voltar para um antigo imóvel em que funcionava o seu bar e restaurante. A proprietária desse imóvel prometeu que depois de um mês ela ficaria no primeiro andar, pois tinha um inquilino residindo. Linda aceitou a condição e ficou no térreo, porém a dona mudou de ideia e entregou o apartamento a filha.

Linda então regressou para o apartamento da Castro Alves até receber o convite para ocupação na Vila. Ela se mudou para Vila juntamente com o seu sobrinho Luís. Quando questionada se Luís poderia se enquadrar na categoria de transmorador, ela disse: “[...] mas, ele é sim morador, aí um morador é um aliado e também é aí uma potência é contribuíde [risos] precioso [...]”. Linda também afirmou que Luís era querido por todos e que sempre participou de todas as atividades desenvolvidas na Vila, como as oficinas de jardinagens, capoeira, capinagem musical com Yuri Tripodi.

Linda disse que duas palavras a definia: a primeira era recomeço, e a segunda era moradia. Para Kaiongo, a moradia era algo central, era a defesa do território que colocava em disputa você com o outro, com o seu semelhante. Em suma, ela defendia e lutava por uma moradia coletiva.

Yuri Tripodi se considerava uma pessoa não-binária, ou seja, alguém que não se identifica com o binarismo de gênero, pois não se reconhecia como homem ou mulher. Porém, em alguns momentos de sua vida, Yuri se identificava como mulher, e por isso que toda a sua narrativa foi abordada no feminino nesta dissertação. Ela era branca, alta, cabelos pretos, pesquisadora e artista.

Em 2018 a reencontro um ano depois da entrevista que me havia me concedido para elaboração desta pesquisa no Campus de Ondina. Estávamos coincidentemente esperando o BUZUFBA⁵⁰ para irmos para casa. Yuri chegou depois de mim e estava conversando com o grupo de teatro à minha frente. Então me dirigi a ela, que me recepcionou com um abraço. Conversamos sobre o andamento dos nossos cursos e relatei que me encontrava no processo de escrever o texto da qualificação. Tripodi expôs que a qualificação era um momento importante. No curso, ela passaria pela segunda reunião de orientação com seu orientador e estava cumprindo alguns créditos, como Pesquisa Orientada (PO).

Com a chegada do BUZUFBA e pela aglomeração de estudantes, percebi que faríamos boa parte do percurso em pé. Eu disse que foi bom tê-la encontrado, pois queria lhe contar que eu estava residindo no 2 de Julho. Yuri comemorou e perguntou onde eu morava. Quando lhe respondi “no Sodré”, ela foi uma das poucas pessoas que não me falou nada de pejorativo sobre a rua.

Ao chegar ao ponto que desceríamos, eu disse: “vamos, Yuri porque esse só vai até aqui”. Ela ficou surpresa e descemos. Yuri Tripodi começou a cantar uma música e disse-me que a canção era bonita e de fato era da qual eu não conhecia e cuja interprete era Elza Soares. E comentou que o recente álbum da cantora era em referência ao candomblé. Yuri tem uma voz belíssima. Na entrevista que ela me cedeu, Yuri expressou que não era praticante de nenhuma religião, mas tinha fé.

Pelas nossas conversas, sempre percebi uma inclinação e respeito pela religião de matriz africana, o candomblé. Nessa mesma entrevista, definiu fé como: “[...] fé é outra coisa que lhe movimenta, fé que lhe que move os mais profundos do seu íntimo, a sua verdade interior que pra mim é o sentimento né o sentimento pra mim é uma verdade muito, muito cara pra mim muito é ela que eu respeito muito [...]”.

Como queria ir rapidamente para casa de táxi, sugeri a Yuri que chamasse um Uber. Ao concordar com a ideia, convidou-me para ir junto com ela. Como Yuri estava sem celular, pedi

⁵⁰ O BUZUFBA era uma linha de ônibus que fazia o transporte entre os campi da UFBA. Era destinado aos estudantes e os funcionários da Instituição.

a corrida no meu aplicativo. O carro chegou e Tripodi comentou sobre o cartaz de exposição de artistas.

A construção do ser Yuri Tripodi era atravessada por subjetividades que foram construídas desde a sua infância. Ela narrou um pouco de sua história de vida: seus pais não se casaram, e foi criada por sua família materna, sem a participação de seu pai. Quem lutou para garantir melhores possibilidades de estudos para ela foi a sua mãe, Maria Das Graças, conhecida como Gal. Para manter a filha, Gal já trabalhou vendendo bijuterias no Pelourinho e também trabalhou na Itália como empregada doméstica, faxineira e cuidadora de idosos. Yuri teve uma infância muito traumática tanto dentro como fora de casa, com sequelas que se perpetuaram até a sua adolescência. Foram eventos de muitos sentidos, mas principalmente relacionados a questões de sexualidade e de gênero.

Yuri Tripodi narrou que era uma criança “super afeminada” e que, no ginásio, por ser diferente da maioria, foi isolada. Não tinha nenhum amigo para brincar no recreio e teve que aprender a lidar com essas questões sozinhas, pois em sua casa não existia uma estrutura de rede de apoio. Para ilustrar, traçou um comparativo entre sua vivência e a de Djamila Ribeiro, filósofa e feminista negra, em relação às situações em que sofreu racismo em seu cotidiano: a diferença estava na existência de uma base familiar. Contudo as subjetividades de Yuri foram sendo construídas, o que possibilitou a produção de outro corpo mais afirmativo.

Yuri revelou que o bairro sempre foi receptivo à sua diferença, o que muitas vezes não acontecia em outros bairros de Salvador. Em determinados momentos da sua vida, Tripodi foi percebendo que foi se sentindo e se sentia como uma mulher. Ela acreditava que o termo homem era historicamente pejorativo e que, no 2 de Julho, poderia ficar à vontade para usar roupas femininas, principalmente seus vestidos, que faziam parte da construção do seu eu, de sua identidade: “[...] colocar as minhas roupas porque isso faz parte da minha expressão, da expressão do meu íntimo, da expressão do que eu sou então se sentir bem, acolhido é uma coisa essencial pra gente [...]”. Isso comprova o quão aberto era o 2 de Julho para abrigar o diferente, ou seja, aquele que não fazia parte de um padrão imposto pela sociedade. Pode-se afirmar que o 2 de Julho era receptivo às diferenças nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Yuri acreditava que o 2 de Julho se diferenciava de outros bairros de Salvador pelos seguintes motivos: o bairro ser popular e acolher uma diversidade de pessoas e de convivências, como o comércio de alimentos orgânicos. Em sua visão, o 2 de Julho tinha “espaços políticos efetivos” na construção do conhecimento à cidade, citando alguns exemplos, como a Casa Preta, a Casa de Artes Sustentáveis (CAS), a capoeira ACANNE, CEAO e as reuniões dentro Colégio

Ypiranga junto com a Articulação dos Movimentos Antigos do Centro em defesa dos aparatos públicos do próprio bairro.

Ela também declarou que amava o 2 de Julho e que o considerava como uma casa, como um país. Para sua diversão, costumava ir aos fins de semana no Barzinho do Nó e na Casa Preta. Assim como a maioria das pessoas que entrevistei, ela enxergava o bairro sob a ótica de atividades culturais descomuns e de um lugar que pulsava grandes coisas boas, positivas para vida.

Yuri indicou outros motivos que a levaram a optar em morar no 2 de Julho, como a movimentação que existia na localidade, algo de que sempre gostou. Ela também mencionou a localização do bairro no centro da cidade, entre outros fatores que contribuíram para sua escolha, como a proximidade da feirinha orgânica e a movimentação cultural. Antes de morar na Vila, morou no Edifício Lurdinha Nossa Senhora de Lourdes localizado no 2 de Julho. Era natural de Salvador e morava no 2 de Julho aproximadamente há 10 anos. Yuri residia inicialmente na Vila sozinha, mas em 2018 passou a morar com a mãe.

Yuri Tripodi reportou a palavra gentrificação associada com higienização. Ela citou o Projeto de Humanização de requalificação do bairro 2 de Julho, de 2012, que, na sua concepção, não tinha apenas o objetivo de mudança do nome do bairro, mas também estava em curso um processo de higienização, um processo de gentrificação. Na concepção de Tripodi, se não fosse a atuação dos movimentos sociais do bairro, teria acontecido a expulsão de moradores, feirantes e até das próprias pessoas que estavam lutando.

Yuri Tripodi, com sua pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação de Dança da UFBA contribuiu para problematizar, a partir da sua experiência da loucura, a elaboração de autoetnografia que dialogou com outras experiências de loucura, ou seja, experiência de corpos loucos e como estes se identificavam como, por exemplo, a Estamira ao mesmo tempo em que questionou a psiquiatria clássica e a maneira de como ela foi tratada quando precisou de tratamento especializado. O seu estudo é de fundamental importância para que se entenda a relação entre a loucura e a sociedade contemporânea.

Caroline Lima era uma mulher branca, loira e de olhos claros. Uma pessoa alegre e muito divertida e com senso crítico bem apurado. Ela trabalhava como professora de artes e era uma artista de muitos talentos. Nossa aproximação se deu de forma gradual: inicialmente, senti um pouco reservada, mas à medida que fomos nos conhecendo e começamos a interagir, pude conhecê-la um pouco melhor.

Caroline era natural de Salvador, viveu a sua infância no interior, retornando à capital baiana na adolescência. Nesse regresso, foi morar em bairros próximos ao 2 de Julho. Nosso primeiro contato ocorreu na primeira audiência de conciliação, em agosto de 2017. Em dezembro de 2017, me concedeu uma entrevista.

Nessa entrevista, Caroline comparou o bairro aos dois outros de Salvador onde havia morado: Nazaré e Itapuã. No primeiro, as pessoas ficavam escondidas em suas residências, pois não havia movimento na rua. Já o segundo era um bairro popular que se localizava não muito perto do centro da cidade, contando com poucos equipamentos culturais, tais como: o Parque de Abaeté e a Casa da Música. Caroline considerava o bairro 2 de Julho como seguro, diferentemente das opiniões que já ouvi sobre a área: “[...] no 2 de Julho é diferente: você sente mais seguro, você encontra tudo aqui, você encontra as pessoas, entendeu é o 2 de Julho esse largo [...]”.

Apesar de reconhecer os problemas do local onde morava há 9 anos, Carol descreveu com muito entusiasmo que o bairro era um lugar de comunidade com sentimento de pertença muito forte: “[...] ‘ah nosso bairro’ é uma coisa bem assim [risos], é uma coisa bem de comunidade né, é de pertença eu nunca tinha tido realmente essa relação com nenhum lugar né [do jeito que se dá aqui] do seu território [...]”.

Ela também avaliava que se tratava de um bairro popular, onde se sentia segura, se locomovia facilmente e encontrava quaisquer produtos e serviços de que precisava. Por isso, reconhecia que não seria possível morar em outro local do mesmo tipo – com equipamentos culturais, mas ao mesmo tempo guardando aspectos interioranos, sobretudo pelo custo de vida que seria muito maior.

Antes de fixar residência no local, Caroline fez performances e eventos no bairro. Atraída pela localidade por conta de amigos que já residiam lá, Carol cursava faculdade na época na Avenida Carlos Gomes. Ao se mudar para a Sodré, que era tida como uma rua perigosa, ao ponto de alguns amigos deixarem de frequentar a sua residência por medo, Carol se adaptou à rua.

A partir desse maior envolvimento com bairro, pôde compreender uma realidade que dificilmente estaria na televisão ou apreensível a alguns moradores que denominou como “alienados” e acreditavam que a revitalização poderia ser benéfica para o local. A sua perspectiva foi ampliada ao se aproximar de Ivana Chastinet, que já estava na luta de maior complexidade contra o processo de expulsão dos moradores da VOCM.

Em entrevista, perguntei sobre sua amizade com Ivana Chastinet, pois Carol desempenhou um papel fundamental nos últimos meses de vida de Chastinet. Ela aceitou o convite de ocupar a casa de Ivana, que queria ficar perto da mãe e orientar aos cuidadores sobre os cuidados que deveriam ter com Anita. Caroline colaborou com os editais para projetos e auxiliou nos cuidados da saúde de Ivana.

Elas foram apresentadas por um amigo em comum e aproximação ocorreu por conta do interesse mútuo pelas artes. Com tempo, começou a perceber que Ivana Chastinet era uma pessoa diferenciada e uma disponibilidade para as pessoas no sentido de acolher. Essa interação começou antes dos anos 2000, quando Caroline ainda não residia no 2 de Julho, e começou por convite de Ivana para frequentar a Vila: “[...] eu ligava para ela: ‘você está onde?’ ‘Ah tô aqui no 2 de Julho’ eu nem morava aqui ‘ah vem aqui em casa’”.

Em 2014, Ivana convidou Caroline para ocupar as casas que estavam vazias. Nesse primeiro momento, Carol recusou o convite, pois ela tinha consciência da demanda e presenciou como as coisas que sua amiga fazia eram sempre muito corridas. Além disso, disse que o apartamento que estava morando no Sodré ainda não apresentava problemas.

Carol reconhecia que sua contribuição na luta era com trabalho nas oficinas e com a arte. Porém, no ano de 2016, Caroline depois de sair do apartamento onde morava, se instalou em *hostel* e estava procurando outro local para morar, mas não estava conseguindo alguém que quisesse dividir o apartamento com ela.

Ivana novamente fez o convite: “[...] ‘amiga, minha casa tá vazia, minha casa tá vazia’”. Ela tinha receio porque o telhado corria o risco de desabar. Esse problema foi resolvido e então ela passou a ocupar o “Útero Cultural”, nome da casa de Ivana Chastinet. Desde a morte de Ivana, em 2017, o Útero Cultural era um espaço que, além da moradia, era destinado para as reuniões e eventos que aconteciam na Vila.

Por várias vezes, suas falas remetiam à gentrificação. Em uma delas, disse que bairro vinha sofrendo com encarecimento em comparação a outros bairros como, por exemplo, a Rua Chile em que os preços de forma geral eram mais acessíveis. Carol contou que se não tivesse morando na Vila, teria saído do 2 de Julho, pois o local estava se tornando caro.

Caroline Lima apontou que o grande problema da área era o descaso do poder público com intuito de fazer com que as pessoas se retirassem das suas residências, além das expulsões dos moradores, acusando o IPAC de estar em parceria com as instituições públicas. O primeiro em sua concepção era incapaz de realizar as reformas em imóveis que estavam degradados. Caroline concebia a ideia que a gentrificação era um projeto do poder público.

Nessa entrevista, percebi que ela estava receosa em alguns assuntos, mas com o nosso convívio, tive a possibilidade de conhecê-la. Caroline era uma pessoa que se pôde conversar sobre qualquer assunto. Era divertida e narrava acontecimentos de sua vida com seus amigos com muita desenvoltura e através de sua narrativa e imitações nos projetavam para as situações em que viveu.

Pedro Rosas era um homem negro, estatura mediana, cabelos curtos e de talentos diversos: ator, cantor e jardineiro, porém são as duas últimas vocações que ele definia como seu trabalho e de onde vinha o seu sustento. Dos quatros ocupantes, minha interação com Pedro era quase inexistente e começamos a ter maior proximidade quando fui morar no 2 de Julho.

Sua vida girava em torno da música e do jardim. Como jardineiro, às vezes não sabia estipular o valor do seu serviço e em certas ocasiões costumava fazer gratuitamente o jardim para amigos. Convidei-o para um almoço para em seguida entrevistá-lo. Durante nossa conversa, ele foi descrevendo um pouco de sua personalidade. Disse-me que era um homem de decisão e que não confiava totalmente nas pessoas.

Antes desse diálogo, meu contato com Pedro se dava mais pelas oficinas de jardinagem que ele realizava na Vila abertas à toda comunidade do bairro. A dinâmica era muito simples e uma excelente experiência para pôr a mão na terra, pois primeiro ele explicava, e depois plantávamos as mudas de plantas que poderiam ser levadas para as nossas casas. As oficinas geralmente apresentavam sempre a mesma estrutura: Pedro tinha o cuidado de colocar os participantes em uma parte do terreno em que não havia muito sol e onde pudessem ser acomodados em cadeiras ou sentados no chão em cima de toalha plástica de mesa. Os materiais utilizados eram coisas simples como: adubos, plantas, garrafas pets e folhas secas.

Pedro explanava a especificidade de cada planta em relação à adubação, à exposição ao sol e à frequência que deveria ser regada. Então, Pedro Rosas fazia a mudança de caqueiro: retirava uma planta e a colocava em outro vaso para visualização da forma de adubação. Inicialmente colocava-se folhas secas, adicionava o adubo, completava com folhas secas novamente e finalizava molhando a planta. Depois era a vez dos participantes de, com as mudas de plantas pequenas, fazer esse mesmo processo em garrafas pets que já haviam sido preparadas por ele para o escoamento da água. Durante a oficina, era possível conhecer a diversidade de plantas que existiam no local e apreciar os saguis, gatos e ouvir o som dos pássaros. Era uma manhã muito agradável que se encerrava com o feijão de Linda Kaiongo.

A relação de Pedro com o bairro 2 de Julho veio ainda criança. Ele acreditava que saiu da cidade de nascença por volta dos seus onze anos. Sua família se mudou de Itamaraju, município baiano, para morar em Salvador. Nessa questão, definiu-se como “meio cigano”, pois seus pais tiveram residências diferentes em diversos bairros: inicialmente moraram na Caixa D’Água, posteriormente seu pai comprou uma casa na Valéria, depois passaram a residir em Plataforma e retornaram para Valéria. Eles residiram no Uruguai, Roma, Centenário, Ribeira etc. Esse último bairro permitiu a sua aproximação com o Centro Antigo de Salvador.

Desde novo já possuía o desejo em morar no CAS, pois era fascinado por alguns lugares como Elevador Lacerda (imagens que visualizou em livros), estando no ônibus quando passava pela Ladeira da Montanha e também porque admirava as pessoas que habitavam nesse espaço. Aproveitava junto com outros colegas as últimas aulas vagas, por falta de professores, na Escola Castro Alves, que ficava na Ribeira, para andar pelo centro da cidade. Ele e seus amigos entravam em ônibus cujo final de linha era o 2 de Julho. Pedro reforçou mais uma vez que adorava ver as pessoas.

Pedro narrou que tinha a impressão de que o 2 de Julho era um bairro diferente dos outros por conta das pessoas que transitavam e da movimentação do local. Seu pai trabalhou com seu tio em Roma, e quando precisava resolver algo no centro, aproveitava para comprar o pão, pois tinha uma linha de ônibus cujo destino final era o 2 de Julho. Suas lembranças vêm também do trajeto do ônibus que fazia até chegar ao bairro, às padarias e às feiras. Ele declarou como diferencial do 2 de Julho a diversidade de pessoas e o fato de ser um bairro central de vida própria e “bem vivo”, com local de encontros de intelectuais e artistas, e que permitia a socialização dos mais diferentes tipos de pessoas.

Pedro Rosas tornou-se morador do 2 de Julho ao ocupar uma residência na VOXM que era um projeto de Ivana Chastinet para transformar o espaço em um Coletivo Artístico da Vila. Ele estava morando com amigos em Stella Mares, bairro de Salvador, mas querendo sair por causa da distância. Coincidentemente, na semana em que começou a procurar casas, recebeu uma ligação de Cássia⁵¹: “[...] amigo, vem aqui que eu quero conversar com você” e Cássia me falou dessa que tava querendo fazer ocupação e tal se eu topava aí eu falei: ‘claro’ [...]”. Questionei se ele já conhecia Ivana e ele disse que sim, mas não tinha muita intimidade. Eles trabalhavam juntos em alguns espetáculos como, por exemplo, “*Uma mulher vestida de sol*” de Ariano Suassuna.

⁵¹ Nome fictício.

Houve uma reunião em que estavam decidindo as pessoas que poderiam fazer parte dessa ocupação artística, e Cássia sugeriu seu nome, a que Ivana Chastinet respondeu: “[...] ‘ah ótimo Pedro tal e tal’ [...]”. Porém, ele não imaginava como na prática se tratava de ocupar um imóvel. Perguntei se ele tinha se arrependido, e respondeu que não, pois passou a ter outra percepção das coisas, como a importância da defensoria pública, dos aliados que estavam na mesma luta que eles. Além disso, e principalmente, teve o discernimento da questão da moradia, pois não se considerava um “sem teto” porque pagava os alugueis, embora não tivesse condições como artista e profissional liberal de comprar uma residência.

Pedro Rosas tinha participação ativa nos eventos que ocorriam no bairro e na Vila. Como era uma pessoa conhecida, às vezes surgiam convites para dar uma “canja”, e por três vezes fez shows na Praça do Largo do 2 de Julho. O repertório dessas apresentações incluía músicas de Cartola e Lupicínio. Na Vila, Pedro se dedicava as oficinas de jardinagem principalmente voltada para os estudantes das Escolas Perminio Leite e Castro Alves, que são instituições escolares que ficavam dentro do 2 de Julho.

Ele também realizava, juntamente com outros ocupantes, algumas atividades culturais, porém relatou as dificuldades de conseguir editais para dar prosseguimento a essas ações. Pedro concebia a ideia de que o bairro deveria ser mais bem cuidado. Ele criticou o abandono e também as casas fechadas por paredões que poderiam estar sendo ocupadas por pessoas, deixando a localidade com mais vida. Esses problemas revelam as consequências da especulação imobiliária no bairro e indícios do processo de gentrificação em curso.

Pedro indicou outro problema que era a falta de organização dos feirantes e dos donos dos proprietários no que tangia a um horário para colocar o lixo e estacionamento de carga e descarga, pois isso, segundo ele, atrapalhava o trânsito. Ele defendia um estacionamento específico para caminhão. Desde que foi morar no bairro, Pedro observou um aumento no custo de vida. Ele afirmou que as coisas subiram um pouco. Assim como uma parte da população, acreditava que o bairro estava em um processo de gentrificação que fazia com que se tornasse um lugar inseguro e do qual as pessoas tinham medo.

Pedro Rosas também se destacava por outro talento: o de cantor. Antes de conhecê-lo pessoalmente, ouvia pessoas conhecidas mencionar o show que fazia em homenagem a Cartola intitulado: “*As Rosas não falam*”. Por duas vezes, tive a oportunidade de assistir a um show seu: impressionante, não apenas a sua qualidade vocal, mas também por todo o cuidado que ele tinha desde os profissionais que trabalhavam com ele até o cenário.

3.2.3 SENHOR PERDIGÃO E DONA DRICA: PERSONAGENS QUE COMPLETAM ESSA HISTÓRIA

Nesta última seção descrevo o Senhor Perdigão e Dona Drica. Esses são outros moradores que complementam essa história. Eram os moradores mais antigos e possuíam outras características em comum: a proximidade entre eles e quase nenhuma interação com os ocupantes e com os eventos que aconteciam na VOVM. Durante meu período em campo, raramente os encontrava. E quando apareciam, era sempre de passagem: ou estavam chegando em suas casas ou saindo de suas residências. A maior parte do meu conhecimento sobre eles obtive através de conversas com os outros ocupantes.

Tentei aproximação por diversas vezes, e quem me deu um pouco de abertura foi o Senhor Perdigão. Tanto que consegui realizar uma entrevista. Dona Drica evitou qualquer tipo de contato e só se dirigia a mim quando algo despertava a sua curiosidade. Esse episódio contribuiu para minha compreensão de que nem sempre o campo será receptivo e que podemos trabalhar com as informações que são mais acessíveis. Cabe ressaltar que muitas dessas casas foram residências de outras pessoas. Carol me contou certa vez que um dia uma pessoa bateu no portão e disse que já morou na casa que ela estava ocupando. Senhor Perdigão disse que as casas passavam de geração para geração como, por exemplo, Dona Alícia⁵², irmã de Anita, que cedeu a sua casa para Isabel quando esta se casou com ele.

Esse senhor também mencionou que houve uma ruptura, e uma parte da geração não desejou permanecer na Vila. Essas pessoas foram embora e abandonaram as casas, sendo que outros saíram por brigas como foi a situação de Almeida⁵³ que teve problemas com a arquidiocese. Alguns ex-moradores se arrependeram da decisão e quiseram retornar para as casas, mas, por diversas questões, isso não foi mais possível. Minha ideia inicial era traçar uma genealogia, mas diante dos dados produzidos, compreendo que tenho o suficiente para traçar um escopo dos moradores da Vila.

Perdigão era angolano, 64 anos, branco, olhos claros e de estatura baixa. Nas poucas vezes em que o vi, sempre estava muito bem vestido e com andar apressado, como se tivesse atrasado para algum compromisso. Nós começamos a nos cumprimentar depois da entrevista que me cedeu em sua residência. Ele tinha 47 anos de Brasil e há aproximadamente 30 anos era

⁵² Nome fictício.

⁵³ Nome fictício.

morador do Largo 2 de Julho, mas não desejava se nacionalizar brasileiro. Senhor Perdigão desenvolvia diversas atividades: era pedreiro, realizava trabalhos nas áreas de hidráulicas e restauração de imagens sacras e de imóveis.

Seu principal ramo de atuação era a restauração que aprendeu na escola de restauração portuguesa. Nesse dia da entrevista, disse que estava desempregado e fazendo serviços informais o famoso “bico”; sempre que solicitado pela Igreja Sagrado Coração de Maria, prestava os seus serviços. Uma expressão corriqueira no nosso diálogo foi: “[...] como eu falei, tô vendendo o almoço para comprar o jantar”. Por várias vezes, contou que desde que chegou à VOVM era ele quem fazia as manutenções das casas, com exceção da casa de Dona Drica.

Senhor Perdigão era pai de três filhos, tinha duas netas e era divorciado. Casou-se legalmente com Isabel, filha de Dona Anita e irmã de Ivana Chastinet. Foi através dessa união que ele foi morar na Vila na casa que pertencia à Dona Alcília. Esta doou a sua residência para sua sobrinha. Apesar da separação, ele ficou morando na casa e fez questão de salientar que era inquilino e cumpria com todas as suas obrigações. Senhor Perdigão morava sozinho, mas recebia a visita dos filhos e das netas. Ele praticava natação e disse que nadava 6 km todos os dias quando não estava trabalhando no período vespertino. O entrevistado afirmou ter pertencido a guerrilha na Angola dos doze aos dezenove anos, porém não disse o local onde participou da guerra.

A pedido de Carol, dormi por dois dias em sua residência em agosto de 2018. Era manhã e estava disposta a me aproximar dele e de Dona Drica. Vi que a porta de sua residência estava aberta e então me dirigi a ele. Expliquei o motivo de estar ali e pedi uma entrevista o que, para minha surpresa, ele aceitou sem muitas argumentações. Então, retornei à casa de Carol para buscar o meu celular e o instrumento de pesquisa.

A casa do Senhor Perdigão, devido às reformas, não tinha resquícios que lembrassem a estrutura colonial. Nas paredes e por toda a sua casa, era possível ver as suas obras que foram feitas por restos de madeiras. Um trabalho belíssimo devo salientar. A entrevista ocorreu na cozinha do entrevistado. As críticas mais contundentes foram para a política nacional e para a Igreja Católica.

Na nossa conversa, ele fez uma analogia entre a vida e a moeda de R\$ 1,00. Senhor Perdigão acreditava que a nossa vida apresentava apenas dois lados: a cara e a coroa. A primeira era o indivíduo, suas características e como esse se apresentava para ele próprio, família e quem estava ao seu redor. E a coroa simbolizava a sociedade que impedia que o sujeito crescesse, não admitia concorrência e, caso esse sujeito prosseguisse em avançar, a sociedade daria um jeito

de derrubá-lo. Ele prosseguiu utilizando essa analogia em uma comparação do que existia entre a Igreja e o povo.

Para ele, a Igreja era a coroa, e o povo era a cara. A Igreja não queria que a pessoa ficasse “muito forte”; se ficasse, deveria dividir com ela os seus ganhos, porém a Igreja não dividia o que possuía e não cooperava para o crescimento do indivíduo. O Sr. Perdigão fez duras críticas à Igreja e à política. Em relação à primeira, disse que sempre teve por objetivo o alvo financeiro, sendo que existiam poucas entidades filantrópicas criadas pela Instituição, que era mais preocupada em conseguir fundos, pois argumentava que estava falida. Esse argumento foi comumente utilizado pelo advogado da Irmandade nas duas audiências de conciliação.

Senhor Perdigão continuou a sua reflexão afirmando que não se podia contar com a assistência da Igreja. Ele defendeu que a fortuna dos padres foi advinda das doações dos ricos e que a maioria dos eclesiásticos não prestava assistência social aos mais necessitados. A Igreja criticava as outras religiões que cobravam o dízimo, mas também tinha a mesma estratégia. Enquanto os mais pobres passavam por privações, os padres usufruíam da comida e bebida de primeira qualidade. Ele advogou que haviam padres humildes, porém a grande parte era orgulhosa e prepotente e não seguia as determinações do Papa Francisco.

No tocante à política, ele julgava que a classe política, de maneira geral, visava aos seus próprios interesses. O entrevistado declarou que ficava constrangido quando os seus filhos pediam alguma opinião: “[...] eu digo: ‘olha, meu filho não me peça, olhe para você e veja quais são as suas escolhas, mas eu não vou dar opinião nenhuma porque não tenho como dar opinião, não tem uma pessoa que diga assim vamos e coisa’”. Senhor Perdigão contou que Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Melhor foram governos de desastre econômicos. Principalmente durante o governo do último citado, pois seu negócio de bebidas foi bastante prejudicado.

Outro ponto especificado na entrevista foi a construção do Mercado Municipal. Segundo ele, falava com propriedade, porque era supervisor de obras. Senhor Perdigão fez uma comparação dessa obra com uma realizada no Recife. Em sua opinião, a realização desse empreendimento não foi feita para colaborar com os comerciantes nem atendiam as especificidades tanto para os proprietários como para os clientes. Ele acreditava que o montante final da construção deveria ficar em torno de 700 mil reais, mas já estava na “casa dos milhões”.

Ele asseverou que essa forma de fazer política não era apenas na Bahia, mas em todo o país. Senhor Perdigão indicou que um dos problemas dos 2 de Julho era o calçamento de pouca durabilidade, pois era através da manutenção que os políticos aproveitavam para ganhar

dinheiro. Ele fazia parte do grupo de moradores que, no discurso, não mencionou a categoria de “gentrificação”, porém identificou os principais problemas ocasionados por esse processo.

Um dos pontos em que a sua posição divergia da maioria das pessoas em relação ao 2 de Julho era a sensação de segurança. Ele advogou que o bairro era um dos mais seguros de Salvador: “[...] oh se eu tivesse meus filhos na Pituba, vivendo na Pituba ou na Barra, eu ia dizer assim: vem antes das 6h00 após às 6h00 não venham aqui. Eu não me preocupo se eles chegam 11h30min, meia-noite porque não vejo problemas com isso”.

Senhor Perdigão reconheceu que existia essa dificuldade de segurança no bairro, mas não era algo exclusivo do 2 de Julho, e sim do Brasil de forma geral. Quando questionei a importância de ele permanecer na Vila, Senhor Perdigão respondeu pelo valor afetivo pela localidade já que suas filhas cresceram lá e suas netas adoravam aquele espaço.

Nessa entrevista em 2018, Senhor Perdigão narrou um pouco da história do casal de escravizados que trabalhavam na Igreja. Ele disse que Seu Arnaldo e sua esposa eram moçambicanos, pois eram altos. Ele tinha 1,90 m e ela, embora franzina, também tinha estatura alta. Ele declarou que conviveu muito pouco com essa senhora, de quem não me disse o nome, e que seu contato maior foi com Seu Arnaldo. Seu Arnaldo era um alfaiate e o entrevistado pressupunha que esse senhor costurou bastante as roupas dos padres. O casal residiu na casa em que, até 2020, morava Dona Drica. Eles não tinham família e receberam os cuidados finais dos últimos dias de vida de Anita Sales e do Senhor Perdigão⁵⁴.

Esses cuidados do Senhor Perdigão e Anita Sales se estenderam à esposa do Seu Arnaldo. Segundo o entrevistado, ela nasceu antes dele, teve uma doença e faleceu inesperadamente. Quando ele a conheceu, ela já não possuía condições para trabalhar: “[...] entendeu o máximo que ela fazia era uma comidinha [...] então você vê quando eu conheci eles ainda faziam comida no forno de lenha não tinham fogão”.

Seu Arnaldo conseguiu se aposentar, porém o que recebia era insuficiente para cobrir as despesas. Então Anita e Senhor Perdigão contribuíram desde a alimentação à higiene pessoal dele. Seu Arnaldo chegou até os 109 ou 110 anos. Como Anita, estava em idade avançada, Senhor Perdigão cuidava das partes mais pesadas que requeriam mais força, como o banho e a higienização. Ele revelou que a Igreja não prestou assistência ao casal, apenas deixou morando na residência até falecerem.

⁵⁴ Nesse período de cuidados com o casal de idosos, Anita Sales era sogra do Senhor Perdigão, que era casado com sua filha caçula. Eles moravam em casas diferentes, adjacentes uma da outra.

Dona Drica era uma senhora. Acredito que sua característica marcante seja a vaidade, pois estava sempre muito bem arrumada e com seu batom básico. Foi a única moradora que não me permitiu aproximação. Foram algumas tentativas que não tive êxito. Tudo que produzir ao seu respeito a maior parte foi encontrado em entrevistas de vídeo e com conversas com os outros moradores da VOXM. Nossos encontros eram raros e muitas das vezes sem nenhum diálogo.

Às vésperas do cortejo do 2 de Julho, dirijo-me à Vila para levar um cuscuz para minha vizinha Linda Kaiongo. Havíamos ficado até muito tarde no dia anterior confeccionando o estandarte de Ivana Chastinet. Seria o primeiro ano em que ela não estaria presencialmente, mas estava muito bem representada. O trabalho final tinha ficado excelente.

Devido a essa produção, sabia que minha vizinha não deveria ter preparado nada para o desjejum. Quando estou saindo da Vila, Linda me levou ao portão. Apareceu então Dona Drica, toda estilosa com sapatilha que imitava estampa de oncinha, calça e o casaco e encerrando a sua produção usava um batom rosa.

Assim que ela saiu, subi para fazer compras na feirinha orgânica que acontecia todos os domingos. Durante esse pequeno percurso, ela desapareceu, e fui comprar algo no mercado municipal do bairro. Reencontrei-a na feirinha em frente a um caminhão que tinha algumas frutas e verduras, tais como: melancias e abóboras. Então falei com ela novamente, pois ao passar por mim, quando estava na Vila, nos cumprimentamos. Ao mesmo tempo em que eu escolhia uma abóbora para fazer um “*sobe e desce*”⁵⁵, começamos um breve diálogo.

Dona Drica me perguntou se eu era irmã de Linda Kaiongo e antes de responder falou algo do tipo: “ela é muito gente boa! ”. Eu disse que éramos amigas. Então indaguei há quanto tempo ela morava na Vila e ela respondeu: “Tenho 35 anos” e emendou: “é você soube que teve uma senhora⁵⁶ que morava lá e morreu? Ivana também”. Havia um atendente jovem e alto, olhos negros na faixa de seus 28 a 30 anos. Ele pesou um pedaço de abóbora que custou R\$ 3,50, e Dona Drica argumentou que só poderia pagar R\$ 3,00 sendo que estava com uma nota de R\$ 10,00. Ela disse que com o troco teria que comprar uma água.

Eu me ofereci para completar o que faltava até mesmo para tentar uma aproximação mais efetiva. Por mais uma, vez ela insistiu com atendente que estava irredutível. Acredito que por ser funcionário, logicamente a diferença seria descontada do seu salário. Falando com rapaz, ela disse: “[...] olhe lá, ela é super gente boa, e uns dois limões e não tem como fazer não?” Ele foi bem enfático: “Não”. Então eu paguei as minhas compras e dei a diferença do produto da

⁵⁵ *Sobe e desce* é uma expressão baiana que significa comida de preparo rápido.

⁵⁶ Se referindo à Anita Sales.

senhora. Antes de encerrar a nossa conversa, comentamos o quanto a melancia estava esbranquiçada. Fui ao estabelecimento que Gilda apelidou de uma das Perinis do 2 de Julho.

Dona Drica saiu e retornou. Ao sair da Perini, vi que ela comprou outro pedaço de abóbora. Durante o campo, tentei algumas estratégias de aproximação, e uma delas foi a de levar a minha mãe na tentativa de surgir uma afinidade por conta da idade parecida de ambas. Isso aconteceu na mesma semana em que deixei de ser moradora do 2 de Julho e fiquei uns dois dias na casa de Carol. Nesse período, até conversei com a filha dela sobre a possibilidade de me dar uma entrevista, ela chegou a aceitar, mas quando retornei minutos depois, já tinha desistido. Nesse dia também tentei convencer Dona Drica a fazer o mesmo, mas como sempre ela estava indiferente.

Foi a primeira vez que tive a oportunidade, mesmo que do lado de fora, ver a residência de Dona Drica. Era uma casa ampla e muito bem cuidada. Vi uma máquina de costura que revela uma possível profissão dessa senhora. Linda Kaiongo conseguia ter uma interlocução com a filha. Linda expôs que, por ela, a mãe já teria saído da Vila. Sempre passava um período com a mãe para lhe prestar assistência. No sábado em que eu levei minha mãe e apresentei aos outros moradores, fomos à casa de Dona Drica. Eu disse que tinha levado minha mãe para ela conhecer.

Perguntei novamente se poderia me conceder uma entrevista, e ela foi enfática e disse que não, pois iria viajar para o interior. Ela tinha chegado à sua residência por volta do meio-dia, pois, segundo ela, estava cuidando de cachorros e gatos de uma conhecida. Nosso diálogo não se estendeu. Pedi que o Senhor Perdigão e a mãe de Yuri Tripodi pudessem intervir ao meu favor, mas também não surtiu efeito. A situação em relação à casa que Dona Drica residia era diferente, pois quando a Irmandade São Pedro dos Clérigos se comprometeu a vender os imóveis para inquilinos, o sobrinho dela comprou a casa à sua revelia. Descrevo essa história com mais detalhes na seção em que abordo o conflito territorial.

3.3 IRMANDADE SÃO PEDRO DOS CLÉRIGOS: A PROPRIETÁRIA

No dia 15 de janeiro de 2019, fiz minha terceira tentativa de encontrar o administrador da Irmandade para entender o conflito segundo a outra parte litigante. Recordo que na minha segunda ida lá, encontrei a Igreja Sagrado Coração de Maria aberta em um dia de semana em cuja porta estava sentado um padre. Quando lhe perguntei sobre a história da Igreja, foi extremamente grosseiro e disse que eu deveria procurar o administrante da Instituição. Ao vê-

lo, até cogitei solicitar uma entrevista, mas o nosso breve diálogo me desestimulou. Onde a Igreja funcionava também havia uma hospedaria⁵⁷ que estava sob responsabilidade da Irmandade São Pedro dos Clérigos.

Nessa tarde (da segunda tentativa), consegui entrar em uma pequena área que antecedia a entrada principal da hospedagem da Irmandade. Foi quando conheci Cibele⁵⁸, a auxiliar de serviços gerais, que trabalhava na Organização. O administrador não se encontrava, e ela gentilmente disponibilizou seu contato pessoal. Porém, por algum motivo, não pude entrar em contato com ela. Retornando, em minha terceira tentativa, ao chegar me deparei com a Igreja fechada e então fui a casa que funciona como hospedagem da Irmandade e toco a campainha e espero alguém abrir o portão. Foi quando vejo se aproximar a Joice⁵⁹.

Conversamos um pouco, perguntei sobre Cibele, e Joice me respondeu que era nova ali, dando a entender que não a conhecia. Ela me questionou sobre quem eu era e o que fazia, então, reportei que era pesquisadora e que, por fazer uma pesquisa sobre o bairro, a Igreja me interessava devido ao fato de ser uma Instituição antiga. Continuei a fazer algumas perguntas a Joice que se identificou como católica, mas frequentava outra igreja, e não a Coração de Maria. Percebi que as minhas perguntas a deixaram incomodada. Ela acionou a campainha por duas vezes e nós questionamos a demora de alguém abrir o portão. Neste ínterim, apareceu uma senhora negra e sorridente chamada Clarice⁶⁰.

Joice foi logo explicando que o motivo do seu atraso foi a chuva. Clarice compreendeu e disse que, quando chove, a cidade para. Conversei com Clarice sobre o meu propósito de estar ali, e ela me contou que era mais fácil encontrar Seu Augusto⁶¹, antigo administrador da Irmandade, aos sábados e domingos. Também me informou que quem estava administrando a Igreja era alguém chamado Daniel. Segundo ela, esse administrador estava na Instituição, mas tinha acabado de sair e que era fácil encontrá-lo sempre pela manhã, às 8 horas. Pedi o contato de Clarice, mas ela preferiu me fornecer o da Instituição. Pediu que Joice anotasse e entregasse o número, e assim ela fez.

Retornei nesse mesmo dia no período da tarde, toquei a campainha da Irmandade, e dessa vez quem me atendeu foi um jovem negro, cabelos curtos e pretos, de aproximadamente 1,70 de altura. Expliquei a finalidade da minha presença e ele consentiu a minha entrada. Essa

⁵⁷ São imóveis separados por apenas uma parede.

⁵⁸ Nome fictício.

⁵⁹ Nome fictício.

⁶⁰ Nome fictício.

⁶¹ Nome fictício.

pessoa era Daniel, o novo administrador da Entidade. Foi a primeira vez que entrei na hospedaria dos padres. A casa impressionava pela beleza e sofisticação do espaço. Até chegar à sua sala de recepção, passamos por uma sala com dois quadros com imagens de santos. Durante esse curto trajeto, vi apenas um senhor lendo, possivelmente um padre.

Chegando ao escritório, nos sentamos e iniciamos um diálogo que durou aproximadamente cinco minutos. Ele só se sentiu confortável para me conceder a entrevista depois que apresentei a carta de apresentação que me identificava como pesquisadora. Daniel me forneceu algumas informações a respeito do funcionamento da Entidade. Ele esclareceu a minha dúvida ao assegurar que a Irmandade São Pedro dos Clérigos e a Igreja Sagrado Coração de Maria (que segundo ele era uma capela) são instituições distintas, apesar de ter um padre residente que era responsável pela ermida.

Daniel afirmou que a Igreja da Irmandade se localizava no Pelourinho. O convento funcionava como acolhimento para padres que era composto por 37 padres, sendo que apenas nove moravam lá no momento que realizei essa entrevista. Como são ordenados de outras paróquias, utilizavam a casa quando estavam de férias ou quando tinha algo para resolver em Salvador.

Quando perguntei sobre composição administrativa da confraria, acredito por não entender a pergunta, me respondeu que a renda vinha de doações e alugueis de alguns imóveis espalhados pela cidade de Salvador. São casas e alugueis em condomínios, além da contribuição mensal dos irmãos. Até comecei a introduzir a questão da Vila, mas ele desconversou e vi que era melhor encerrar a entrevista.

Nas entrevistas semiestruturadas que realizei com os moradores da Vila, havia algumas perguntas relacionadas ao contato destes com a Instituição. Os ocupantes foram unânimes ao afirmar que a comunicação deles era apenas por via judicial. Quando questionados se participavam de eventos ou missas, três moradores disseram que não participavam, sendo que um deles, o Senhor Perdigão prestava serviços de manutenção quando a Irmandade lhe solicitava.

Dona Drica que segundo relatos dos ocupantes declarava ser evangélica, participava ocasionalmente de festividades da Igreja. Yuri nunca participou de missas, mas já pediu para cantar uma música na Igreja e foi permitida. Ela não me deu maiores detalhes como foi esse dia apesar de ter sido questionada. Ela disse que foi ótimo. Pedro Rosas manifestou o seu desejo de participar das missas devido ao seu envolvimento desde criança com a religião católica, mas quando chegou na Vila, já estava acontecendo o litígio, o que causou certo impedimento: “[...]”

eu não vou, nunca fui, mas meu sonho ainda é sair dali domingo as velhinhas saindo lá, indo pegar as rosas lá no negócio, a gente fazer uma oficina de jardinagem com essas pessoas, pegar as pessoas que frequentam a igreja”.

Caroline Lima relatou que a relação mais próxima com a Igreja foi quando realizaram uma performance dentro da Instituição Católica: fizeram uma mobilização e convidaram uma cantora lírica, que também era uma parceira do Coletivo Da Vila Coração de Maria. A intérprete, após a missa, cantou Ave Maria. Depois da apresentação, Ivana Chastinet e apoiadores entraram na Igreja, e Ivana explicou para os fiéis a questão judicial em que os moradores da Vila estavam envolvidos. Também realizei entrevistas semiestruturadas com pessoas que experienciam o bairro. A maioria delas conhecia a Vila Coração de Maria, moradores e a tentativa de remoção dos moradores como, por exemplo, Maristela Marques dos Anjos, artista plástica que tem um ateliê na Rua Democratas:

Mas na realidade o seguinte eles moram aí a muitos anos a Igreja solicitou que eu acho uma barbaridade de você tirar pessoas que moram para transformar aquele espaço em um estacionamento eu acho até uma falta de respeito, uma falta de sensibilidade principalmente se tratando da Igreja Católica que prega o amor, a caridade e, no entanto, quer excluir os seus irmãos em um espaço que na realidade pertence a eles se é da Igreja pertence a todos nós.

Como foi explicado pelo administrador Daniel, a Irmandade e a Igreja Sagrado Coração de Maria são instituições distintas. Porém, com a transferência da residência da Irmandade São Pedro dos Clérigos para o mesmo imóvel em que funcionava a ermida, acredito que houve alguma transação e a Irmandade passou a ser proprietária da Vila. Ela era de fato dona da área, pois nas audiências de conciliação, nos documentos oficiais que tive acesso e nas falas dos moradores, era assim que se apresentava a Instituição.

A Irmandade São Pedro dos Clérigos, de acordo com Pereira ([2004]), Talento e Hollanda (2006) é uma entidade que foi criada com o objetivo de praticar caridade a padres pertencente à Irmandade em condições de vulnerabilidade. Segundo o *Guia Geográfico* ([200-?]), o intuito principal é de cuidar de padres idosos, doentes ou aposentados. Sua origem é datada a partir do século XV, na Península Ibérica, onde muitos padres começaram a se reunir em irmandades estabelecendo São Pedro como santo protetor e designando-os como os “presbíteros seculares do hábito de São Pedro”.

Talento e Hollanda (2006) afirmam se tratar de uma Irmandade das mais antigas fundadas no Brasil colonial. Em relação ao ano de criação e o fundador da instituição, não existe um consenso entre os autores citados. Para Pereira ([2004]), foi o bispo D. Antônio Barreiros

no ano de 1594. Já de acordo com Talento e Hollanda (2006), foi criada em 1553 pelo primeiro bispo Dom Pero Fernandes Sardinha. Além de ser uma entidade que tem por objetivo cuidar de ex-padres e aposentados em situação de vulnerabilidade, a Irmandade tem uma igreja localizada no Terreiro de Jesus, no Pelourinho- Bahia.

Essa ermida, segundo Pereira ([2004]), desde a sua data de fundação teve pelos menos três sedes na capital baiana. De acordo com Talento e Hollanda (2006), a primeira capelinha da Irmandade foi construída adjacente à Igreja da Sé, provavelmente no final do século XVII. Foi demolida em 1708 por interesse da Igreja da Bahia que desejava levantar nas imediações o Paço Arquiepiscopal ligado à Sé por passadiço. (TALENTO; HOLLANDA, 2006)

Talento e Hollanda (2006) relatam que a primeira igreja da Irmandade foi sucumbida devido a um deslizamento de terra, em 1797, na encosta que hoje corresponde à Praça da Sé. Utilizando dados do historiador Luís dos Santos Vilhena, Pereira ([2004]) indica que a causa do desabamento foi um antigo muro levantado bem em cima da montanha que foi feito para proteger a igreja. Conforme Talento e Holanda (2006), a atual Igreja São Pedro dos Clérigos tem como as seguintes características principais:

São Pedro dos Clérigos segue o tradicional traçado das igrejas baianas do século XVIII, com corredores laterais, sobrepostos por tribunas, mas sem a sacristia transversal ao corpo da nave.

A marca do tempo dos Clérigos está, contudo, na sua decoração interior, onde se observa a transição brilhante equilibrada do rococó para o estilo neoclássico – a grande moldura em forma de medalhão do forro, as aberturas triangulares acima das tribunas das naves, criando espaços para os quadros ovais de benfeitores da igreja, o arco cruzeiro e o alta-mor e os laterais foram feitos em estilo neoclássico, embora predomine cobertura dourada. (p.120)

A Irmandade São Pedro dos Clérigos tinha uma sequência ampla de fontes de rendimento que incluía: taxa de inscrição à qual os irmãos estavam subordinados, patrimônio acumulado em imóveis que produziam renda permanente e soma razoável. A Irmandade também tinha autorização para conceder empréstimos a juros aos irmãos, além de realizar missas e cerimônias em favor de encomendadores. Estes faziam depósitos e firmavam contratos com os irmãos. (PEREIRA, [2004])

Em séculos anteriores, a igreja era utilizada para abrigo de padres que estavam de passagem em Salvador. Depois, a hospedaria da confraria foi transferida para o Hospício da Boa Viagem até a década de 1970. Desde 1975, a residência da Irmandade São Pedro dos Clérigos encontrava-se na Rua Democrata, no Bairro 2 de Julho. (TALENTO; HOLLANDA,

2006). Nesse sítio, que já foi o antigo Hospício de Jerusalém⁶², há também a Igreja Sagrado Coração de Maria que era de responsabilidade da Paróquia de São Pedro. (GUIA GEOGRÁFICO DE SALVADOR, [200-?])

3.4 OS MORADORES VERSUS A IRMANDADE: CONFLITOS DE INTERESSE À LUZ DA TEORIA DA PRÁTICA

Sherry Ortner (2011) sustenta que, no início dos anos 1970, houve uma forte reação ao estruturalismo, mais especificamente em relação às principais ideias que esta corrente propagava, principalmente no que concerne o papel do indivíduo, um sujeito passivo, sendo um mero executor das estruturas sociais. A prática é entendida por Ortner (2011) como: “Então, o estudo da prática afinal de contas, é o estudo de todas as formas de ação humana, porém de um ponto de vista particular – um ponto de vista político”. (p. 446)

Segundo a teoria de Bourdieu (1983), existem três formas de conhecimento científico que explicam o mundo social: fenomenológico, objetivista e o praxiológico. O primeiro corresponde à experiência do indivíduo no mundo. O segundo, Bourdieu exemplifica com a perspectiva estruturalista, afirmando que: “[...] constrói relações objetivas (isto é, econômicas ou linguísticas), que estruturam as práticas e as representações das práticas [...], ao preço de uma ruptura com esse conhecimento primeiro [...]”. (p. 46)

Já o conhecimento praxiológico preocupa-se com as relações dialéticas no que tange às estruturas e às disposições estruturadas que apresentam um duplo movimento contínuo de interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade. Bourdieu (1983), em um primeiro momento, concentra sua crítica aos postulados da linguística saussuriana ao mesmo tempo em que apresenta como as ideias dessa corrente foram incorporadas ao estruturalismo. (BOURDIEU, 1983)

A primeira ideia que ele rebate diz respeito a como os linguistas pensam a língua como um objeto autônomo com fim em si mesmo, ou seja, não existem variações através do discurso. Para ele, a linguística não pensa a ação dos sujeitos mediante a comunicação, produzindo o discurso e sua decifração, pois esta função é de responsabilidade da língua. (BOURDIEU, 1983)

Os conceitos de cifragem e decifragem são uma operação mental que equivalem a um processo simultâneo em que um dos agentes se engaja para transmitir a mensagem, ao mesmo

⁶² Para saber mais sobre esse sítio, acesse: <<http://www.salvador-turismo.com/largo-2dejulho/hospicio-jerusalem.htm>>. Acesso em 26 fev. 2020.

tempo em que o receptor se esforça para interpretá-la. O autor afirma que a maioria dos etnólogos estruturalistas utilizou essas ideias retirando o sentido da intencionalidade da prática, ou seja, os sujeitos apenas executam as práticas e interpretações em um sistema de relações constantes. (BOURDIEU, 1983)

Na segunda parte de seu texto, o Bourdieu (1983) elabora a sua teoria sobre a prática. Nessa nova concepção, há um esforço de superar a oposição entre indivíduo e sociedade. Um dos principais referenciais analíticos desenvolvidos nessa proposta é a noção de *habitus*. O *habitus* pode ser compreendido como duplo movimento simultâneo: uma vez interiorizadas as estruturas sociais nos indivíduos, há uma reflexão dessas estruturas no nível do inconsciente. Através desse processo é que os sujeitos adquirem a capacidade de sentir, pensar e agir em um determinado campo. Para Bourdieu (1983), o *habitus* é uma subjetivação socializada, pois, devido ao processo de aprendizado, as pessoas compartilham o mesmo código, conteúdo deste aprendizado, seus valores e processos sociais. (BOURDIEU, 1983)

Por sua vez, Marshall Sahlins (1990) retoma o debate que sempre esteve muito presente nas ciências humanas: as fronteiras de interdisciplinaridades entre Antropologia e História. O autor dialogava com o materialismo histórico e com o estruturalismo e intitulava-se um estruturalista histórico. Seus dados foram produzidos a partir da análise de documentos históricos. Teve como principal interlocutor Pierre Bourdieu, sendo visível a influência deste autor em suas obras.

A proposta de Sahlins (1990) em “Ilhas de história” é romper o binarismo das categorias ocidentais que correspondem a: cultura e história, passado e presente, estático e dinâmico, sistema e evento, infraestrutura e superestrutura, e etc. Ele propõe uma abordagem que não rejeita a história, visto que concebe que esta é ordenada culturalmente e vice-versa. O autor advoga que os signos têm diferentes significados para diversos tipos de pessoas e que, na prática, os significados são postos. (SAHLINS, 1990)

É a partir desse ponto que Sahlins fundamenta que a estrutura é alterada no evento e o que o inverso é verdadeiro, pois afirma que as pessoas agem de acordo com seus interesses e interpretações. Por exemplo, houve diversas reações e ações por parte dos chefes e da população com a chegada da tripulação do capitão Cook. (SAHLINS, 1990, p. 175)

Ele descreve que a atividade sexual das havaianas com os tripulantes resultou na movimentação do comércio material e era motivada porque as mulheres buscavam um senhor: “[...] através de ligações ascendentes, que estabeleceriam relações de parentesco com e reivindicações junto aos poderes estabelecidos”. (SAHLINS, 1990, p. 175). Para Sahlins, o

valor do signo é relacional por conta da diferença com outros signos, sendo que seu valor conceitual adotado pelo sujeito ativo tem um valor intencional, que nem sempre corresponde ao valor convencional. (SAHLINS, 1990)

Na teoria da prática, vemos que as ideias fundamentais do estruturalismo serviram de motivação para se pensar em novos modelos em que o indivíduo tivesse um papel atuante, e pensar a relação de estrutura e evento sem negar a sua importância. Pierre Bourdieu (1983) faz esse esforço com seu esboço da teoria da prática ao questionar a teoria objetivista, que relega a prática como apenas execução.

Marshall Sahlins (1990) foi influenciado pelas ideias bourdianas, mas a sua teoria da prática tem uma abordagem distinta, já que concebe que um sujeito é um ator histórico que tem consciência histórica e faz história. As pessoas são orientadas a agirem de acordo com suas perspectivas e interpretações, assim como Bourdieu (1983) atribui a história a um lugar de importância. A próxima seção demonstra que os agentes sociais envolvidos no conflito territorial agem de forma intencional, ou seja, não são apenas executores das estruturas sociais e apresentam significados distintos, que são orientados na/e para prática nos mais diversos eventos mencionados na sequência.

3.4.1 O CONFLITO TERRITORIAL: O EVENTO DE LONGA DURAÇÃO

O recorte analítico sobre o litígio que envolvia a Vila Coração de Maria e a Irmandade São Pedro dos Clérigos está intrinsecamente relacionado aos processos de reestruturação urbana que ocorriam no bairro desde o ano de 2007 e que foram motivados pelo interesse do setor imobiliário pela localidade (descrito no capítulo 2 deste trabalho). Houve no dia 6 de novembro de 2014, às 14h e 30min, uma audiência de reintegração de posse que foi realizada na 29ª Vara Cível do Cartório do Fórum Ruy Barbosa, localizado no bairro de Nazaré, Salvador – Bahia.

Cheguei no Fórum antes do horário da audiência. Este evento correspondeu ao meu primeiro contato com os outros moradores da Vila e, ao mesmo tempo, estava diante da questão jurídica que me instigava. Dos residentes, só conhecia pessoalmente Ivana Chastinet. Anita, só através de reportagem audiovisuais e entrevistas em sítios eletrônicos que abordavam o conflito territorial da VOVM.

No momento em que estava no balcão pedindo informações, chegaram três ocupantes que estavam arrolados no processo movido pela proprietária: Pedro Rosas, Linda Kaiongo e seu sobrinho Luís. Linda me recebeu com seu sorriso habitual enquanto se dirigia ao balcão à

procura das mesmas informações. Apresentei-me aos moradores e seguimos em direção à sala em que aconteceria a audiência. Nesse pequeno percurso, notei que eles levavam cartazes que foram confeccionados pelo Coletivo da Vila Coração de Maria em uma oficina na VOXM no domingo, quatro dias antes dessa sessão, conforme a imagem a seguir:

Figura 12 – Linda Kaiongo e Pedro Rosas na audiência de reintegração de posse



Fonte: Arquivo pessoal (2014).

Fomos os primeiros a chegar para a audiência e sentamos nas cadeiras do corredor. Depois, chegaram Ivana e Anita, apoiadores e duas testemunhas da Irmandade que, segundo a maioria dos moradores presentes, seriam “falsas”, ou seja, os moradores pressupunham que não se deveria considerar seus “testemunhos”, pois elas supostamente teriam feito um “acordo” com a proprietária. Estavam presentes na audiência em torno de 21 pessoas, contando com os advogados da Irmandade e o defensor dos ocupantes, Dr. Alex Raposo, que tinha assumido o caso há poucos dias. Anos depois desse episódio, conversando com Linda, descobri que os moradores ficaram apreensivos, pois seu representante teve apenas um dia para apreender todo o conteúdo do processo. Por fim, se surpreenderam positivamente com a desenvoltura dele durante a audiência.

No horário marcado entraram na sala de audiências somente as pessoas que constavam no processo, as partes, e isso excluiu as testemunhas da Irmandade. A audiência não demorou muito tempo e o resultado foi favorável aos moradores, pois a juíza compreendeu que uma primeira ação de manutenção de posse movida pelos ocupantes, no início de 2014, foi

considerada válida e, nela, o não comparecimento da proprietária teria dado a vitória aos moradores. Os representantes da Irmandade e seus declarantes saíram rapidamente enquanto os demais presentes comemoravam mais uma etapa vencida. Felizes, fomos confraternizar na Vila Coração de Maria, como mostra a imagem a seguir:

Figura 13 – Em frente ao Fórum Ruy Barbosa depois do término da audiência.



Fonte: Arquivo pessoal (2014).

Até esse momento, não entendia completamente toda a situação que envolvia os dois lados litigantes. Em 2007, ocorreu o início do processo jurídico que ainda parece estar longe do fim, apesar de já durar 13 anos. Nesse período, houve várias reconfigurações no que tange as pessoas envolvidas, embates, trâmites processuais, particularidades de ações dos moradores e da proprietária, entre outros.

Até o ano de 2007, todas as famílias poderiam ser consideradas como inquilinos, porém um documento assinado pela Irmandade teria garantido a venda da propriedade para os moradores, o que lhes garantiu o direito à preferência de compra dos imóveis. Esta oferta de venda, contudo, nunca foi feita, pois, segundo os moradores, a Irmandade teria recebido uma proposta mais vantajosa de uma construtora que pretendia construir naquele local um edifício-garagem para os moradores de um luxuoso prédio de apartamento do Clock Marina Residence⁶³ da região. (BLOG WORPRESS, 2011)

Os moradores da VOVM, a partir dessa recusa da proprietária, ficaram apreensivos, pois corriam o risco de saírem de suas casas. A Irmandade começou a buscar meios jurídicos para

⁶³ Apartamentos de 95 m² eram anunciados por R\$ 1.750.000,00 o que elevaria o valor do metro quadrado a cerca de 18 mil reais, de acordo com informações disponíveis em: <<https://ba.olx.com.br/grande-salvador/salvador/comercio/imoveis/venda>>. Acesso em: 20 out. 2020.

retirada dos residentes. Em uma reportagem de audiovisual produzida pelo site Pela Moradia, em 2010, com duração de 13 minutos, descreve-se a inquietude dos moradores a partir da tentativa de remoção da família da Casa 4 (PELA MORADIA, 2010). Inicialmente, a fala de Anita, que estava visivelmente abalada e emocionada no vídeo, mostrou que já estavam ocorrendo notificações para que os moradores se retirassem de suas residências, fato que foi reforçado por uma senhora que informou que essa situação já vinha acontecendo a mais de um ano. (PELA MORADIA, 2010)

No vídeo, Ivana Chastinet descreveu que, no dia 23 de setembro de 2010, os moradores foram abordados por uma oficiala de justiça e quatro policiais fortemente armados que queriam “arrombar a Casa 4”. Algumas entrevistas com os moradores, ao longo dessa mesma reportagem, evidenciaram o momento de grande angústia que isso gerou entre eles. Como, por exemplo, Isabel, moradora da Vila desde os seus 2 anos e meio de idade, relatou a aflição de todos quando ouviam batidas no portão: “aí meu Deus é o próximo oficial de justiça”, dando a entender que essa prática já era recorrente visto que em outro momento um oficial de justiça chegou a dar “voz de prisão” ao seu marido. (PELA MORADIA, 2010)

O morador da Casa 4, um homem negro e de estatura mediana que chamarei de Witor, descreveu tudo que ocorreu nesse dia da invasão da sua residência⁶⁴. Ele trabalhava, nesse período, em uma paróquia, no bairro da Barra, Salvador-BA e residia na Vila há treze anos. Através de uma ligação, uma menina que trabalhava em estacionamento da Rua Democrata informou que havia uma oficiala de justiça e um chaveiro para retirar os seus pertences e os jogassem na rua ou transferir para um depósito. Então, ao chegar em sua casa, Witor atravessou na porta e não deixou ninguém entrar. Assim como os demais moradores, ele sustentou que a Irmandade disponibilizou um documento de compra e venda das casas. (PELA MORADIA, 2010)

Com esse papel em mãos, Witor foi até a Caixa Econômica Federal e conseguiu um financiamento para a compra de sua casa. Essa Instituição exige uma documentação específica como critério para subsidiar o imóvel. Segundo o morador, a Caixa entrou em contato com a proprietária, que a informou que a residência não tinha documentação, o que fez com que Witor não conseguisse o financiamento. Depois disso, estava esperando a orientação da defensoria

⁶⁴ Nesse vídeo gravado por Ivana Chastinet intitulado “Minha Casa Minha Vila”, observa-se a presença da oficial de justiça e do carro da polícia em frente à Casa 4. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=p99yLGiV5q8>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

pública. Ele declarou também que anteriormente já tinha ido outro oficial de justiça em sua residência para retirar ele e sua família da moradia. (PELA MORADIA, 2010)

A Irmandade conseguiu vender uma das casas, porém à revelia da locatária. Dona Drica contou que morava no local há aproximadamente vinte anos e tinha condições de comprar a casa. Porém, a proprietária teria vendido o imóvel ao sobrinho de Dona Drica. Segundo relatos dos moradores, havia uma briga judicial entre Dona Drica e o seu sobrinho que até o ano de 2020 não teria sido resolvida. Assim como os outros residentes, D. Drica expôs que não tinha condições de morar em outro local. Além disso, havia contribuído nas reformas da infraestrutura da casa, o que colaborou com a preservação do imóvel. (PELA MORADIA, 2010)

De acordo com Caroline Lima, alguns moradores, na esperança da compra de suas residências, chegaram a reformá-las como foi o caso da moradora Anita que colocou revestimento de piso em sua casa. Caroline, em entrevista a mim, descreveu que Ivana teria investido mais de 15 mil reais em reformas em sua moradia. Porém, com a recusa da Irmandade em vender as casas aos moradores, ela processou a proprietária para conseguir o ressarcimento do valor investido no imóvel e, com isso, suspendeu o pagamento do aluguel.

Entre ameaças, ordens de despejo, a Irmandade tinha um advogado que, na época, segundo relatos da reportagem Pela Moradia (2010), intimidava os moradores com discursos de caráter higienista, manifestando seu interesse em “limpar área”, como se as pessoas fossem lixos que precisavam ser removidos. Segundo o defensor dos moradores, o Dr. Alex Raposo, a Irmandade nunca teria exigido o pagamento dos aluguéis até assumir esta estratégia para pressioná-los, fazendo com que três famílias virassem inadimplentes (incluindo a família de Witor).

Acredito que pelas situações já vivenciadas e a cobrança do aluguel, essas famílias fecharam um acordo de anistia das dívidas e receberam uma indenização. Elas assinaram um documento se comprometendo a não retornar às casas. Nas entrevistas que fiz com os ocupantes, todos mencionam a adesão desses ex-moradores, sendo que Linda Kaiongo e Yuri Tripodi contaram que Ivana e a própria Linda pediram para que eles não aceitassem a transação e que lutassem juntos pela permanência de suas residências.

Tempos depois, alguns se arrependeram e tentaram regressar para as casas, sendo impedidos primeiro pelo documento que assinaram e depois por outra situação que descrevo a seguir. Esse episódio reconfigurou a situação da Vila: eram dois inquilinos Anita e o Sr. Perdigão, as questões específicas de Ivana e Dona Drica e três casas que ficariam vazias por

cinco anos. Conforme Linda Kaiongo, outra estratégia da proprietária seria a de manutenção das casas desocupadas na Vila, sem a devida atenção, pois a ação do tempo acentuaria sua degradação fazendo com que os imóveis ruíssem. Isso produziria uma espécie de efeito dominó de degradação, uma vez que as casas eram geminadas e estariam amparadas pelo que determina as leis do IPHAN que impedia os proprietários de alterar as estruturas das casas.

Se a Irmandade utilizou de algumas estratégias, Ivana Chastinet também aprendeu e organizou meios para permanência dos moradores e a preservação da VOVM. Uma de suas estratégias foi o convite que realizou para seus amigos artistas que não tinham residência em seus nomes para viverem nas casas vazias. Caroline Lima foi convidada, mas nesse primeiro momento não quis “pegar essa luta de frente”.

Em uma entrevista concedida a mim, Linda narrou como foi o seu convite para viver na Vila, em 2014. Inicialmente Pedro, Yuri e uma moça ficaram nos imóveis. Porém, a última não se adaptou à situação e ao coletivo, pois procurava “confusão”. Em uma reunião coletiva, foi convidada a se retirar. Depois disso, Linda recebeu uma ligação, mas precisava dar uma resposta ao convite em dez minutos. Após consultar o filho e a comadre que estavam por perto, Linda aceitou e se mudou com seu sobrinho para Casa 4.

Em 26 de fevereiro de 2014, Linda, contudo, tomou um susto. Em um período do carnaval, o advogado Welter⁶⁵, que representava a Irmandade em um processo judicial contra os moradores, encaminhou-se até a Vila com o objetivo de tentar tomar posse do espaço para liberá-lo para um estacionamento. Linda relatou que era noite e que foi levar uma colega chamada Aline⁶⁶ ao portão. O advogado, em seu “carrão”, fez a volta e parou na entrada da Vila. Ele, ignorando a presença das duas, falava ao telefone e disse: “aqui é uns gatos pingados de manhã eu venho vou meter um pé de cabra, vou quebrar tudo e que não, não vai dá em nada”.

Linda pediu o celular de Aline, pois o dela havia deixado em sua casa, e ligou para Ivana para que fosse ao portão, porque o advogado dava a entender que ele iria descer naquele momento. Nesse período, muitos amigos acampavam na Vila e acompanharam Ivana Chastinet até o portão, momento em que o advogado foi embora. Linda disse em entrevista que havia uma quantidade expressiva de pessoas na Vila, e foi possível fotografar o carro. Assim, foram dar queixa na Delegacia da 1ª Circunscrição Policial, mas ameaça não se configurou como um crime segundo Linda Kaiongo.

⁶⁵ Nome fictício.

⁶⁶ Nome fictício.

Linda disse que, até então, por volta de 2014, a proprietária tinha acesso às dependências da Vila. No dia seguinte, Welter, o advogado, cumpriu a sua ameaça: de acordo com Linda Kaiongo, ele foi até o local com dois homens sendo que um deles era quem pretendia fazer um estacionamento no local, com contrato de locação com duração de um ano. Eles utilizaram um pé de cabra para quebrar o cadeado e destruíram as faixas e materiais de uso de seus moradores para o desenvolvimento de atividades socioculturais. Mais uma vez, o Sr. Welter afirmou que ali seria um estacionamento, descrição que também consta nos autos de um dos processos judiciais que analisei⁶⁷.

Linda narrou que o empreendedor, ao chegar ao local, disse que retiraria todas as árvores para caber mais carros. Tudo teria ocorrido no período da manhã, o que teria acordado os moradores, que relataram ter se deparado com o então “dono do estacionamento” visivelmente alcoolizado. Então, tiveram que explicar que a propriedade estava em litígio. O senhor queria que os moradores devolvessem o dinheiro da locação do lugar; os moradores, então, o aconselharam a pedir o ressarcimento junto à Irmandade.

Segundo Linda, nesse momento de invasão, configurou-se a turbação, sendo que, então, houve um episódio com ato violento. Conforme os autos do processo que consultei, quando foi questionado por Anita, o advogado teria respondido ‘a Lei era ele’. No processo, evidencia que o representante legal não possuía nenhuma ordem judicial que justificasse sua conduta. Depois de um grande desgaste, Sr. Welter se retirou, afirmando que retornaria. Yuri Tripodi relatou que, no meio do carnaval, ela e Ivana foram para defensoria pública e para isso tiveram que atravessar a Praça do Campo Grande lotada de trios elétricos e de pessoas.

Como forma de se defender, eles negaram o acesso da proprietária à propriedade através das várias trocas do cadeado. Os moradores também pediram apoio da então senadora Lídice da Mata (PSB) e da vereadora municipal Vânia Galvão (PT). Linda avaliou positivamente a atuação das parlamentares, principalmente da senadora, pois, através dela, eles ficaram em contato com o comandante da polícia. Após esse episódio, houve uma audiência de reintegração de posse da qual participei e que descrevi no início desta seção.

Os ocupantes só foram para audiência de reintegração de posse por uma falta de atenção de Pedro, que assinou uma intimação que era endereçada a outra pessoa. Essa audiência de reintegração de posse teve duas irregularidades: foram os ocupantes que acionaram a justiça

⁶⁷ Analisei dois documentos oficiais: um deles era referente ao processo em quem Ivana da Costa Chastinet constava como autora do Processo de Manutenção de Posse sob o número 0308605-53.2014.8.05.001 e o outro foi uma cópia da ATA da reunião que ocorreu em 2015 com alguns moradores e representantes da Irmandade.

primeiro em um processo que se configurou como turbação e, juridicamente, é impossível ser réu e acusador ao mesmo tempo no mesmo processo; e, segundo, o processo de reintegração de posse como estratégia da defesa da proprietária foi protocolado pela juíza como uma outra ação autônoma, distribuído para outra vara considerada nula, pelas razões apontadas no início deste texto.

Tive acesso a uma ata da reunião que foi realizada na Defensoria Pública da Bahia, no dia 10 de abril de 2015. Estavam presentes Ivana Chastinet, Linda Kaiongo e Pedro Rosas, e a Irmandade estava representada por outro advogado Cláudio Sá⁶⁸, além das presenças do Dr. Alex Raposo e Dra. Alexandra, ambos Defensores Públicos Estaduais. A reunião tinha por objetivo entrar em um consenso sobre uma proposta de compra e venda. A oferta dos moradores foi a redução de 67 mil para 50 mil para casas e de 200 mil para 160 mil para o galpão⁶⁹. Ivana utilizou os seguintes argumentos para embasar essa proposta: o fato de a Vila ser uma moradia social e a situação econômica dos ocupantes.

O advogado alegou que o galpão não estava em discussão e que não poderia alterar a proposta inicial, pois já tinham encontrado comprador, mas estavam dando direito de preferência de compra aos moradores. O representante legal da proprietária, em contrapartida, relatou que havia uma proposta de 400 mil⁷⁰ com os moradores ocupando as casas.

Nessa reunião, ainda foram abordadas superficialmente as audiências de turbação e reintegração de posse. A proposta final ficou de 58 mil e 300 reais para cada imóvel (com exceção de Dona Drica) e de 50 mil pela área da frente. Os moradores presentes concordaram. O Dr. Claudio, advogado da proprietária, informou que precisaria de aproximadamente 30 dias para se obter uma resposta da assembleia dos membros da Irmandade, pois esta era quem possuía a competência para autorizar a venda.

O Dr. Alex Raposo questionou as partes envolvidas da possibilidade de levantar o valor e a documentação no prazo de 120 dias. Todos concordaram, porém o representante legal da Irmandade arguiu que os imóveis apresentam registro em apenas uma escritura. Ele também advertiu que, para efeito de financiamento pela Caixa Econômica Federal, havia uma exigência

⁶⁸ Nome fictício.

⁶⁹ Os moradores queriam comprar as casas e área da frente do terreno. Segundo o Sr. Perdigão, o galpão era da distribuidora de sorvetes Kibon, que pertencia a Chico, amigo da família dele. Ele descreveu a finalidade do galpão, o seu proprietário e como estava sendo utilizado até 2018: “[...] onde essa parte aqui da frente onde chegava os caminhões pra descarregar e carregar a parte e tinha câmara frigorífica aí dentro e ele sempre fez muitos benefícios no galpão em todos os aspectos só que depois Chico faliu com essa distribuidora ele ficou doente e acabou falecendo e hoje é uma pessoa que aluga para guardar os pertences dele [...]”.

⁷⁰ O advogado não especificou que foi o autor da proposta.

para individualização dos imóveis. Quando conversei com Ivana em setembro de 2015, ela mencionou essa negociação extrajudicial e contou-me de uma audiência que aconteceria, em julho desse mesmo ano. Porém, por conta dessa negociação, a juíza suspendeu a audiência.

As investidas da proprietária para reaver a sua propriedade nunca cessaram. Entre os meses de fevereiro e março de 2016, aconteceu uma “pseudoaudiência”, denominação de Linda Kaiongo. A Irmandade alegou que as intimações foram enviadas aos moradores como justificativa para afirmar que o processo ocorreu à revelia. Porém, Linda reiterou que nunca havia chegado nenhuma notificação. Mais uma vez, a outra parte alegou que enviou para o Defensor Público o Dr. Alex Raposo. Este também declarou que não recebeu, e o Dr. Alex Raposo estava, nesse mesmo período, para suspender esta última audiência.

Ainda em 2016, houve uma conciliação entre as partes. De acordo com Linda Kaiongo, a proprietária convidou os moradores para negociar e fez uma proposta que eles acabaram aceitando, pois foi negociado um preço acessível a todos moradores das seis residências. Nesse período, estavam em contato com a superintendência da Caixa Econômica Federal.

Uma das conquistas dos moradores e que fortaleceu a luta pela permanência foi a demarcação da Vila como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Porém, até o ano de 2019, não estava regulamentada. A ZEIS, segundo Linda Kaiongo e o Sr. Perdigão foi uma ação movida por Ivana Chastinet que conseguiu se concretizar. Ainda sobre a ZEIS, merece um pouco mais atenção, pois além dessa comunidade, existiam outras comunidades do Centro Antigo também gravadas como ZEIS, mas até esse ano 2019 também não foram regulamentadas. Houve algumas reuniões entre essas populações para discussão desse tema para entender os efeitos práticos dessa política.

A distribuição do solo em áreas urbanas sempre foi pautada na segregação e exclusão da população de baixa renda. Este problema teve início com enfraquecimento da *plantation* e com intensa migração dos trabalhadores do campo para as cidades na década de 1980 motivadas pela industrialização tardia ocorrida entre 1930 e 1980 (GARCIA, 2003). A terra é concebida como mercadoria e isso resulta o deslocamento do fluxo populacional de baixo poder aquisitivo a se instalar nas periferias das grandes cidades ou em áreas degradadas e vulneráveis que não deveriam ser habitadas, causando impactos negativos não só na qualidade de vida dessa população, mas também ao meio ambiente. (GODIM, 2012)

Nesse sentido, o Estatuto das Cidades representou um grande avanço visto que é uma lei que tem por objetivo definir diretrizes para uma política urbana, regulamentada nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal/88 (TRINDADE, 2012). As ZEIS encontram-se nessa

política como um dos instrumentos urbanísticos⁷¹, que é uma atribuição do Plano Diretor articular o estabelecimento dos critérios para a sua aplicabilidade. Porém, para que a imobilização se dê na prática, quase todos esses instrumentos urbanísticos necessitam de regulamentação por leis municipais (LIMA, [2012]). Segundo Adriana Lima ([2012]), a lei prevê que:

No intuito de conferir operacionalidade à regularização fundiária e à urbanização em áreas informais, esse diploma legal prevê, em seu art. 4º, dentre outros instrumentos, as Zonas Especiais de Interesse Social, concessão de uso especial para fins de moradia, usucapião especial de imóveis urbanos e assistência técnica e jurídica gratuita para população de baixa renda. Esses instrumentos devem ser aplicados de forma associada para alcançar o direito à moradia, considerado como núcleo central do Direito à Cidade. (p. 5)

Ainda de acordo com a autora, a ZEIS pode ser entendida como uma categoria de zoneamento que permite: “[...] a aplicação de normas especiais de uso e ocupação do solo para fins de regularização fundiária de áreas ocupadas em desconformidade com a legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e de edificações”. (LIMA, [2012], p. 5)

Lima ([2012]) explica que a o conceito de zoneamento pode ser entendido como: uma forma de eliminar “o mito da igualdade formal”, na maneira de tratamento desigual das pessoas desiguais, e por fim permitir que ações do ente público sejam orientadas por uma concepção no que tange à prioridade e aos investimentos com intuito de contribuir para reverter o modelo vigente de desenvolvimento urbano baseado na desigualdade e segregação. (LIMA, [2012])

Através de Linda, em 2015, soube dessa inclusão da Vila nesse instrumento urbanístico que fazia parte do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador. A atualização mais recente do PDDU, em 2016, foi aprovada apesar de receber várias críticas de vereadores da oposição e de movimentos sociais incluindo os ativismos urbanos do Centro Antigo de Salvador. A área da Vila era gravada como ZEIS-1, o que, segundo o artigo, referia-se a: “[...] assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares [...]”. (SALVADOR, 2016, p. 35). Segundo os moradores, essa ZEIS-1 determinava que não poderia ser construído nenhuma habitação que não fosse de interesse social.

Existiam mais quatro tipos de ZEIS. Linda disse que preferia que a Vila fosse classificada como ZEIS-5 que estabelecia: “[...] assentamentos ocupados por comunidades quilombolas e comunidades tradicionais, especialmente aquelas vinculadas à pesca e mariscagem”. (SALVADOR, 2016, p. 35). A colocação de Linda Kaiongo fazia sentido visto

⁷¹ O Estatuto das cidades estabelece outros instrumentos urbanísticos, a saber: preempção, outorga onerosa do direito, transferência do direito de construir, operações urbanas consorciadas, mecanismos e instâncias de participação e controle social. (LIMA, [2012])

que o surgimento da Vila estava associado a descendentes de escravizados; logo, poderia ser considerada como um quilombo urbano. Acredito que a Vila também poderia ser considerada como ZEIS-2: “[...] edificação ou conjunto de edificações deterioradas, desocupadas ou ocupadas, predominantemente, sob a forma de cortiços, habitações coletivas, vilas ou filas de casas [...]”. (SALVADOR, 2016, p. 35)

Em 2018, A Fundação Mário Ferreira Leal firmou um contrato de operação técnica com a UNESCO e esta contratou o Instituto Pólis, o que gerou entre os integrantes dos movimentos sociais do Centro Antigo reações opostas: desconfiança por parte de alguns, ao passo que outros afirmaram que o Instituto Pólis fez um bom trabalho em São Paulo. Para compreensão das ZEIS, desse contrato e os reais interesses da Prefeitura de Salvador, houve uma oficina e uma reunião organizada por parceiros destas comunidades como o Grupo Lugar Comum e o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS⁷²). Nesses diálogos, foi explicado o caráter antagônico das ZEIS: ao mesmo tempo em que protegia as comunidades dessas áreas, também poderia ser revogada. Linda, no dia da oficina, questionou qual seria o real interesse da Prefeitura ao regulamentar a ZEIS.

Em uma entrevista que fiz com Viviane Hermida, em 2019, obtive informações sobre o andamento do processo de regulamentação. Em 22 de janeiro daquele ano, houve uma reunião convocada pelas quatro comunidades gravadas e priorizadas nessa primeira etapa: Tororó, Gamboa de Baixo, Pilar e Sétima Etapa. A Vila, apesar da promessa de Tânia Scofield, dirigente da FMFL, sobre a prioridade da Vila em ser regulamentada, não foi concretizada, mas Pedro e Caroline participaram. Essas comunidades convocaram a Prefeitura, a FMFL e o Instituto Pólis.

Viviane Hermida (2019) narrou que existia um contrato no valor de 150 mil reais resultante da parceria da UNESCO com a Prefeitura e Instituto Pólis. Era de responsabilidade da contratada a realização de um estudo prévio e a elaboração de uma categorização em termos de intenção. Então Viviane comparou duas situações: a Vila não foi priorizada, mas a Comunidade do Tororó, que foi priorizada, estava ameaçada porque a Prefeitura de Salvador estava querendo expulsar os moradores dessa área para construir um shopping e estacionamento de um consórcio Nova Lapa de propriedade da prima do prefeito.

⁷² De acordo com o site da instituição, o Centro de Estudos e Ação Social é: “O Centro de Estudos e Ação Social é uma associação sem fins lucrativos fundada pela Companhia de Jesus, em 1967, e atualmente é integrada por uma equipe multidisciplinar. O trabalho político-educativo que o CEAS desenvolve, junto a comunidades e movimentos sociais de diferentes regiões da Bahia, tem como eixo fundamental o fortalecimento da autonomia e da organização desses grupos populares. Essa atuação é dedicada à transformação da realidade social, com o objetivo de combater a desigualdade social e as mais distintas opressões às quais está submetida a maioria da população brasileira.”. Acesso em: 18 out. 2020.

Ela teceu várias críticas à forma de condução desse processo. O Instituto Pólis estava realizando o estudo apenas com base de dados secundários, sem realização de entrevistas com os moradores, o que era extremamente grave visto que a participação popular constava na última Lei do PDDU aprovada em 2016. Viviane Hermida disse que Prefeitura não informou o valor destinado para realização do processo de regulamentação.

Viviane questionou a não priorização da Vila, propondo a intervenção da Prefeitura para garantir o direito de moradia dos moradores dessa localidade. Ela acreditava que o ente municipal tinha condições de comprar os imóveis e o terreno da Irmandade. Viviane disse que os movimentos sociais continuavam a insistir por uma audiência pública que já estava aprovada pela Comissão de Planejamento Urbano da Câmara com intuito de que a Prefeitura disponibilizasse explicações públicas sobre o processo de regulamentação da ZEIS.

Na VOVM, até 2019, ano em que definitivamente encerrei o trabalho de campo, a configuração dos moradores da Vila era: os três ocupantes já mencionados (Linda Kaiongo, Yuri Tripodi e Pedro Rosas) e Carol, que passou a ocupar a casa de Ivana a pedido dela, em 2017, o Sr. Perdigão⁷³, inquilino, e Dona Drica, em sua situação específica.

No que tange a outros processos jurídicos, houve três audiências de conciliação entre os anos de 2017 e 2018. Através das audiências de conciliação, tentava-se uma solução que fosse consenso para ambos os lados. As duas sessões que acompanhei foram de muita relevância, pois pude observar as distintas estratégias, discursos, expressões corporais pelos distintos agentes sociais (BOURDIEU, 1983). A primeira audiência de conciliação que acompanhei aconteceu em 18 de agosto de 2017, dez dias depois do falecimento de Ivana Chastinet, uma das principais mobilizadora da linha de frente da VOVM.

Essa primeira audiência teve como assunto principal o documento. A audiência começou com o advogado se justificando que era novo no caso. Ele foi questionado sobre um documento que a Irmandade se comprometeu a apresentar, mas sem cumprir com o acordo. Dando prosseguimento, o Promotor Dr. Alex Raposo explicou que, desde a audiência de 2014, a negociação ficou suspensa, pois a proprietária se responsabilizou em disponibilizar a certidão que comprovaria o desmembramento das casas.

Esse registro era importante, pois só assim os moradores da Vila conseguiriam o financiamento de crédito pela Caixa Econômica Federal. Ainda segundo o representante dos moradores, há mais de um ano, foram feitas várias tentativas de avanço sem sucesso por conta

⁷³ Segundo o Sr. Perdigão, uma de suas filhas passaria a morar na casa que foi de Anita. Até os dias novembro de 2020, a mudança não tinha acontecido.

do entrave que consistia na não entrega desse documento pela Irmandade. A proprietária era a única que poderia solicitar essa certidão de desmembramento das casas à secretaria da Prefeitura de Salvador denominada Secretaria da Fazenda (Sefaz). O representante da proprietária alegou que a Igreja estava passando por problemas financeiros e, como alternativa, sugeriu que “os invasores” pagassem o aluguel. Segundo os moradores, o discurso de problemas financeiros da Igreja era corriqueiro.

A segunda audiência ocorreu na data e horário marcado e aconteceu de forma mais rápida, mas não isenta de conflitos. Inicialmente, o Dr. Alex Raposo fez um resumo das ações que foram realizadas no período anterior desta audiência como, por exemplo, as conversas com a Caixa Econômica Federal, que concordou realizar um estudo para viabilizar um financiamento que não seja ordinário para que os moradores pudessem adquirir as suas casas.

O advogado da Irmandade, iniciou a sua fala, afirmando que a ideia dos “invasores” pagarem os alugueis partiu de sua autoria e que foi um erro da parte dele, mas continuou seguindo nessa mesma posição. Quase no final da audiência, Linda Kaiongo rebateu essa fala dizendo que não eles eram “invasores”, e sim “ocupantes”.

A proposta do promotor que foi aceita por todos os presentes foi a criação de um comitê em que participariam a FMFL e a Caixa Econômica Federal para a construção de uma resolução viável, propondo a suspensão do processo pelo prazo de noventa dias. Porém, o advogado, ao retomar a sua fala, propôs marcar uma audiência para depois dos noventa dias e então, a partir dessa data, a próxima etapa seria o chamado para contestar a ação e dando prosseguimento ao processo.

Fiquei ciente da terceira audiência de conciliação, que ocorreu em abril de 2018, mas não participei. Em uma reunião com os movimentos sociais do Centro Antigo, em maio de 2018, tive conhecimento pelo discurso de Pedro Rosas que a Irmandade se recusou a fazer o acordo e que iria “partir para a briga”. A advogada Fáb⁷⁴ aconselhou que o Coletivo da Vila procurasse a Fundação Mário Leal Ferreira para que a Prefeitura de Salvador assumisse o processo e indenizasse a proprietária, garantindo assim a permanência dos moradores em suas respectivas residências.

A teoria do estruturalismo defendia que os indivíduos operavam as estruturas (construções mentais que são reveladas através dos modelos) sem nenhum tipo de reflexão. A teoria da prática desenvolvida por Pierre Bourdieu (1983) e Marshall Sahlins (1990) rompe

⁷⁴ Nome fictício.

radicalmente com essa abordagem, defendendo que os sujeitos são agentes sociais que têm consciência de seus atos, pois possuem a habilidade de interpretar os significados de suas ações na prática.

Sahlins (1990) defende que um evento não pode ser considerado somente um acontecimento característico de um fenômeno. O evento é compreendido pelo autor como aquilo que é modificado através da interpretação. Peirano (2003) complementa esse conceito de evento de Sahlins (1990) explicando que: “Eventos em geral são por princípio mais vulneráveis ao acaso e ao imponderável, mas não totalmente desprovidos de estrutura e propósito se o olhar do observador foi previamente treinado nos rituais”. (p. 8). Para esta autora, o pesquisador só apreende o significado de cada evento através do contato deste com o seu “interlocutor” durante a etnografia.

Compreendo que a intensa especulação imobiliária que aconteceu no 2 de Julho, desde 2007, culminou nos eventos descritos aqui nesta seção. Foram causados pelo desinteresse da proprietária em vender a propriedade para os moradores devido à outra proposta mais satisfatória do ponto de vista financeiro. Observa-se que cada litigante do conflito (ocupantes e a proprietária) é um agente que tem suas práticas com intencionalidade específica para a resolução do conflito. (BOURDIEU, 1983)

As ações desses agentes sociais são orientadas na/e prática (BOURDIEU, 1983). Nesse litígio que envolve o Coletivo da Vila Coração de Maria, houve várias tentativas públicas de resoluções adotadas por ambas as partes. As principais estratégias adotadas pela coletividade foram: a conquista da ZEIS, a ocupação dos imóveis vacantes por artistas, respaldo jurídico através da defensoria pública e assessorias. A proprietária utilizou essas ações: ordens de despejo, ação de reintegração de posse, entre outros.

Seguindo a mesma linha de Bourdieu (1983), Sahlins (1990) argumenta que o signo não tem apenas um significado, e sim vários, e as interpretações dos signos diferem para cada pessoa. É na prática que os significados dos signos são postos em jogo. Com base nessa concepção de Sahlins (1990), nas audiências de conciliação, a presença dos moradores que ocupam as casas que ficaram vazias por cinco anos teve duas interpretações: para os residentes, eles são “ocupantes” e para o advogado da Irmandade, eles são “invasores”, visto que a propriedade pertencia à sua cliente. Para Sahlins (1990), as pessoas agem de acordo com aquilo que é relevante para elas e também de acordo com suas interpretações. E isso é notório em cada ação dos agentes sociais descritos nesta seção.

Retomando as ideias de Peirano (2003), temos que considerar que os eventos fazem parte do nosso cotidiano, pois fazem parte de qualquer sociedade. Para compreender o que há de especial em cada acontecimento, é necessário aprender seu significado junto com os interlocutores, ou seja, através da etnografia. Penso que foi de fundamental importância compreender todo o conflito sob a perspectiva “de dentro e de perto”. (MAGNANI, 2002). Levando em consideração a situação que foi exposta nesta seção, percebo que cada grupo nessa problemática tem valores definidos e busca conhecimento em várias esferas para resolução dos conflitos, como exemplos: a ZEIS, audiência de reintegração de posse e audiências de conciliação.

Peirano (2003) defende que o falar é também uma ação social e se constitui, portanto, como um fenômeno social. Ela compreende que falar e fazer são diferentes no que tange à sua própria eficácia e propósito, porém são consideradas ações sociais. Nessa acepção, as ações tanto dos moradores quanto da proprietária não se restringem apenas aos discursos. Estes legitimam as ações de ambos agentes sociais (BOURDIEU, 1983) quando a Irmandade, através da fala do seu representante, diz que precisa que os “invasores” paguem a locação, pois a Instituição está passando por problemas financeiros, ou seja, isso pode estar associado ao fato de a proprietária não ter interesse em vender a propriedade. E quando os ocupantes propõem oficinas de jardinagem e/ou artes para comunidade, estão evidenciando a relevância de permanecer nessas residências e demonstrando que VOCCM também é um espaço que vai além de sociabilidade, mas também de prestação de serviços.

Podemos especificar as audiências de conciliação como mais um tipo de evento entre os outros apresentados. Isso é evidenciado pelos termos jurídicos, os discursos nos quais ambas as partes tentam impor o seu ponto de vista (principalmente nos conceitos de “ocupante” e “invasor”), as ações planejadas para resolução do conflito e até o documento negado pela proprietária fazem parte do simbolismo presente nesses eventos. Em suma, o conflito entre o Coletivo da Vila Coração de Maria e a Irmandade São Pedro dos Clérigos contribui para se pensar essa problemática à luz da teoria da prática, mas também para entender que os discursos e práticas constituem ações sociais (PEIRANO, 2003) e que, neste caso, reafirmam prática de poder e posições sociais fortemente hierarquizadas.

4 CONCLUSÃO

“O Bairro 2 de Julho, Centro Antigo de Salvador-BA: a dinâmica dos conflitos em torno do espaço urbano” é uma pesquisa na qual realizo uma análise, sob o olhar antropológico, de dinâmicas urbanas e processos impulsionados por projetos de âmbito público e/ou privado e das formas de resistência no espaço de moradia e sociabilidade na Vila Operária Coração de Maria.

A perspectiva que norteou este estudo foi a de descrever e analisar como agentes sociais se apropriam e interpretam de dinâmicas territoriais para discutir “desenvolvimento urbano” a fim de compreender as práticas e consequências desses processos. Observei durante todo o trabalho de campo e na elaboração desta etnografia que há apropriação e interpretação de determinados discursos utilizados por diferentes agentes sociais com objetivo de justificar as suas ações.

No segundo capítulo intitulado: “*Nosso bairro é o 2 de Julho: mobilização popular frente aos processos de intervenção urbana*” foram apresentados diferentes projetos de reestruturação urbana provenientes das esferas públicas e privadas, como estes foram interpretados e as ações que foram motivadas por aqueles que têm algum tipo de relação com o bairro. Nesse capítulo, analiso detalhadamente o surgimento das Políticas dos 3 RE’s (“requalificação”, “revitalização” e “reabilitação”) e da categoria de “gentrificação”.

Clifford Geertz (2009) afirma que o trabalho do antropólogo implica conhecer o “nativo”. Graças à minha imersão em campo como moradora/pesquisadora, pude viver o 2 de Julho para assim compreender as suas dinâmicas e, ao mesmo tempo em que me aproximei das pessoas que tinham alguma experiência com o bairro, entender quais eram as suas interpretações sobre os recentes processos de reestruturação do bairro.

A partir dessa imersão, pude categorizar três tipos de moradores: a primeira categoria identifica os indícios de um processo de gentrificação (como abandono, casarões em ruínas, imóveis vazios, aumento do custo de vida), mas não utiliza a palavra “gentrificação” para definir o processo. Nisso cito como exemplo dois moradores como: Dona Consuelo e Senhor Perdigão. A segunda categoria de moradores identifica e se apropria do conceito de gentrificação, que geralmente é uma palavra usada por integrantes de ativismos urbanos que têm contato com grupos de pesquisa (alguns fazem parte deles) ou assessorias que trabalham com tema, ou por moradores que têm contato com assessorias que trabalham com essa temática ou que sofrem consequências diretas dos processos de intervenção. A terceira categoria de

moradores acredita que os projetos podem vir a valorizar os seus imóveis. De acordo com relatos de alguns integrantes dos movimentos sociais do bairro esse seria o posicionamento dos integrantes da Aclaj.

Sobre os projetos desenvolvidos no bairro, identifiquei 3 planos no âmbito municipal, 1 no âmbito estadual e 1 da iniciativa privada. Na esfera municipal, esses projetos foram formulados e/ou implementados por três gestões distintas, de partidos diferentes e sem a participação popular. Os três projetos, segundo relatos e dados produzidos, tiveram a aprovação da Aclaj.

O Projeto Humanização do bairro Santa Tereza, de autoria da prefeitura de Salvador, apresentou fortes indícios de uma parceria público privada, pois há evidências de interesses em comum dessa administração com grupos empresariais da Eurofort Patrimonial e RFM Participações (idealizadores do Cluster Santa Tereza); em reação contrária a esse projeto, foi criado por parte de alguns moradores o Movimento Nosso Bairro É O 2 de Julho, movimento social que, em atuação com a comunidade, impediu que o projeto fosse adiante. Foi através do MNBE2J que conheci a categoria analítica e interlocutora de gentrificação.

No âmbito estadual, o Plano de Reabilitação Participativo do Centro Antigo foi o projeto que apresentou algumas particularidades por ser um acordo de cooperação técnica com outros entes federativos (federal e municipal) com ênfase na participação de diferentes segmentos populacionais. Entre as 14 proposições para a revitalização do CAS de maneira sustentável, a mais polêmica foi a que estabelecia a comercialização de imóveis através da bolsa de valores. No bairro, há muitos imóveis vacantes e outros com placas de venda. Percebe-se que há uma consonância de interesses dos entes públicos (municipal e estadual) com o mercado imobiliário na busca pela valorização do preço do metro quadrado no bairro.

No decurso da audiência proposta pela vereadora Aladilce Souza, pude compreender melhor que há outros discursos sobre os processos de reestruturação do 2 de Julho denominados políticas dos Re's, de autoria de José Maurício Bittencourt (2015). Entende-se que, apoiados em discursos de “requalificação”, “revitalização” e “reabilitação”, as instâncias públicas começaram a propor intervenções na infraestrutura do bairro com intuito de promover melhorias e atrair novos moradores para localidade (não especificando quais seriam esses novos residentes) e com isso promover o desenvolvimento urbano não apenas do 2 de Julho, mas de todo o Centro Antigo de Salvador.

Compreendo que as categorias de “requalificação”, “revitalização”, “reabilitação” e “gentrificação” são conceitos analíticos e, também, interlocutores, pois esses agentes sociais

ressignificaram essas categorias. “Gentrificação”, por exemplo, apesar de sua carga teórica, é uma palavra utilizada como denúncia e/ou como forma de luta dos movimentos sociais urbanos. Nisso, pode-se citar a própria criação do MNBE2J, que foi uma resposta a um projeto de exclusão do ente municipal e das denúncias dos moradores da Ladeira da Preguiça, que acusam que as desapropriações não são respaldadas por nenhum tipo de laudo técnico.

Todas essas categorias também têm diferentes concepções que dependem do discurso e do contexto de quem as proferem. Esses conceitos são utilizados para legitimação de discursos e ações dos diferentes agentes sociais, a exemplo de alguns representantes estatais da CONDER que utilizaram a categoria de “gentrificação” como forma de rebater acusações de que os projetos não tinham o objetivo de remover os moradores.

O terceiro capítulo “*Resistência urbana no espaço de moradia e sociabilidade: a Vila Coração de Maria*” teve a finalidade de refletir sobre o cotidiano e sociabilidade dos moradores da Vila Operária e, para isso, busquei compreender as narrativas de resistência das famílias que ali residem. Esta análise foi fundamental, pois pude entender quais impactos os processos de intervenção urbana descritos no segundo capítulo causaram nas vidas e na rotina dessas pessoas.

O conflito territorial que envolve os moradores da VOCCM, a proprietária e a Irmandade São Pedro dos Clérigos têm mais de uma década. Esse litígio está relacionado aos projetos de instâncias públicas e mais especificamente à intensificação da valorização imobiliária em 2007. Isso porque, segundo os dados produzidos até 2007, sempre houve interesse de ambas as partes, a Irmandade e os moradores da Vila de realizar uma negociação de compra e venda dos imóveis. Porém, a proprietária recebeu uma proposta mais rendável de uma construtora que tinha interesse de construir um estacionamento na área para atender aos moradores de prédio de luxo da região. Essa possível transação, se fosse efetivada, desconsideraria não apenas as histórias de vida das pessoas que construíram ali seu espaço de moradia, mas também o próprio passado da VOCCM.

Esse conflito envolvendo os moradores e a proprietária teve várias configurações no que tange aos agentes sociais e às estratégias para se ter uma solução satisfatória. Analisei esse conjunto de ações à luz da teoria da prática, porque considero que as pessoas envolvidas são agentes sociais que interpretam o conflito de acordo com suas concepções, e seus atos são orientados na/e para a prática.

Esse conflito também está inserido na concepção de eventos, pois cada grupo participante tem seus próprios valores definidos e procura conhecimento em várias esferas para a resolução dos conflitos, como exemplos: a ocupação das casas vazias por artistas, a ZEIS,

audiência de reintegração de posse e audiências de conciliação.

Em suma, denomino as questões analisadas nos dois capítulos como “*dinâmicas de conflitos em torno do espaço urbano*”. Acredito que está em curso no bairro 2 de Julho um processo progressivo de gentrificação que podemos pensar em termos de necropolítica (MBEMBE, 2018), ou seja, a partir de parâmetros relacionados à implementação de políticas públicas em consonância com o setor privado. Estamos assistindo à definição daqueles que serão selecionados para viver, ou não, o bairro 2 de Julho em sua contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ABA. Associação Brasileira de Antropologia. 2011/2012. **Código de ética**. Disponível em: < <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.
- AGUIAR, Josélia. A luta contra o tempo. **Bahia Hoje**, Salvador, [não paginado], 01 abr. 1994.
- ALVES, Glória da Anunciação. A requalificação do centro de São Paulo. **ESTUDOS AVANÇADOS**, São Paulo, p. 111-118, fev. 2011.
- BAHIA (Estado). Decreto nº 14.865, de 11 de dezembro de 2013. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que indica. **Legisla Bahia**, Salvador, p. 01- 03, 2013.
- BAHIA (Estado). Decreto nº 16.386, de 28 de outubro de 2015. Altera o Art. 1º e o anexo único, ambos do decreto nº 14.868, de 11 de dezembro de 2013. **Legisla Bahia**, Salvador, p. 01- 02, 2015.
- BAHIA. **PLANO DE REABILITAÇÃO PARTICIPATIVO CENTRO ANTIGO**. Salvador: [s.n.], 2011. 344 p.
- BAPTISTA, Luís Vicente. Territórios, imagens e poderes. In: CORDEIRO, Graça, Baptista Luís Vicente; Costa, Antônio Firmino. **Etnografias Urbanas**. Portugal: Celta, 2003.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pulsações no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 255-266, maio/ago. 2010.
- BECKER, Howard. **Método de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 101-116.
- BERNARD, H. Russell. Participation observation. In: _____. **Research Methods in Anthropology**. London: Sage Publications, 1994. (Tradução de Jerry Matalawe).
- BEVILAQUA, Ciméa; LEINER, Pedro de Camargo. Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, nº 2. p. 105-140, 2000.
- BIG, Adriano. Para além dos seios. **Youtube**, 11 out. 2019. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=2THSzd8ySGg&t=26s>>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BITTENCOURT, Fábio. Novos imóveis valorizam a Avenida Contorno. **A TARDE**, Salvador, 15 fev. 2014. Disponível em: < <http://atarde.uol.com.br/imoveis/noticias/1569154-novos-imoveis-valorizam-a-avenida-contorno>>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- BITTENCOURT, José Maurício Carneiro. Formação histórica do Centro de Salvador: planos e transformações. In: BITTENCOURT, José Maurício Carneiro. **Luta e resistência dos moradores pelo direito à moradia em áreas de patrimônio cultural**: formação de uma esfera pública. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 33-64.

BLOG WORDPRESS. 2011. Disponível em: < <https://doisdejulho.wordpress.com/>>. Acesso em: 09 maio 2018.

BOMFIM, José. Largo 2 de Julho cobra urbanização. **A TARDE**. Salvador, [não paginado], 24 jun. 2003.

BORGES, Jafé (Org.). **Salvador era assim vol. II**. Salvador: Instituto Geográfico Brasileiro da Bahia, 2001. p. 109-135.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu – sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

CARVALHO, Claudio Oliveira; RODRIGUES, Raoni Andrade. Projeto de Humanização do Bairro Santa Tereza: gentrificação e antijuridicidade no Centro Antigo de Salvador. **Revista InSURgência**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 438- 461, 2015.

CORDEIRO, Graça e Vidal Frédéric (org.). Introdução. In: CORDEIRO, Graça e Vidal Frédéric (org.). **A Rua: Espaço, tempo e sociabilidade**. Portugal: Livros Horizonte, 2008.

CORREIO DA BAHIA. Projeto de revitalização do 2 de Julho está pronto. Salvador, [não paginado], 17 nov. 2003.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, out. 2004. Disponível em: < Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132004000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2020.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter anthropological blues. Rio de Janeiro: **Nova Série**, n. 27, 1978.

DANTAS, Thiago. Em Salvador, polêmica cerca empreendimentos em áreas históricas. **O GLOBO**, Salvador, 27 nov. 2016. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/em-salvador-polemica-cerca-empreendimentos-em-areas-historicas-20548865>>. Acesso em: 08 ago. 2018

DÓREA, Luiz Eduardo. **Os nomes das ruas contam histórias**. Salvador: [s.n.], 1999.

DURAN, Sabrina. [ATUALIZAÇÃO] Leilão de terrenos pode expulsar moradores de baixa renda do centro antigo de Salvador. **AG JORNALISMO CIDADE E DIREITOS HUMANOS**, São Paulo, 23 out. 2018. Disponível: < <http://ag.jor.br/blog/2018/10/23/leilao-ameaca-2-de-julho-salvador/>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

FERNANDES, ANA. Relatório sobre a delimitação do 2 de Julho no Projeto do Plano de Bairro. Salvador, **Lugar Comum**, 2017. p. 1-13.

FERNANDES, Luís. A imagem predatória da cidade. In: CORDEIRO, Graça; Baptista Luís Vicente; Costa, Antônio Firmino. **Etnografias Urbanas**. Portugal: Celta, 2003.

FERREIRA, Diego Vales Deslandes; JAYME, Gonzaga Juliana. As interações entre um movimento social e os moradores da ocupação Eliana Silva na região do Barreiro em Belo Horizonte. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 573- 595, maio/ago. 2019.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. In: Palestra proferida na Mesa: Ética e pesquisa etnográfica, 2007. **Seminário do NACi** (Núcleo de Antropologia e Cidadania da UFRGS): Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2007.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 229-251.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 285-317.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2014. 80 p.

FREHSE, Fraya. Os informantes que os jornais e fotografias revelam: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, n. 36, p. 131-156, jul./dez. 2005.

FURTADO, Carlos Ribeiro. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. São Paulo: **Cad. Metropole**, vol.16, n. 32, p.341-364, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0341.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

GARCIA, Afrânio. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, Porto Alegre, n.10, p. 154-189, 2003.

GASPAR, Samantha dos Santos. Gentrification: processo global, especificidades locais? [S.l.]: **Porto Urbe [online]**, 6 | 2010. Disponível em: <<http://pontourbe.revues.org/1575>; DOI: 10.4000/pontourbe.1575.>. Acesso em: 25 ago. 2015.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: GEERTZ, Clifford. **Saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. Estar lá. A antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. **Obras e vida**. O antropólogo como autor. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GEERTZ, Clifford. Estar aqui. De quem é a vida, afinal?. In: GEERTZ, Clifford. **Obras e vida**. O antropólogo como autor. 3 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

GIUMBELLI, Emerson. "Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **RBCS**, São Paulo, vol.17, n.48, p. 91-227, 2002.

GÓES, José Araújo. Revitalização do Largo 2 de Julho é adiada. **A TARDE**. Salvador, [não

paginado], 30 out. 2002.

GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia. **Rev. Antropologia**, São Paulo, v. 46, n.2, p. 446-476, 2003.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. **Caderno CRH**, Salvador, v.25, n.64, p.115– 130, jan./abr. 2012.

GUIA GEOGRÁFICO SALVADOR ANTIGA. [200-?]. Disponível em: < <http://www.salvador-antiga.com/index.html>>. Acesso em 10 nov. 2018.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Dinâmica urbana e contextos de periferização: tendências e cenários sociais locais. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano. **Disputas em torno do espaço urbano**: Processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade. Salvador: Edufba, 2017. p.151-174.

HANNERZ, Ulf. Formação de um antropólogo urbano. In: HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade**: em busca de uma antropologia urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

HUMANIZAÇÃO DO BAIRRO SANTA TEREZA. 2012. Disponível em: < https://issuu.com/cideu/docs/humaniza__o_de_bairro_santatereza>. Acesso em: 08 ago. 2018.

JAYME, Juliana Gonzaga e NEVES, Magda de Almeida. Cidade e espaço público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.

JORNAL DO METRO. O nostálgico Largo 2 de Julho vai renascer. Salvador, Caderno nº 10, ano 2, [não paginado], 2014.

JUNIOR ABALOS, Jose Luis. **UM PORTO EM CONTRADIÇÃO**: Memória, política, engajamento e revitalização urbana na proposta de requalificação do Cais Mauá em Porto Alegre- RS. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, Belém, 2001.

LIMA, Adriana Lima Nogueira Vieira. O Direito à Cidade e as Zonas Especiais de Interesse Social: um Olhar sobre o Município de Salvador. **LEX MAGISTER**, Rio Grande do Sul: ([2012]).

LITTLE, Paul Elliott. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, p. 251-290, 2004.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert; Vieira, Sônia Chagas. **Manual de estilo acadêmico**: trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses. 6. ed. rev. e ampl. – Salvador: EDUFBA, 2019. 158 p.

MACHADO, Priscila. Largo Dois de Julho será revitalizado em 8 meses. **A TARDE**. Salvador, [não paginado], 15 ago. 2014.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme Cantor; Torres, Lilian de Lucca (Orgs.). **Na Metrópole** - Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EDUSP, 1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. São Paulo: **RBCS**, v. 17, n.º 49, p. 11-29, jun. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v17n49/a02v1749>>. Acesso: 15 maio 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné, Melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 17-34.

MARICATO, Ermínia. “Cidade é luta de classes!”. **Youtube**, 11 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9R4S6ZaDniU>>. Acesso em: 15 set. 2020.

MAYOL, Pierre. Primeira parte: morar. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 36-114.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018. 80 p.

MOREIRA, Wagner. **Resistências populares urbanas**: evidenciando os conflitos decorrentes do projeto de gentrificação do Centro Antigo de Salvador. 2018. 68 slides.

MOURAD, Laila; FIGUEIREDO, Glória Cecília; BALTRUSIS, Nelson. Gentrificação no bairro 2 de Julho em Salvador: modas, formas e conteúdo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 437-460, nov. 2014.

MOVIMENTO NOSSO BAIRRO É O 2 DE JULHO – MNBE2J. [2012?]. **Quem somos**. Disponível em: <<https://nossobairro2dejulho.wordpress.com/>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MOVIMENTO NOSSO BAIRRO É O 2 DE JULHO – MNBE2J. **Fala, 2 de Julho!** Salvador, 2014.

MÜLLER, Cíntia Beatriz; MACHADO JÚNIOR, Edmundo Fonseca. Taxistas e quilombos urbanos: experimento analítico sobre a noção de território em contextos metropolitanos (Salvador/BA e Porto Alegre/RS). In: MONTOYA URIARTE, Urpi; MACIEL, Maria Eunice (Orgs.). **Patrimônios, cidades e memória social**. Salvador: EDUFBA, ABA Publicações, 2016.

NECO, Marilena. Peões correm para finalizar a reforma do Dois de Julho. **A TARDE**. Salvador, p. 04, 12 dez. 2004.

NUNES, Antonietta D’ Aguiar. Soterópolis: Bairro 2 de Julho. Salvador, **TVE-Bahia**. [2000?]. Entrevista a Vania Dias. Disponível em: <<http://www.irdeb.ba.gov.br/tve/catalogo/media/view/3727>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

ORTNER, Sherry. Teoria na Antropologia desde os Anos 60. **MANA**, Rio de Janeiro: v.17, n. 2, p. 419-466, 2011.

OST, Sabrina; FLEURY, Sonia. O mercado sobe o morro: a cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 635-671, 2013

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito**: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

PELA MORADIA. 2010. Moradores da Vila Coração de Maria, no Largo Dois de Julho (BA) têm direito à moradia ameaçado. Disponível em: <<https://pelamoradia.wordpress.com/2010/11/03/moradores-da-vila-coracao-de-maria-no-largo-dois-de-julho-ba-tem-direito-a-moradia-ameacado/>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

PEREIRA, André Luís Tavares. Os retábulos das Irmandades de São Pedro dos Clérigos de Salvador, Recife e Mariana. Estudos de caso e problemas metodológicos. In: XXIV Colóquio CBHA, 2004, Belo Horizonte. **Anais do XXIV Colóquio do CBHA**. Belo Horizonte: [s.n.], p. 01- 18, 2004.

PETTI, Daniela. Da resistência ao poder: governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 533-550, maio/ago. 2020.

PINHEIRO, Diego. Encontro - Ivana Chastinet. **Youtube**, 27 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kwxSM6UsX8U&t=533s>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

PUJADAS, Joan J. A rua como espaço de sociabilidade: um olhar comparativo. In: CORDEIRO, Graça e Vidal Frédéric (org). **A Rua: Espaço, tempo e sociabilidade**. Portugal: Livros Horizonte, 2008.

PUJADAS, Joan J. La etnografía como proceso de investigación. La experiencia del trabajo de campo In: PUJADAS, Joan J. **Etnografía**. Espanha: Editorial UOC, 2010.

REGO, Hieros Vasconcelos. Mudança de nome de bairro é criticada por moradores. **A TARDE**. Salvador, [não paginado], 06 jul. 2012.

REIS, Sarah Nascimento dos. **“Charme é poder viver aqui.”**: A atual oferta imobiliária habitacional do município de Salvador – BA. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

RIBEIRO, Daniel de Albuquerque. Reflexões sobre o conceito e a ocorrência do processo de gentrification no Parque Histórico do Pelourinho, Salvador – BA. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 32, p. 461- 486, nov. 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RICCI, Bruna e et al. Planejamento conflitual. **Youtube**, 6 set. 2017. Disponível em: <

<https://www.youtube.com/watch?v=MlivlA2PoHw.>>. Acesso em: 08 nov. 2018

RIOS, Mariana. Comunidade cobra conclusão do projeto de revitalização. **Correio da Bahia**. Salvador, p. 03, 17 mar. 2008.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. **Novos estud. - CEBRAP** [online], São Paulo, n. 89, p. 89-109, 2011. ISSN 0101-3300.

SAHLINS, Marshall. Introdução. In: SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, p. 7-21.

SAHLINS, Marshall. Estrutura e história. In: SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1990, p. 172-194.

SALVADOR. Decreto nº 24.435, de 07 de novembro de 2013. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, os imóveis que indica e dá outras providências. **Leis Municipais**, Salvador, p. 01- 05, 2013.

SALVADOR. Lei nº 9.069/2016, de 30 jun. 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. **SEDUR**, Salvador, 224 p., 2016.

SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração nos países centrais. In: SANT'ANNA, Marcia **Acidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990**. Salvador, EDUFBA, 2017.

SANTOS, Renato Abramowicz. Na cidade em disputa, produção de cotidiano, território e conflito por ocupações de moradia. **Caderno Metrópole**, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 783- 805, set./dez. 2019.

SANTOS, Vanusa Santana dos. **Processos locais de resistência: mobilização social no bairro 2 de Julho, Salvador-BA**. 2019. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SA-SILVA, Jackson, DOMINGOS de ALMEIDA, Cristóvão, GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, ano I, n. I, 2009.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, 1999.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, URBANO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE (SEDHAM). Sedham esclare projeto Santa Tereza. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1282414-sedham-esclare-projeto-santa-tereza.>>. Acesso em: 01 set. 2015.

SERPA, Angelo. Direito à moradia e função social da propriedade: avanços e recuos. In:

GLEDHILL, Jonh; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano. **Disputas em torno do espaço urbano**: processos de [re]produção/construção e apropriação da cidade. Salvador: Edufba, 2017. p. 175-186.

SIEBER, Tim. Ruas da cidade e sociabilidade pública: um olhar a partir de Lisboa. In: CORDEIRO, Graça e Vidal Frédéric (org.). **A Rua**. Espaço, tempo e sociabilidade. Portugal: Livros Horizonte, 2008.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1973.

SILVA FILHO, Emiliano José. **Um olhar sobre a gentrificação no bairro 2 de Julho**. Um olhar sobre a gentrificação no bairro 2 de Julho. 24. set. 2013. Disponível em: < <https://nossobairro2dejulho.wordpress.com/2013/09/>>. Acesso em: 12. jul. 2015.

TALENTO, Biaggio; HOLLANDA, Helenila. **Basílicas & capelinhas**: história, arte e arquitetura de 42 igrejas de Salvador. Salvador: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Nacional, 2006.

TELLES, Daniel. Ô de casa!. **A Tarde**, Salvador, 04 nov. 2013. Disponível em: < <https://atarde.uol.com.br/muito/noticias/1546187-o-de-casa>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n.87, p. 139-165, 2012.

UZÊDA, Eduarda. Largo 2 de Julho guarda a história. **A TARDE**, Salvador, 28 ago. 1999. Caderno local, [não paginado].

VASCONCELOS, Hieros. Dois de Julho mantém a boemia. **A TARDE**, Salvador, [não paginado], 25 nov. 2010.

VASCONCELOS, Pedro. A idade de Ouro de Salvador: riqueza e religiosidade [1650/1763]. In: VASCONCELOS, Pedro. **Salvador**: Transformações e permanências (1549-1999). 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 77-134.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 123-132.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **MANA**, Rio de Janeiro: n. 1, p. 162-178, abr. 2011.

WEINSTEIN, Mary. Mistério na reforma do 2 de Julho. **A TARDE**, Salvador, 05 fev. 2004. Caderno local, [não paginado].

WEINSTEIN, Mary. Empresário compram 45 imóveis na área do Sodré. **A TARDE**, Salvador, 27 abr. 2008. Caderno local, p. 4,5; 8 e 9.

ZENOBI, Diego. O antropólogo como “espião”: das acusações públicas à construção das perspectivas nativas. **MANA**, Rio de Janeiro: p. 471- 499, 2010.